

SIMPÓSIO INTERNACIONAL

**INDÍGENA
NEGRO(A)
QUILOMBOLA
RELIGIOSO(A) DE MATRIZ AFRICANA**

“DA ANCESTRALIDADE AO FUTURO”



Ministério Público do Trabalho

Procurador-Geral do Trabalho

José de Lima Ramos Pereira

Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

Maria Aparecida Gugel

Diretor Geral

Gláucio Araújo de Oliveira

Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Conaete

Lys Sobral Cardoso - Coordenadora Nacional

Italvar Felipe de Paiva Medina - Vice-Coodenador Nacional

Grupo de Trabalho “Povos Originários e Comunidades Tradicionais”

Edelamare Barbosa Melo - Coordenadora Nacional

Secretaria de Comunicação Social

Philippe Gomes Jardim – Secretário de Comunicação Social

Ronaldo José de Lira - Secretário de Comunicação Social Adjunto

Fotos: Juliana Chalita

Projeto gráfico e diagramação: Gráfica Movimento

Coordenação da Relatoria

Matheus da Silva Neves

Organização e Revisão

Anna Tulie Araújo

Edelamare Barbosa Melo

Mariana Gomes Rocha

Maria Auxiliadora Lopes

Matheus da Silva Neves

Raquel Nascimento Dias

Equipe de Relatores

Ana Clara Sousa Damásio dos Santos

André Filipe Justino de Moraes

Bianca Costa Campos

Bruna Karoline Rodrigues

Cecília Cunha Franco Ferreira Vilas-Boas

Douglas do Nascimento Caldeira

Evelyn Teixeira Nery

Fabíola Campos de Andrade Santos

Helder Rabelo de Araújo

Ingrid Bitler de Moura

Jacky Mathieu

Jeferson Cardoso Oliveira

Lara Jennyfer Batista Ferreira

Larissa Messias Belem Moreira

Nathália Lúcia Mendes de Souza

Raissa Dias Pimentel

Stephanie Moreira Gutierrez

Vinícius Venâncio de Sousa

Yasmin Tomaz

SUMÁRIO

Introdução ao Evento	7
Metodologia	10
Estrutura e Objetivo das Atividades	11
Guias propositivos	12
Palestras Magnas	13
Painel Temático	14
Conclave Acadêmico	15
Palestra Magna 1 - Povos originários e comunidades tradicionais. Da ancestralidade ao futuro. Riscos da destruição das matrizes culturais para as futuras gerações. Alternativas de superação. Indígenas, quilombolas e religiosos de matriz africana. Territorialidade, tradição e saberes ancestrais.	16
Joênia Wapichana, Miguel de Barros e Ordep José Trindade Serra	
Palestra Magna 2 – Convenção 169 da OIT. Quilombolas e indígenas no mundo do trabalho. Trabalho digno e decente, territorialidades, tradição e saberes ancestrais – direito a consulta prévia.	18
Cayetano Núñez e Martin Hahn	
Palestra Magna 3 - Convenção dos Direitos da Criança. Infância e juventude indígena, negra, quilombola e de religiosos de matriz africana.	19
Helena Oliveira	
Palestra Magna 4 - Ódio: do discurso ao crime. Reparação.	20
Mireille Fanon	
Palestra Magna 5 - Questões étnico-raciais, religiosas e de gênero nos povos originários e nas comunidades tradicionais. Racismo. Feminismos. Interseccionalidade. Mulherismo africana.	21
Ana Paula Barreto Angie Cruickshank; Katiúscia Ribeiro; Samantha Ro’otsitsina Juruna; Emerson Pataxó; Vanessa Terena; Wania Sant’Anna; Maria Lucia Braga; Sandra Lia Simon; Maria Lúcia Braga; Sandra Lia Simon; Katu Mirim	
Painel Temático 1 - Escravidão Indígena e Negra. Direito a memória e a construção da identidade. Reparação.	27
Painel Temático 2 - Povos originários e comunidades tradicionais. Territorialidades, religião, cultura e saberes ancestrais. Legado para gerações futuras.	33
Painel Temático 3 - Violência contra os povos originários, negros/as e as comunidades tradicionais. Genocídio? A educação como estratégia de prevenção. Sistema de justiça e garantia de direitos. Lei de abuso de autoridade (lei n. 13.869, de 5 de setembro de 2019). Narcopentecostalismo e intolerância religiosa.	36

Painel Temático 4 - Grandes obras, agronegócios e mineração. Externalidades sociais negativas sobre os povos originários e comunidades tradicionais.	41
Painel Temático 5 - 5: Os povos originários e as comunidades tradicionais na CF e nos acordos e tratados internacionais. Políticas públicas. Saúde, educação, cultura e segurança alimentar.	50
Painel Temático 6 - O legado e a cultura do cuidado dos povos originários e das comunidades tradicionais para a atenção às crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência.	56
Painel Temático 7 - O preconceito, a infância e a juventude indígena, negra, quilombola e de religião de matriz africana. Passado e presente. Reflexos no futuro no mundo do trabalho.	61
Painel Temático 8 - Organização social e direito do trabalho para os povos originários, população negra e comunidades tradicionais. Futuro do trabalho.	64
Painel Temático 9 - Relações étnico-raciais, de gênero e religiosas. Direito de ser, estar e existir.	70
Painel Temático 10 - A colonização e a construção da sexualidade do povo brasileiro. Desafios para a implementação de uma cultura de respeito à diversidade de identidade de gênero e de orientação sexual. Perspectiva dos povos originários e comunidades tradicionais.	74
Painel Temático 11 - Fundamentalismo, sectarismo, pensamento único e religiosidade. Impacto sobre a preservação dos valores e saberes ancestrais dos povos originários e das comunidades tradicionais.	81
Painel Temático 12 - Questões étnico-raciais, de gênero e de religiosidade nas relações de trabalho, produção e consumo.	90
Painel 13 - Educação para as relações étnico-raciais e religiosas: o saber acadêmico alinhado ao saber ancestral. Modalidades específicas de educação, art. 26A da LDB. O STF, laicidade, Estado laico e o ensino confessional. Passado, presente e futuro.	94
Conclave Acadêmico I - Teologias e Espiritualidades Indígenas e Afro-ancestrais. Direito dos povos originários e comunidades tradicionais.	102
Conclave Acadêmico II - Sentido da vida para os povos originários e comunidades tradicionais. Perda de identidade e o impacto no futuro do trabalho e nas relações de trabalho, produção e consumo (comércio justo).	110
Anexo I	120
Anexo II	121



SOBRE O SIMPÓSIO COMPREENDER, ARTICULAR E AGIR.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

O Simpósio “Indígena, Negro/a, Quilombola e Religioso/a de Matriz Africana: preconceito, racismo e discriminação e seus reflexos nas relações de trabalho, produção e consumo”, é uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Este evento conta com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Escola Nacional de Aperfeiçoamento da Magistratura Trabalhista (ENAMAT), da Associação Nacional de Procuradores do Trabalho (ANPT) e do Coletivo de Entidades Negras (CEN) e participação fundamental da sociedade civil.

Partindo da proposta de valorizar caminhos coletivos para compreensão, articulação e ação direta no enfrentamento do racismo e discriminação e seus reflexos no mundo do trabalho, compreendemos a importância de um espaço com a capacidade de contextualizar os temas relativos ao trabalho, produção e consumo à questão étnico-racial, de gênero e religiosa. Abordamos as disposições legais, políticas, culturais, científicas, psíquicas e sociais, vinculadas à estrutura e logística de execução, e suas potencialidades de transformação. Atravessados pela presença e discurso das populações que dão nome à vivência coletiva deste projeto.

O simpósio compreende a contextualização do trabalho em relação a questão étnico-racial, de gênero e religiosa no Brasil e no exterior desde a perspectiva crítica com abordagem interseccional, Inter setorial e transdisciplinar, abarcando as questões jurídicas, filosóficas, sociológicas, históricas, antropológicas, sócio culturais e econômicas, aliadas à perspectiva da neurociência e da psicologia social. Este é um projeto de alta complexidade e multi-nível.

A articulação entre os setores sociais, culturais, étnicos e raciais de diversos contextos políticos, técnicos e econômicos, produzem uma articulação de informações que traduz complexidade. As atividades interativas entre as populações chave, as instituições e a sociedade civil foram desenvolvidas a partir de uma metodologia específica, executada



SIMPÓSIO INTERNACIONAL

por uma equipe técnica de relatores acadêmicos pertencentes às populações chave desta segunda edição do simpósio.

As contribuições das diversas atividades em formato de narrativas, relatos de experiências e compartilhamento de ideias, possuem extrema riqueza de informações. Compreendidas como colaborações interventivas, os discursos e diálogos promoveram reflexão de saberes tradicionais e técnicos, com o objetivo propositivo de desenvolvimento de estratégias coletivas. As atividades buscaram incentivar estes componentes, costurados a partir dos elementos centrais deste simpósio.

Integrar a diversidade que compõe o nosso país e também o mundo, contando com participantes de 8 países, mais de 15 unidades da federação, mais de 15 etnias indígenas, 6 comunidades quilombolas e mais de 27 expressões religiosas, reflete diretamente na implementação de um projeto de impacto sociopolítico-econômico, essencial ao cumprimento da função jurisdicional do Estado, que é a proteção de interesses sociais difusos.

O evento, além de contribuir para as produções acadêmicas, incentiva a economia criativa a partir da feira **Negríndia**, um espaço sensível de cultura, de troca, de estética, de diferentes contextos em produção, comércio, logística e consumo do trabalho de artistas e artesãos negros e negras, quilombolas, indígenas e religiosos e religiosas de matrizes africana do Brasil e de outros países do mundo.





O Simpósio é projeto de alta complexidade, no que tange às disposições legais, políticas, culturais, científicas, psíquicas e sociais, a estrutura e logística e suas potencialidades de transformação. As atividades foram pensadas enquanto mecanismos que pudessem ativar questionamentos e produzir possíveis caminhos de resolução, compreendidos como os elementos centrais que guiaram as diferentes fases do projeto. As contribuições em formato de narrativas, relatos de experiência e compartilhamento de ideias, possuem extrema riqueza enquanto produto qualitativo. Compreendidos como dispositivos interventivos, os discursos e diálogos promoveram a articulação e reflexão de saberes, com o objetivo propositivo de desenvolvimento de estratégias coletivas. As atividades incentivaram estes componentes, delineados pelas prerrogativas dos elementos centrais deste simpósio. Cada atividade possui sua especificidade em formato e objetivo, traduzindo-se em dispositivos distintos e relacionais. Sobre estes trabalhos, foram desenvolvidas relatorias que baseadas em na metodologia que pudesse registrar e qualificar as narrativas e propostas oferecidas.

Este relatório busca descrever as direções que construíram os trabalhos coletivos e seus diferentes impactos. As atividades foram pensadas enquanto mecanismos que pudessem ativar questionamentos e produzir possíveis caminhos de resolução, compreendidos como os elementos centrais que guiaram as diferentes fases do projeto. Sobre estes trabalhos, foram desenvolvidas relatorias que baseadas em uma metodologia que pudesse registrar e qualificar as narrativas e propostas oferecidas.

A seguir, apresentaremos de forma direta e contextualizada os aspectos centrais destas atividades. As atividades promoveram estes componentes, delineados pelas prerrogativas dos elementos centrais. Cada atividade possui sua especificidade em formato e objetivo, traduzindo-se em dispositivos distintos e relacionais e serão contextualizados de forma prévia a cada tipo de atividade.



ELEMENTOS CENTRAIS	
COMPREENDER ASSIMILAR INTERPRETAR	Identificar, refletir e descrever as temáticas-chave e seus problemas coletivamente. Instigar a visão crítica e a articulação dos fenômenos discutidos de forma colaborativa, explorando o contexto, atores, conceitos e experiências compartilhadas.
ARTICULAR VINCULAR ASSOCIAR	Qualificar os determinantes que atuam na intensificação das causas e manutenção das consequências. Compreender como diferentes dispositivos sociais se relacionam e quais impactos essas construções possuem na qualidade de vida das populações-chave do simpósio.
AGIR ATUAR CONCRETIZAR	Dialogar de forma colaborativa sobre caminhos e direções positivas sobre o avanço das pautas. Planejar e propor a implementação de estratégias coletivas, em diferentes esferas e níveis de ação. A aproximação de representantes religiosos, pesquisadores, pessoas políticas, líderes comunitários, sociedade civil, gestores, colaboradores em um ambiente propício para a articulação sinérgica de conhecimentos, permeados de forma instigadora e propositiva .

As atividades do simpósio buscam promover o debate, pensamento crítico e estratégico, fortalecimento social, valorização das culturas étnico-raciais e originárias, alinhamento das agendas sociais e produção de material audiovisual com o objetivo de produzir impacto. Neste sentido, o processo de relatoria do projeto engloba a descrição, organização e análise das informações produzidas durante as atividades do simpósio. A coleta (relatoria, gravação de voz e filmagem) e análise destes dados se traduzem em insumos conceituais e operativos, que irão embasar a sistematização de informações (parte da publicação final) para articulações estratégicas das agendas temáticas.

A metodologia proposta perpassa de forma específica os seguintes objetivos do simpósio:

1. Contextualizar criticamente as questões étnico-raciais, de gênero e religiosas de matrizes africanas, de trabalho digno e decente, produção e consumo no Brasil e no exterior;
2. Promover a aproximação e a produção de conhecimento (jurídico, econômico, antropológico, filosófico, histórico, sociocultural, econômico) a partir do debate sobre interseccionalidades de forma transdisciplinar e intersetorial;



3. Desenvolver propostas de multinível, visando ações estratégicas na emancipação e promoção de direitos às populações-chave do simpósio;
4. Produzir material de divulgação dos trabalhos apresentados e resoluções propostas a curto, médio e longo prazo;
5. Avaliar a eficácia dos objetivos propostos frente a execução do simpósio interventivo.

Equipe

A equipe técnica da relatoria é formada por 20 (vinte) pessoas universitárias convidadas, de espaços socialmente representativos das temáticas abordadas no evento. Foram contabilizadas as produções de 24 (vinte e quatro) relatorias, adequadas às modalidades das atividades (Palestra Magna, Painéis Temáticos e Conclave Acadêmico), acompanhadas e registradas por duplas de relatores.

Instrumentos

Os formatos da relatoria se adaptarão a logística da atividade e a especificidade de seus objetivos (Palestras Magnas, Painéis Temáticos e Conclave Acadêmico), variando em estilos de registro e organização de informações. Essas relatorias permitirão a análise das tendências percebidas durante o evento, a fim de confluir sinergicamente as ideias e propostas produzidas. Cada relatório produzido, será automaticamente atualizado na pasta de relatórios do projeto, contendo informações sobre data, horário, local, pessoas convidadas e pessoas participantes.





Guias propositivos

Estas guias contemplam questionamentos que permitissem delinear caminhos para interlocução com as temáticas e os objetivos propostos. Instigar a visão crítica e a articulação dos fenômenos discutidos de forma colaborativa, como técnica de mediação entre as pessoas participantes.

GUIAS PROPOSITIVOS	
Objetivo	Questionamentos
Identificar, refletir e descrever os cenários, contextos, atores, e determinantes sociais coletivamente.	<ul style="list-style-type: none">• O que é compreendido como 'problema/tema'?• Este 'problema/tema' é de conhecimento geral?• De que forma este 'problema/tema' é percebido?• Qual produção de conhecimento temos sobre este 'problema/tema'?• Qual o contexto deste 'problema/tema'?• Quem são as pessoas envolvidas?
Qualificar os determinantes que atuam na intensificação das causas e manutenção das consequências. Compreender como diferentes dispositivos sociais se relacionam e quais impactos essas construções possuem na qualidade de vida das populações-chave do simpósio.	<ul style="list-style-type: none">• Quais as causas destes 'problemas'?• Quais as consequências destes 'problemas'?• Quais fatores, dispositivos, sistemas, relações e discursos mantêm esse contexto?• Quais fatores, dispositivos, sistemas, relações e discursos podem transformar esse sistema?



GUIAS PROPOSITIVOS	
Objetivo	Questionamentos
<p>Dialogar de forma colaborativa sobre caminhos e direções positivas sobre o avanço das pautas. Planejar e propor a implementação de estratégias coletivas, em diferentes esferas e níveis de ação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Quais estratégias podem ser pensadas e executadas em um tempo de curto, médio e longo prazo? • Quais estratégias podem ser pensadas e executadas em espaços de curto, médio e longo alcance? • Como construir redes de trabalho que possam atuar na garantia da execução dessas estratégias? • Como mobilizar potenciais aliados em espaços estratégicos e distantes?

Palestras Magnas

As Palestras Magnas foram realizadas por lideranças e pessoas chave na temática/assunto abordado. Estes discursos instauram as aberturas dos trabalhos sob os guarda-chuvas temáticos: *Trabalho, Produção, Raça e Etnia, Religião e Direitos*. Atividade com caráter informativo, crítico, sem espaços para questionamentos de participantes. Duração média de 40 minutos.

Objetivos

1. Contextualizar elementos centrais do evento;
2. Visibilizar as temáticas do simpósio;
3. Fortalecer aliados no enfrentamento das problemáticas abordadas;
4. Enriquecer a visão sistêmica relacional dos temas abordados.

Repercussões

1. Permitir compreensão dos objetivos do simpósio, enquanto projeto de trabalho interventivo;
2. Reafirmação da essencialidade das temáticas interseccionais no campo do trabalho;



3. Estabelecimento de novos vínculos estratégicos entre aliados potenciais distantes;
4. Promover interlocução entre esferas multidisciplinares na identificação e solução dos problemas que serão abordados.

Painel Temático

Discussões mediadas com representantes técnicos e acadêmicos sobre temáticas específicas, com duração média de 04 horas. Atividade com caráter informativo e dialógico, onde há exposição de ideias, informações e relatos de experiência sobre as práticas, conceitos e tendências do tema. É mediado e por facilitadores previamente designados e capacitados pela equipe de coordenação. Possui o caráter interlocutivo e propositivo, que deve ser direcionado pela coordenação:

- *Interlocutivo*: articulação de ideias na proposição de pautas, guiadas por roteiros apresentados na capacitação. Duração média proposta de 02 horas.
- *Propositivo*: descrição de propostas, pensadas a partir das discussões e reflexões do simpósio, padronizadas em propostas de curto, médio e longo prazo. Duração média proposta de 02 horas.

Objetivos

1. Promover debate crítico com participação da comunidade-chave;
2. Contextualizar estudos e práticas interseccionais;
3. Aproximar atores sociais estratégicos para fomentação de potenciais redes de trabalho;
4. Produzir estratégias que possam visar ações multiníveis e multi-setoriais.

Repercussões

1. Capacitação das pessoas participantes para compreensão dos contextos relacionais abordados;
2. Estabelecimento de redes de troca de informação sobre temáticas abordadas;
3. Estabelecimento de grupos de trabalho sobre temáticas abordadas;



4. Estratégias que visem o ações para o desenvolvimento das temáticas abordadas em curto, e médio prazo;
5. Estratégias que visem ações para o desenvolvimento das temáticas abordadas em curto, médio e longo alcance.

Conclave Acadêmico

Reunião estratégica de profissionais técnicos, pesquisadores, lideranças sociais, representantes-chave pré-selecionados pela coordenação. É mediado por facilitadores previamente designados pela equipe de coordenação. Duração total de 04 horas. Possui o caráter interlocutivo e propositivo, que deve ser direcionado pela coordenação:

- *Interlocutivo*: articulação de ideias na proposição de pautas, guiadas por roteiros apresentados na capacitação. Duração média proposta de 02 horas.
- *Propositivo*: descrição de propostas, pensadas a partir das discussões e reflexões do simpósio, padronizadas em propostas de curto, médio e longo prazo. Duração média proposta de 02 horas.

Objetivos

1. Promover debate qualificado e crítico sobre o estado da arte em que se encontram as produções técnico-científicas e discursos de poder;
2. Aproximar profissionais de diferentes áreas no fortalecimento das pautas debatidas;
3. Desenvolver estratégias que permitam a multiplicação de aspectos interventivos em contextos diversos;
4. Promoção das interseccionalidades transdisciplinares no processo de decisão em cada temática;
5. Qualificação das pessoas participantes enquanto agentes interventivos nas temáticas abordadas.

Repercussões

1. Capacitação das pessoas participantes para compreensão dos contextos relacionais abordados;



2. Estabelecimento de redes de troca de informação sobre temáticas abordadas;
3. Estabelecimento de grupos de trabalho sobre temáticas abordadas;
4. Proposição de estratégias de multinível (políticas, discursivas, técnicas, científicas, midiáticas, jurídicas etc) nos sistemas temáticos abordados;
5. Alinhamento estratégico de discursos políticos e frentes sociais de representação das demandas dos grupos/redes/comunidades.
6. Estratégias que visem o ações para o desenvolvimento das temáticas abordadas em curto, e médio prazo;
7. Estratégias que visem ações para o desenvolvimento das temáticas abordadas em curto, médio e longo alcance.

Palestra Magna 1 - Povos originários e comunidades tradicionais. Da ancestralidade ao futuro. Riscos da destruição das matrizes culturais para as futuras gerações. Alternativas de superação. Indígenas, quilombolas e religiosos de matriz africana. Territorialidade, tradição e saberes ancestrais.

“Igualdade não deve apagar nossas identidades. Esta deve conseguir abarcar multiplicidade e riqueza, essência que o Brasil precisa ser capaz de resgatar para construir diálogos entre as religiões em busca de uma dinâmica contra-colonial.”

Miguel de Barros.

Esta atividade buscou discutir a importância do território para a preservação da tradição, da cultura, da religiosidade e dos saberes ancestrais dos povos originários e das comunidades tradicionais. Sobre os riscos eminentes da destruição das matrizes culturais para as populações-chave, enfatizando aspectos sobre território, preservação de cultura e dos saberes ancestrais.

Ordep José Trindade Serra - contextualizou a luta constante que pessoas negras precisam enfrentar em um sistema extremamente opressivo, de capitalismo financeiro neoliberal, comparável a regimes totalitários. Desta forma, a qualidade de vida da população fica atrelada a interesses do mercado, levando a especulação financeira a apropriação dos recursos da população, gerando uma relação de dependência parasita



em torno da miséria alheia. A reforma trabalhista propôs retomar os empregos, e na realidade aconteceu o oposto. O regime atual é escravocrata, quando tira direitos consagrados dos trabalhadores e aniquila a justiça do trabalho. E ainda sinaliza que a entrada de negros e indígenas em instituições de nível superior é um dos motivos para que haja enfraquecimento destas políticas por parte do governo.

Joênia Wapichana - relatou a concepção errônea de que os indígenas deixaram de ser indígenas por usar tecnologia, exercer cidadania, falar outras línguas e acessar espaços. Enfatizou que independente de quaisquer dessas e outras coisas, não se deixa de ser indígena por isso, já que estes mantêm sua cultura, tradição e identidade. Também descreveu como é a dificuldade de ser parlamentar e palestrante em face das exclusões nos eventos. A convidada reforça a importância do Simpósio como local de luta e resistência no momento e que devemos continuar lutando pela democracia e pela sociedade.

Miguel de Barros - contextualizou descreveu os territórios mais importantes de sacralização são as florestas, e como estas possuem uma dimensão física e espiritual. Na floresta há um espaço ritual de transição de espaços, de idades, de identidades, local onde se encontra nossa farmácia, subsídios para nossa casa, sobrevivência e trabalho. A floresta é central e patrimônio coletivo compartilhado entre gerações e espíritos, é um patrimônio cultural imaterial, mas é percebido pelo mercado apenas como recurso capitalizável. O modelo econômico extrativista só prejudica a natureza, com base em um ganância econômica e especulação financeira, e reiterou que não podemos falar da natureza e do sagrado como bolsa de valores. O neoliberalismo em relação com a religião: reforça a indústria da arma (todos os países liberais são belicistas); está aliado à subalternização da condição feminina (discurso religioso como formas de fundamentalismo que coloca as mulheres em situação de desigualdade); ao consumo, em que se destaca como os governos anteriores foram importantes no aumento de uma classe média, porém, uma classe média aparentemente sem consciência política, sem engajamento e cidadania política e compromissos geracionais. Perdemos a consciência histórica e isso nos torna alienados de construir futuros possíveis e desejáveis, enquanto um instrumento de construção ideológica. Não podemos continuar com uma visão de consumo da nossa própria existência, no local de uma construção identitária e de compromisso geracional com as populações.



Palestra Magna 2 – Convenção 169 da OIT. Quilombolas e indígenas no mundo do trabalho. Trabalho digno e decente, territorialidades, tradição e saberes ancestrais – direito a consulta prévia.

“Não é verdade que todas as pessoas precisam receber os mesmos tratamentos, a proposta é alcançar a igualdade por meio da diversidade.”

Cayetano Núñez.

Esta atividade buscou discutir a eficácia e a efetividade da Convenção 169 na sua inter-relação com os conceitos de trabalho digno e decente e com a inclusão social e produtiva dos membros de povos originários e comunidades tradicionais. Como enfrentar os obstáculos criados por preconceitos, racismo, intolerância e discriminação, bem como as formas de identificação, prevenção e enfrentamento de referidas práticas nas relações sociais, comunitárias, de produção, consumo e trabalho. Apresentar a Convenção sobre assédio e os desafios para sua ratificação pelo Estado brasileiro.

Cayetano Núñez - informa que a A Convenção 169 é uma norma internacional do trabalho, uma base na defesa do trabalho das populações referidas. Destaca-se que o primeiro artigo faz uma definição dos povos indígenas e originários, não os tratando como os demais cidadãos, pois estes necessitam que sua singularidade seja mencionada. Os povos originários defendem o trabalho de uma perspectiva comunitária diferindo da lógica capitalista, dentro da seguridade social. Prosseguiu sinalizando que a igualdade efetiva e a igualdade de oportunidades devem ser acompanhadas por resultados. Sinaliza também a importância de considerar que os grupos discriminados sejam consultados nestes aspectos de forma constante, resultado de um trabalho complexo. E aponta que povos que têm territórios em que há a intenção da exploração, quando são consultados, estão em desvantagem. Neste sentido, a capacidade de autogoverno deve ser assegurada, para que se respeite as ancestralidades, maneiras de solução de conflitos, dinâmicas econômicas, políticas e sociais. E finaliza apontando a necessidade da administração desta Convenção, por um grupo intercultural, de forma que haja compreensão diversidade do comportamento e do que é acusado ou acusa.

Martin Hahn - contextualizou a Convenção 169. Relatou o consenso alcançado pelo grupo, se baseando pelo respeito às comunidades; asseguramento de direitos a terra, a definir suas próprias prioridades para seu desenvolvimento, direito à saúde, direito ao trabalho, dentre outros.



Em 2019, a Convenção completa 30 anos e OIT faz cem anos, retificada em um ato formal do Estado brasileiro (2012). Este é o único documento que fala especificamente sobre as populações chave do simpósio; não são direitos especiais, são direitos humanos que são articulados devido às discriminações, por isso devem ser protegidos. As vulnerabilidades sociais desses povos estão associadas principalmente em relação a terras e empregos. Questões como trabalho infantil, informalidade e direito à seguridade social também são percebidos como relacionais a este contexto. A história dos povos indígenas tribais é marcada por genocídios, racismos, violências diversas, precisando da afirmação de seus direitos humanos.

Palestra Magna 3 - Convenção dos Direitos da Criança. Infância e juventude indígena, negra, quilombola e de religiosos de matriz africana.

“Valorizar as diferenças é cultivar igualdade. O racismo produz efeitos na vida de toda e qualquer criança, das mais diferentes cores e diversidades étnicas; devemos ofertar as nossas melhores respostas como adultos.”

Helena Oliveira

Esta atividade buscou discutir os impactos do preconceito, do racismo e da discriminação sobre a infância e a juventude indígena, negra, quilombola e de religião de matriz africana. Apresentar alternativas de prevenção e erradicação. **Helena Oliveira** - contextualizou como a iniciativa de 2010 da instituição contribui para o enfrentamento do impacto do racismo na infância e na adolescência. Neste sentido, narra como a principal missão da Unicef é assegurar, defender e garantir os direitos das crianças e adolescentes. Se entende que há uma violação grave que continua impactando esse público, o racismo. E sinaliza como foi importante pra esse simpósio trazer este tema para discussão, reflexão, avaliação e trabalho desta demanda para a agenda de 2019.

O ano de 2019 completa 30 anos da *Convenção dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Iniciativas no contexto de marcar essa data e pensar as crianças nas mais diferentes culturas e raças, na perspectiva do enfrentamento do racismo de forma global. Outro marco internacional para pensar o direitos das crianças e sua diversidade é a convenção contra o racismo e o dia internacional Contra a Discriminação Racial. Impactos objetivos: suicídio de jovens indígenas, taxa de exclusão e evasão escolar, trabalho infantil e infantil doméstico, assassinatos de adolescentes, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, mortalidade infantil indígena.



Palestra Magna 4 - Ódio: do discurso ao crime. Reparação.

“Um dos temas mais importantes é a reflexão sobre as entidades dominantes e como esta precisa romper com o modelo atual em função de um modelo interlocutivo de conhecimento multirracial e cultural. Quando lutamos contra o racismo é uma questão de emancipação.”

Mireille Fanon

Esta atividade buscou contextualizar e discutir as causas e consequências do discurso de ódio para a consolidação de uma cultura de paz e de respeito à diversidade étnico-racial e religiosa.

Mireille Fanon - relata como a maioria brasileira ainda é vítima de uma violação massiva de direitos humanos. Em 2015 liderava uma visita ao Brasil para a ONU, enquanto negros foram vítima de encarceramento em massa, violência no trabalho, e ainda tiveram essas violações sistematicamente invisibilizadas. Em contraste, aponta que na França, o Ministro da Justiça foi obrigado por uma frente representativa a renunciar por proferir comentários racistas. Também evidenciou aspectos que legitimam a alienação e a subjugamento provocado pelo pensamento colonial e como os afrodescendentes são mais afetados pelas consequências da abolição da escravatura. Neste sentido, devemos lutar por políticos que se preocupem ativamente pela autonomia desse povo, e como assassinatos de ativistas de direitos humanos.

O racismo biológico tem ganhado força novamente nos últimos tempos, ao passo que precisamos entender as relações de poder e dominação, atacando essas condições colonialistas, buscando revelar as arbitrariedades com visão à transformação e promoção da descolonização das mentes. A catástrofe metafísica que avança ao Oeste, saturaram a noção de humano e não - humano - suficiente. Fanon vê o tornar humano como uma luta contra esse corpo noturno da democracia. Há necessidade de um processo de reparação, fazendo com que os crimes cometidos sejam reconhecidos mesmo após as Convenção de Direitos Humanos, as violações de direitos humanos dessas sociedades continuaram a acontecer nessas sociedades neoliberais.



Palestra Magna 5 - Questões étnico-raciais, religiosas e de gênero nos povos originários e nas comunidades tradicionais. Racismo. Feminismos. Interseccionalidade. Mulherismo africana.

“Um povo que não se reconstrói é um povo sem potência” Katiúscia Ribeiro

Esta atividade contextualizou as questões étnico-raciais, religiosas e de gênero na vivência dos povos originários e nas comunidades tradicionais. Preconceito, racismo e discriminação fundada em questões étnico-raciais e de gênero no povos originários e comunidades tradicionais. Estratégias de superação e formas de discutir o feminismo no contexto dos povos originários e das comunidades tradicionais. Discutir o conceito de interseccionalidade e das diversas formas de feminismo negro e euro-centrado. Mulherismo africana. A mulher indígena e seu papel nos povos indígenas. Papel da mulher de terreiro na sua comunidade e nas relações de trabalho, produção e consumo, incluída sua condição de destinatária de políticas públicas.

Ana Paula Barreto - propõe uma reunião no mesmo dia para discutir a reconstrução da Casa da Reza, aproveitando o espaço estratégico e a presença de autoridades. Começa falando sobre Aline Pimentel, uma moradora do Rio de Janeiro (Baixada Fluminense) e a saúde da mulher negra (mortalidade materna), que é o tema de seu mestrado. Relata que Aline tem 28 anos, tem uma filha de 5 anos e está grávida de 6 meses. Passando mal, vai a uma clínica de Belford Roxo, onde recomendam um dramin (medicamento), sabendo que ela estava grávida. No dia seguinte, pior, ela chega cedo à clínica para um exame, que só é marcado para às 15h. Às 14 da tarde, fazem um exame e constatam a morte do feto. Às 11 da noite, realizam o procedimento de retirada. No dia seguinte, ainda pior, descobrem que o procedimento foi mal feito. O estado de Aline piora. Ao ligar para hospitais maiores, constatam a falta de ambulância. A família não tem o dinheiro para pagar uma ambulância. Uma espera de 18 horas. Aline entra em coma, consegue ser levada ao hospital, que não tem leitos. Aline fica no corredor. A equipe que realizou o procedimento transmite oralmente a condição de Aline para a nova equipe, não relatando a gravidez da paciente. A mãe percebe a piora de Aline, e ela comunica à nova equipe que ela estava grávida. O primeiro hospital se nega a entregar os documentos de Aline, alegando que precisam de uma autorização judicial. Aline morre enquanto sua mãe busca soluções para conseguir os documentos e procedimentos para a sua filha.



SIMPÓSIO INTERNACIONAL

Destaca que é possível prever a maior parte das mortes maternas no mundo, associadas ao racismo, discriminação de gênero, desigualdade. Convida a não falar sobre pobreza, mas sim de desigualdade. Na literatura tradicional, a morte materna é causada por hemorragia, consequência de aborto inseguro e desnutrição. O responsável pela desigualdade é o Estado Brasileiro. Ana Barreto se questiona se os indicadores estatísticos internacionais indicam de fato a realidade. Em relação à morte materna, eles só falam da quantidade de mortes, não dão o contexto da morte, a qualidade do atendimento, que elementos estruturais estavam em jogo em cada caso. A estrutura do SUS impede que o contexto faça parte dos dados em relação aos atendimentos. Violência de tempo, um conceito que deriva das análises de Barreto. O tempo de acesso, de atendimento, de realização dos procedimentos é invisibilizado nos dados. Aline sofreu uma discriminação sistêmica no seu itinerário. Ana Barreto termina propondo um questionamento daquilo que não é medido pelos indicadores, além de afirmar a necessidade de olhar para os contextos de produção dos indicadores

Angie Cruickshank - começa sua fala sinalizando que é preciso buscar e pressionar o Estado para medidas efetivas de políticas públicas para crianças e mulheres da comunidade negra. Afirma que existem desigualdades sociais, políticas e econômicas que são estruturais e que





condicionam a existência das comunidades negras e latinas. Diz que é preciso conceber um modelo interseccional de políticas, que abarque as diversas identidades (mulheres, latinas, afro-descendentes etc.). Outros fatores essenciais para pensar essas questões são as especificidades sócio-geográficas. É preciso entender e levar em conta as especificidades da violência, que incide de forma diferente sobre as mulheres, as negras, as latinas etc. O discurso de ódio e a falta de acesso à justiça se modulam. O racismo estrutural está na base das práticas e das possibilidades de acesso das populações estigmatizadas à justiça. É preciso socializar o conhecimento para impulsionar políticas de ação afirmativa, fortalecer o discurso e generalizar o acesso da população aos espaços de decisão. Cita o exemplo da Costa Rica, em que há uma luta para incorporar a visão dos povos originários e tradicionais nos processos de consulta.

Katiúscia Ribeiro - fala sobre o mulherismo africano, afirmando que mulheres estão passando outras narrativas sobre o lugar da mulher negra a partir de outros paradigmas. Fala de seu encontro com pensadores não-ocidentais, que a levou a pensar *“qual é o lugar que pensamos a existência ameríndia e negra?”*. Os paradigmas, que não foram pensados pelas pessoas pretas e indígenas, foram construídos pelas existências ocidentais, que pautam o entendimento do que é ser humano. Ao ingressar nos estudos de filosofia, ela não se identificava com o pensamento que estava posto, marcadamente ocidental. Passou a sentir, e entender que como mulher preta e quilombola, de espiritualidade africana, não conseguiria compreender os processos cartesianos de pensamento. Volta-se então para a filosofia africana, encontrando-se com os pensamentos afrocêntricos, uma epistemologia de lugar que convida a pensar na violência imposta às populações pretas pelo rapto histórico. A herança ancestral pulsa dentro de nós (o povo preto), ancestralidade é a chave. Assim, ela chega ao mulherismo africano. A partir do contexto do quilombo, ela entende o mulherismo como proposta política e emancipatória que pensa uma perspectiva de lugar. *“Qual o lugar de onde partem as mulheres que refletem sobre os elementos que estão dados?”* Enquanto estamos propondo soluções, a violência avança. O mulherismo propõe como as mulheres negras vão pensar a violência do patriarcado, se elas derivam de uma lógica matriarcal. *“Se a ancestralidade parte de uma lógica matriarcal, feminina, como pensar as propostas de mudança?”*

Sobre questões étnico-raciais, destaca que há um ódio sobre os corpos racializados, e não só marcados pelo gênero. *“Como pensar ideologias e soluções políticas se partirmos de uma epistemologia que não nos cabe?”* É preciso deslocar a origem epistêmica da luta, apresentar o



olhar e a narrativa a partir da narrativa da ancestralidade negra. Deixar de ser ponta e tornar-se centro da própria organização social. Os ancestrais refazem sua trajetória e refazem a vida. Destaca o mulherismo africano como proposta epistemológica de lugar. O lugar da gênese da reflexão sobre as existências das mulheres negras. A reorganização enquanto povo é imprescindível, reorganizar as lógicas é essencial. Ao pensar no feminicídio, por exemplo, é gritante como o racismo está na base, é a explicação dos altos índices de mortalidade das mulheres negras.

Samantha Ro'otsitsina Juruna - começa sua fala destacando que não é uma mulher indígena feminista, embora muitas pessoas pensem que ela é feminista. Apresenta um vídeo sobre sua história, a razão de não ser casada e não ter filhos, a importância da comunidade no compartilhar de cuidados, e a importância dada aos estudos pelo seu pai. Ela luta pela causa da mulher e reconhece as contribuições do feminismo. Resgata a fala de Katiúscia, concordando com ela. Destaca que há uma diversidade de povos indígenas (305), incluindo povos que se isolaram voluntariamente e é preciso entender que a diversidade dos povos é imensa. Embora ela lute pela causa das mulheres, ela não tem a pretensão de se sobrepor a essa diversidade. É preciso reconhecer o papel do homem e da mulher para enfrentar a desigualdade de gênero. No entanto, é preciso também pensar no que significa gênero dentro da diversidade de mais de 300 povos indígenas. Retoma a fala indagando: *“Como pensar gênero dentro da diversidade de povos?”*. Ela conta que a experiência de mulher (o corpo) é compartilhado com outras mulheres, o mesmo acontece com homens. Há um respeito com o corpo do outro.

É preciso respeitar o tempo da aldeia, do povo e saber modular a relação entre o conhecimento que vem da universidade e a estrutura de pensamento local. Descreve que na comunidade, é preciso buscar um meio termo que permita o diálogo, sem entrar nos conceitos acadêmicos do que é gênero, por exemplo. Busca construir um diálogo que proponha reflexões acerca do respeito à pessoa e sua posição dentro do povo, da cultura. É desse modo que ela propõe uma discussão sobre violência contra a mulher, por exemplo. Alerta que agredir a mulher é agredir o povo, desrespeitar o outro. É preciso respeitar o tempo daqueles que estão na aldeia. Resgata a sua relação com o pai, de como é importante reconhecer o papel dele na concepção que ela tem de si e do ser mulher. Não são todos os pais que dão o incentivo do estudo.

É preciso pensar: *“Enquanto os homens estão na cidade, são as mulheres que ficam na aldeia, são elas que fazem a manutenção da cultura, fazem o papel social na roça e com a família. No entanto, esse trabalho não*



é reconhecido (às vezes nem por elas mesmas)." Ela enfrenta esse desafio ao falar com suas parentes que afirmam que não fazem nada. É preciso entender esse papel da mulher para uma reflexão mais ampla. Ela conta das dificuldades que se impõem, por exemplo, ao pensar a Lei Maria da Penha dentro do contexto indígena. É preciso considerar as barreiras linguísticas e o racismo institucional. O processo de denúncia não é viável para quem está na comunidade. Conclui dizendo que a igualdade se refere às oportunidades de educação, trabalho, de ter sonhos e expectativas.

Emerson Pataxó - resgata os dados que mostram que o Brasil é um país em que a LGBTIfobia é uma violência muito presente na realidade do país. Resgata o caso de Tibira Tupinambá, o primeiro caso registrado de homofobia na história do país. Fala que a maioria dos casos de violência partem de casos ocorridos com negros e indígenas. As raízes católicas influem fortemente na homofobia do país. Afirma que existem pesquisas que mostram que a homoafetividade indígena era comum antes da inserção do catolicismo. É preciso entender que a diferença de cultura e de ancestralidade não atenua o fato de que somos todos humanos. Espera que a violência que as populações sofrem não adentre as comunidades. É preciso respeitar a diferença.

Vanessa Terena - retoma o caso dos Guarani-Kaiowá e seu desterro pelos militares, os banhos de agrotóxico a que crianças são submetidas e a morte cotidiana de seus guerreiros. Não consegue compreender como em 2019 ainda existe esse grau de violência. Retoma a timidez dos Guarani e conta que muitos morrem por não conseguir atendimento nos postos de saúde por não conseguir comunicar o que estão sentindo. Sinaliza que é preciso entender que certas tecnologias não cabem nas aldeias. Discutir gênero, por exemplo, é um desafio nesse aspecto. Discutir identidade também se coloca assim. Os povos indígenas ainda tem que lutar para redefinir sua identidade frente aos estereótipos construídos pela sociedade. Não é o estar na cidade que elimina a identidade indígena daquele que se move. É preciso combater essa ideia do indígena congelado no tempo, que não pode se desenvolver. Não cabe a ela falar sobre gênero, mas sim sobre identidade. Quem é o indígena, pensando a partir das perspectivas indígenas. Demandam respeito à individualidade e o direito à terra.

Wania Sant'Anna - destaca que o tema da atividade é desafiador. Prossegue sinalizando que é preciso entender que o diálogo da diferença na sociedade brasileira acontece em um contexto de polarização. As liberdades democráticas estão em risco. Não é um momento de brin-



cadeiras, e sim de assumir responsabilidades muito maiores. O sistema ignora outras formas de família. Não é a universidade que vai dar os instrumentos para se pensar o lugar de onde parte a desigualdade. Se a concentração de renda não fosse tão desigual, a nossa existência seria diferente, já que o conceito de 'pobreza' mantém o status quo da elite. Não é possível apenas dialogar com gênero, identidade de gênero e feminismo sem colocar em jogo a discussão sobre o poder. O racismo é fundamental para a construção das relações de poder. Finaliza afirmando que estamos vivendo essa realidade conceitual da pior forma, uma vez que a estrutura de governo é a pior possível, não apresentando brechas para imprimir vozes de contra-reação. Estar nesse espaço protegido da Procuradoria Geral do Trabalho é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada sem falar de política.

Maria Lúcia Braga - busca, com outros colegas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), transformar esse espaço em fortalecimento, buscando resistir a um processo de necropolítica. O Estado, de caráter fascista, direciona sua violência para as populações mais fragilizadas. Como ter sonhos em uma conjuntura tão complicada como a que vivemos. Retoma o programa "Mulher na Ciência" do CNPq, no qual vinham tentando construir ações para incluir mais mulheres negras no âmbito das ciências, realizando ações de levantamento e visibilização de mulheres negras na ciência. Fala dos conselhos e comissões formados majoritariamente (quando não totalmente) por homens brancos. Denuncia que há uma ausência de mulheres negras e indígenas na ciência. É preciso pensar, resistir e se mobilizar para mudar esse contexto. É preciso reorganizar as agendas.

Sandra Simón - ressalta que foi a primeira mulher chefe nacional do ministério público do trabalho. Destaca que o Ministério Público do trabalho deve fazer articulação social, não tem caráter criminal. Cita projetos de capacitação teórica e prática em comunidades quilombolas e comunidade trans. Afirma que o Ministério Público não retrata a realidade demográfica e ideológica do país, é um órgão branco, heterossexual, cristão. É preciso tratar as questões na interseccionalidade. Não é mais possível compartimentalizar a realidade. É preciso identificar o máximo de afinidades possível para articular agendas políticas. O direito não é ferramenta de transformação social, mas sim um modo de manter a lógica hegemônica.

Katu Mirim - fala que seu nome não tem gênero. Sinaliza que antes de falar de gênero e sexualidade, é preciso que os indígenas discutam o que é ser humano. Relata um caso em que estava com a namorada no



metrô em São Paulo e, enquanto um casal lésbico branco demonstrava sua afetividade, ela não se sentia habilitada a fazer o mesmo, por carregar as marcas do seu povo. Alerta que é preciso decolonizar o corpo e a mente, desconstruindo as normas de gênero que vieram da colonização. Termina sua fala mostrando um vídeo sobre povos indígenas da América do Norte que buscam ressignificar a ideia de *two-spirits*.

Painel Temático 1 - Escravidão Indígena e Negra. Direito a memória e a construção da identidade. Reparação.

“A colonização foi onde os dois povos trouxeram a mesma história, a mesma luta. Os antepassados do meu povo que não conseguiam falar o português e eram assassinados. Hoje, ainda temos que lutar por esses direitos, o direito de não acabarem com a nossa cultura.”

Samara Carlos Brandão Shanenawa

Este painel teve como objetivo interligar os temas da escravidão indígena e negra, com o direito à memória e à construção de identidade, onde o norte do debate se centrou dentro da perspectiva da reparação aos povos escravizados. Assim, as falas seguiram em coro dando destaque à vocação crítica do debate, com as contextualizações históricas a partir da experiência de cada um dos painelistas. Não se pode olvidar





que o parâmetro para a análise adotado, acerca da reparação, instigou o pensamento e a construção argumentativa dos convidados para refletirem sobre seus locais dentro do espaço que ocupam, havendo sido trazidas diversas experiências profissionais e do cotidiano dos painelistas, corroborando para uma multidisciplinaridade de saberes, não somente acadêmicos, mas também pela busca de um respeito ao saber tradicional das populações escravizadas como fonte principal para a construção do debate.

Seguiu-se, portanto, um painel convidativo a se desembaraçar as lentes para que se voltasse com um olhar cujas vistas estivessem mais nítidas a fim de vislumbrar um passado ancestral que ainda segue vivo e contemporâneo, como bem colocado a importância de se resgatar a história e disputar as narrativas outrora escritas, não com o fim de borrá-las, mas de acrescentá-las novos espaçamentos historiográficos e epistêmicos. O debate trilhou seu rumo para a conclusão de que existe um papel de protagonismo muito grande dos movimentos dos povos originários escravizados na ruptura da escravidão moderna, porém, é um desafio ainda muito maior as instituições públicas de acompanharem todas as demandas desses povos. Não obstante, os passos a serem tomados dentro do âmbito das reparações não pode findar com as políticas afirmativas de cotas.

Como encaminhamentos, houveram diversas propostas, e em boa parte delas estava presente a possibilidade de se pensar novas modalidades de reparação que não se findem de imediato, mas que se perpetuem no tempo, com fim de abranger futuras gerações, bem como os impactos destas sejam averiguados e divulgados com a sociedade brasileira. A seguir a descrição das falas que embasaram as propostas.

Elisa Larkin – Iniciou com um balanço histórico de vida de Abdias do Nascimento, acerca de sua luta antirracista, bem como abordou temas sob a ótica do quilombismo, mencionando a relevância epistemológica do referido autor. Trouxe à baila a violência promovida pelo Estado contra a população negra e pobre, autorizando a conjuntura de atos violentos contra esse povo, especificando os casos que ocorrem no Rio de Janeiro. Ressaltou, também, a importância de se resgatar a memória da escravidão no Brasil, denunciando a ocorrência de um apagamento dentro da cultura brasileira, como o local onde ficou conhecido como "*Cais do Valongo*". A convidada se debruçou sobre o histórico do processo de sequestro dos africanos para o Brasil e das civilizações anteriores a Cristo que possuíam sistemas muito estruturados e tecnológicos no continente Africano. Traz também o debate sobre a existência do fóssil Luzia, que



representa a existência de indivíduos negros nas terras americanas com datação entre 25.000 a 40.000 anos atrás, trazendo possibilidades de relações e descendências do povo originário, a população indígena. Abordou problematizações no sentido de quem é a pessoa escravizada. Em seguida, respondeu que existe uma construção de uma identidade e memória dessa parte da população, construída pelo branco. E que a reparação não é um tema que se iniciou hoje, mas que se inicia no séc. XVIII, com movimentações de indivíduos negros nos EUA.

Ruth Grimberg - Afirmou ser representante do povo judaico. Abordou a escravização e tortura cometida contra os Judeus, com início no Oriente Médio, aproximadamente 5700 anos de luta, sobrevivência, guerra, escravidão e massacre. Como e por que se dá essa sobrevivência? Sentimento de ódio, crescente até o período do nazismo, na Segunda Guerra Mundial; mas que ainda na contemporaneidade houve um recrudescimento dos movimentos de direita e inclusive de grupos neonazistas. Informa sobre o retorno de milhares de Judeus espalhados pelo mundo para o Estado de Israel e reforça a importância do amor dentro desses coletivos.

Elisiane Santos - traz reflexões sobre a atuação em direito dentro da temática. Concentrou sua fala na reparação e evidenciou como estudos sobre legislação e a assecuração do direito.. Houve uma melhoria na situação de jovens negros nas universidades, mas que não chegam ao mercado de trabalho, e que neste sentido precisamos pensar também na igualdade de resultados. O ministério do trabalho possui projetos visando esse objetivo, de inclusão da população negra no mercado de trabalho. Informa que é pouco ouvido, nos espaços coletivos e institucionais, sobre o tema da reparação, até mesmo a existência da naturalização do processo de escravização. Reflete como a ação afirmativa é um direito, mas ainda não há profundidade de discussão na questão de reparação. O direito de memória também entra no conceito de reparação, não existem memoriais, pensando os estados do litoral brasileiro não se pensa na quantidade de africanos sequestrados que chegaram na costa do país. Relembrou sobre o Grupo de Trabalho de Raça do MPT, que tem um viés de promover e combater racismo institucional na sociedade e no trabalho.

Humberto Adami - contextualizou o cenário da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) no estado do Rio de Janeiro, como sendo a unidade da federação pioneira nesse projeto de se buscar a verdade da escravidão. Informou que participou do primeiro simpósio, onde teve uma fala no sentido de que há uma obrigação do Estado brasileiro em reparar os



danos causados pela escravidão no Brasil. Assim, frisou novamente a importância de se buscar essa reparação. Trouxe relatos pessoais de sua experiência enquanto presidente da comissão acima mencionada e demais atuações que fará enquanto estiver na representação desse mandato, no âmbito de reconhecer direito de povos originários. Explicou que a proposta de reparação financeira enfrenta resistência do Estado, inclusive, sendo barrada quando apresentada na elaboração do Estatuto da Igualdade Racial. Trouxe experiência de outras formas de reparações em outros países e compreende que as ações afirmativas existentes no Brasil não são suficientes enquanto políticas de reparação efetivas.

Iraildes Elísia Andrade Nascimento - apontou dados de desemprego e baixa escolaridade de mulheres negras em comparação à outros grupos sociais. Continua sua fala com a reparação, resgate histórico com mulheres indígenas, que abriram portas para as negras ancestrais, em suas comunidades. Ao falar da questão de mulheres negras, ela traz que essas estão 55% abaixo dos ganhos dos homens brancos e 30% dos homens negros. Ressalta que é preciso falar do índice de desemprego da juventude negra e o genocídio dos jovens negros . A Bahia é o 5º estado no índice de feminicídio, e aponta como essa violência tem raça, gênero, idade; quando se pensa em reparação, é preciso pensar nesses dados. Relaciona a importância da política de ação afirmativa, escolarização, emprego e saúde para mulheres negras como centrais para a transformação social.

Leandro Bulhões - introduziu seu trabalho na universidade que leciona, onde há o esforço de se implementar nas disciplinas leituras étnico-raciais. Disse ainda sobre a necessidade de se elaborar um documento que revele os impactos das cotas raciais nas instituições que as implementaram, em vista de que as políticas afirmativas voltam ao Supremo Tribunal Federal em 2022.

Milton Santos - provocou a mesa sobre a ausência de falas em relação à escravidão contemporânea, que vivemos hoje. Relatou sobre um quilombo que se “modernizou” no bairro Pernambués, em Salvador, na Bahia, em um sentido de interferência urbana ou expansão. Faz analogia da modernização as formas de trabalho em shoppings, também espaços modernos, onde negras e negros em sua maioria trabalham, sofrendo inúmeras violências, principalmente psicológicas em decorrência das metas estabelecidas nas relações de trabalho. Neste sentido, abordou as temáticas dentro de uma ótica da naturalização das escravidões modernas enquanto funcionais na lógica capitalista. Estendeu a provocação a fazer junção ao debate de tráfico de pessoas



para o âmbito da escravidão moderna. Assim como o “*Cais do Valon*”, há a naturalização do mercado modelo, em Pelourinho, em Salvador, que era depósito para escravos.

Samara Carlos Brandão Shanenawa - relata que são muitos anos de escravidão aos povos indígenas, negros, africanos, povos vítimas de preconceito e discriminação. E que isso se deu pelo contato com pessoas que não reivindicaram os nossos direitos. Em pleno século XXI questões indígenas são postas em papel e depois engavetadas, não vão para frente. É importante que o que esteja na escrita, saia para o concreto, que se preserve a natureza que os pertence e os sustenta, que para muitos grupos é apenas para destruição e exploração de recursos financeiros, sem pensar no futuro. Lembra que a semana dos povos indígenas, era comemorada na semana do dia 19 de Abril e não se pensa mais nessa data, foi retirada, e como não há o direito de celebração e reparação.





Cecília Amália Cunha Santos - enfatiza sua fala em reparação, informando que existe uma atuação do MPT com GTs em relação ao direito de comunidades tradicionais. Ela ilustra seu projeto, o *Projeto Ubuntu*, feito com comunidades Quilombolas; o projeto tem por objetivo ajudar essas comunidades a transformar sua agricultura de subsistência, muitas vezes precária em uma fonte de renda, com respeito à sua cultura e à natureza.

Hélio Silva - começa ressaltando como essa experiência (Simpósio) inaugura uma ação institucional de um segmento importante, em comprometimento com causas e grupos que normalmente não tem voto, falta de representação e organização política. Lembra que iniciativas no sistema de justiça nesse sentido são quase voluntárias. Esta ação do MPT sinaliza como é possível ter uma ação institucional. Durante muito tempo os movimentos sociais investiram em enfoques repressivos da discriminação, quase que centrado na intervenção por via da jurisdição criminal e o tempo nos mostrou que o aspecto repressivo da discriminação vem por ações dramáticas, o direito é chamado quando o fato já aconteceu, o MPT traz o como podemos prevenir e estimular. Intervenções preventivas através do direito, podendo ser até mais ousado em termos de impulsionar iniciativas e políticas de inclusão. Continua descrevendo como ações afirmativas diminuem as taxas de desigualdade, democratizam o acesso, dão visibilidade, mas que o empresário pode sentir incumbido de empregar esses grupos por questões financeiras e continuar alimentando o sistema de valores que nos levou a esse quadro de desigualdades. E questiona: "Como é que o direito pode ir além de atacar as desigualdades, os efeitos do problema? Que possibilidades o direito de tentar tangenciar as causas do problema?" Educação, o movimento negro trouxe avanços extraordinários, mas ainda há dificuldade de pensar implementação de políticas públicas, questões que são belas no espaço acadêmico, mas pouco funcionais. Aponta que na área de educação tivemos grandes conquistas, mas grandes perdas. A lei de diretrizes de base da educação na sua redação original, previa o dispositivo da constituição federal, previa o ensino da história, explicitamente obrigado o ensino da história e da cultura africana. Não transformemos uma demanda do estado democrático de direito, num assunto de negros e/ou de índios exclusivamente, mas que devemos institucionalizar as nossas provas. Apresentou a demanda de levar ao STF a propositura do debate do dano psíquico em função da discriminação racial.

Propostas Curto Prazo : Criar espaços de memória para povos tradicionais, indígenas e quilombolas.



Médio Prazo : Pensar em cotas epistêmicas, considerando que boa parte dos estudos trabalhados nas Universidades no Brasil são de origens ocidentais europeias.

Painel Temático 2 - Povos originários e comunidades tradicionais. Territorialidades, religião, cultura e saberes ancestrais. Legado para gerações futuras.

“A história narrada é a que exclui esses povos, ela não fala de ancestralidade.” Antônio Ferreira.

Esta atividade se iniciou com a exibição do vídeo *“As mulheres Kalungas”* e *“Oficinas de Conservas do Vão do moleque”*. A partir disso, reflexões foram instigadas por um dos coordenadores, Miguel de Barros. Ele questiona, como podemos contextualizar questões como trabalho e legado para gerações futuras? Construindo sonhos, esperanças e espaços de resistência. Percebemos que hoje, nas cidades, essas populações enfrentam o maior nível de desemprego. Ao mesmo tempo, as matrizes culturais presentes aqui percebem trabalho como emprego? Como essas questões têm passado para os jovens na transição para a vida adulta? Como podemos combater a comercialização da religiosidade? Pensarmos nas formas de comunicação das religiosidades sem confronto, mas com diálogo. As práticas permitem a reconstrução do território e da identidade religiosa? De modo a mapear as consequências dessas questões, abre-se para os convidados à discussão.

Carla Sandra Shanenawa - denuncia a tentativa de desvalorização do território e da cultura indígena. A precariedade do processo de demarcação das terras e da vivência indígena, e como estes são fundantes da diminuição da qualidade de vida desta população. Sobre a presença de pessoas indígenas em meios urbanos, ressalta que não são as tecnologias que irão fazer os esses povos perderem seu valor, como é constantemente questionado. A relação de seu povo com a terra vai além de sua função econômica, mas compreendendo a importância que a natureza têm na própria existência.

Samantha Ro’otsitsina Juruna - ilustra a dinâmica da transição dos lugares ocupados por pessoas indígenas, para demonstrar como é os deslocamentos forçados desses povos. No processo de territorialidades, os indígenas são obrigados a mudanças que prejudicam seu contexto cultural e seus meios sobrevivência. Menciona como são as questões que envolvem o uso de dinheiro dentro desses territórios, e a escolha de viver de forma tradicional em meio a oportunidade/ameaça de ter um emprego. Um dos maiores desafios das juventudes é tentar



reconhecer os territórios de seus ancestrais e também o lugar em que se está (socialmente), pois território também é onde estamos. Assim que um indígena está numa Universidade, por exemplo, ali se constitui o território do indígena. Ressalta que independente de onde estejam, todos sabem suas origens e denuncia que adaptação forçada marca a história de seu povo de forma traumática. Menciona a construção de um documento que abarque “boas práticas” contra este tipo de racismo.

Lilian Lira - ilustra a necessidade do convívio entre diversas religiões e etnias. Entende o papel que religiões ocidentais tiveram no rompimento desses espaços coletivos, e ressalta que existem outras formas de ser uma pessoa cristã. A partir do entendimento da tradição que representa, qualquer pessoa que é afetada, afeta a humanidade. Falar sobre territorialidade é uma questão ontológica, de ser com o outro, e por isso o diálogo seria o caminho possível para esta mudança. Também menciona a importância da presença de outros sujeitos, representantes de organizações oficiais e entidades patrocinadoras, presencialmente participando do evento, para que assim possam escutar as demandas em primeira mão, diretamente dessas comunidades.

Alcides Jorge Carvalho - denuncia que vários terreiros são alvos de expulsão de suas comunidades, de retaliação por sua presença. Ressalta que os terreiros também são territórios que garantem a vida e existência das pessoas e que construções coletivas como as legislações 10.639/03 e 11.645/08, dentro do campo educacional devem ser valorizadas, tendo em vista que lhes falta rigor. Aponta a necessidade de se criar redes, como é a rede de Orixás. Ao mesmo tempo, combater aqueles de mau-caráter dentro do próprio segmento. Há ainda uma falta de regulamentação do Estado na questão fundiária de terreiros, e questiona: como garantir a efetivação das estratégias que traçarmos? E finaliza reiterando a importância de se cobrar a aplicabilidade das leis.

Antônio Ferreira - interpreta que é preciso repensar a Educação, para além de governos, de forma que atravesse a construção cultural-identitária de negros e indígenas. A lógica de produção e consumo no ensino público desloca o quilombola ou indígena, dificultando sua reinserção no espaço do qual veio. Questiona como podemos construir essas adaptações de forma legítima e eficaz, que possam reverberar para além do controle de gestões específicas de governos transitórios.

Elísia Santos - A mesa institucional causou incômodo pois a maioria deles era homens brancos, até porque vários saíram para outros compromissos. Os locais de fala devem ser respeitados. Havia possibilidade desses indivíduos acompanharem o evento como um todo, para



utilizarem o espaço de escuta. Contra a hierarquização de dores para o fortalecimento de vínculos.

Propostas

Curto Prazo

- Criação de Frente Única de combate e enfrentamento contra racismo;
- Construir agendas coletivas com todos envolvidos;
- Propor noção de Território, enquanto espaço de vida, matriz, essência, cultura, sobretudo feito de pessoas, que podem enfrentar ameaças devido a especulação. Territórios sustentáveis;

Médio Prazo

- Promover formas e modelos de economia solidária fazendo frente a economia capitalista;
- Instigar um novo modelo que permita um intercâmbio/diálogo em voz ativa com instâncias políticas de transformação social;
- Reforçar o diálogo inter-religioso;
- Maior abertura de espaços as comunidade indígenas para mostrar seus valores de educação e saúde.

Longo Prazo

- Mudanças de narrativas - de processos pedagógicos para a cidadania plena. Aos indígenas, quando deslocados, favorecer a recriação do espaço e das aprendizagens que são de suas ancestralidades;
- No âmbito da história e da memória favorecer a conscientização histórica, principalmente acerca dos povos que construíram o Brasil.



Painel Temático 3 - Violência contra os povos originários, negros/as e as comunidades tradicionais. Genocídio? A educação como estratégia de prevenção. Sistema de justiça e garantia de direitos. Lei de abuso de autoridade (lei n. 13.869, de 5 de setembro de 2019). Narcopentecostalismo e intolerância religiosa.

“A minha fé não apaga a cor da minha pele.” Gicélia Cruz

Esta atividade se iniciou com a apresentação de um vídeo sobre a ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. Seu objetivo é contextualizar as causas e consequências da violência rural e urbana contra os povos originários e as comunidades tradicionais; o genocídio da população indígena e negra. A cultura do Ódio e a transição do discurso ao crime. As diversas formas de violências e assédios fundadas no preconceito, no racismo, e na intolerância.. Formas de prevenção e repressão no marco constitucional, do Estatuto da Igualdade Racial, e dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil. Sistema de justiça e de garantia de direitos para os povos originários e comunidades tradicionais. Sistema de justiça e de garantia de direitos para os povos originários e comunidades tradicionais. Tolerância e respeito. Preconceito, racismo e discriminação na sua relação com os princípios da imparcialidade e da impessoalidade da gestão pública e do sistema de justiça e de garantia de direitos, Tolerância e respeito. Preconceito, racismo e discriminação na sua relação com os princípios da imparcialidade e da impessoalidade da gestão pública e do sistema de justiça e de garantia de direitos. Neste sentido, seguem as falas compartilhadas na atividade.

Ivair Augusto dos Santos - questiona como podemos fugir do lugar comum de dados e estatísticas, como entender o tema da violência de uma forma complexa e engajar pessoas fora desse espaço. Sobre o por quê de se engajar neste processo, ilustra a inspiração pessoal, apoio, visibilidade, referência que pode oferecer nestes caminhos. Reitera a importância desse movimento de vinculação para a identificação, empatia, incidência política, impacto social, fortalecimento do senso de comunidade, status de reconhecimento como vantagens intrínsecas e extrínsecas. Elucida o que os grandes articuladores estão fazendo para articular as pessoas: chamar a atenção sobre o fato, a partir do alcance e de falas de impacto midiático; reitera a necessidade de educar e conhecer o tema para, por fim, engajar. Explana sobre modelos de resolução de



problemas complexos e relaciona os conceitos: eventos, padrões de comportamento, estrutura epistêmica e modelos mentais. Demarca a essencialidade de se reconhecer enquanto partes de uma rede de proteção da sociedade civil, governo e empresas. Alerta sobre fatores de risco que aumentam a possibilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis; e descreve fatores de proteção responsáveis pela modificação da resposta do indivíduo. E chama atenção para uma visão mais integral, entendendo que ninguém é só vulnerável e/ou vítima.

Gicélia Cruz - compartilhou sobre sua atuação no Coletivo negro evangélico, em Salvador, na perspectiva acadêmica e na aplicação da lei 10639/03, e sua pesquisa em cristianismo de matriz africana, e como trabalham com formação de professores. Sinaliza a importância da compreensão da diáspora africana, e referências no antigo testamento sobre a África. Denuncia como o Protestantismo de matriz europeia intensificou o racismo religioso. Alerta que o Deus que o homem branco prega: que segrega, o que dissemina o racismo religioso. Também aponta o impedimento negras/os de chegarem ao “topo da pirâmide” socioeconômica por apontamentos ou caminhos curtos. Ressalta distinção entre as igrejas do século XIX e como as igrejas pentecostais e neopentecostais surgiram nos anos 70 com um projeto político de poder.

Mãe Flávia Pinto - inicia alertando que o Brasil possui a terceira maior população carcerária no mundo e a quarta maior feminina; dessas, mais de 60% da população é negra e que 70% da população declarada na linha da pobreza também é negra. Neste sentido, ressalta como terreiro pode e dá apoio a população negra encarcerada. Realiza um trabalho com mulheres ex-presidiárias LGBTI+ na saída do meio fechado e sua ressocialização. Alerta para princípios jurídicos baseados em filosofias punitivas “euro-cristãs”. Compreende então o espaço do terreiro como abrigo e respeito destas identidades. Questiona: como essa mulher volta para o mercado de trabalho, diante da mentalidade colonizadora que a atravessa? Uma dessas consequências é a invisibilidade no mercado de trabalho informal. Destaca como heranças de comportamento colonizador: violência de gênero e racial, estupros e pedofilia. Sugere que o setor empresarial seja submetido a capacitações que explicam e sensibilizam sobre temas como racismos, intolerâncias e afins para a inserção da população carcerária preta, pobre, favelada no mercado de trabalho. Descreve o projeto de horta e agricultura urbana no terreiro e descreve como essas mulheres (ex-presidiárias) são rechaçadas pela igreja cristã, reiterando a importância de



romper o imaginário “demonizado” e construir uma identidade pautada na recuperação da ancestralidade.

Silvia Cerqueira - iniciou abordando o curso que ministrou em Alagoas para magistrados e como compreender o julgamento de crimes raciais e suas peculiaridades, não podendo julgar tais crimes a partir da construção positivista do direito. Sinaliza que precisamos retomar esta direção, para que possa ser levado à espaços jurídicos e formação de magistrados, pensando as peculiaridades e adaptações dos julgamentos raciais. Alertou para a inefetividade dos julgamentos dos crimes raciais, sem produção de resultados, despreparo das instituições, calcadas sob a égide do racismo e reprodutoras de tais narrativas. Reproduzir os modelos das instituições é uma forma de perpetuar racismo. Não se pode manter a aplicação fria da norma, sem entender as consequências que incidem na sociedade: morte de pessoas negras, de pessoas indígenas. Reitera que os operadores do direito não podem estar desassociados da antropologia, sociologia e história e apenas interpretar a norma pura desconexa da realidade contextual em que se desenvolve.

Jaime Mitropolous - incentiva a produção de um relatório de violência religiosa. Apesar do arcabouço normativo, há uma sistemática perseguição religiosa no Brasil, em alguns lugares do Brasil são acompanhadas de terrorismo religioso, proselitismo religioso destrutivo, avanço da liberdade religiosa para o abuso. Alerta para a omissão, ineficiência e inefetividade do Estado Brasileiro sobre os diferentes tipos de racismos com falta de apuração dos crimes religiosos e a progressiva captura do estado laico por grupos religiosos que possuem um projeto de poder organizado para isso. Levanta desafios para os participantes: quebrar a invisibilidade destas temáticas; utilizar de forma estratégica anúncios midiáticos; a importância de nominar o problema como “terrorismo religioso”; demandar a investigação e punição dos culpados; educação e diálogos institucionais, interculturais. Ainda traz o questionamento sobre o papel do ministério público em atuar nos crimes religiosos e ilustra como negar o pedido para retirar os vídeos de agressões a terreiros da internet em favor do suposto sentido de liberdade de expressão.

Neyla Ferreira - informa que o Mato Grosso do Sul é o 2º estado com maior população indígena do Brasil, cerca de 63 mil; desses 40 mil são Guarani-Kaiowá, e não falam português, não têm as terras demarcadas e são uma das maiores vítimas de violações de direitos humanos no mundo. Denuncia o racismo estrutural e racismo a nível individual, relacionando com a alta porcentagem de pessoas indígenas indocumentadas. Sugeriu a importância de uma campanha para documentação



específica pra esses grupos, citando a resolução do CNJ para o registro de indígenas. Fez uma crítica sobre a perda da guarda das crianças indígenas, por entenderem “maus tratos” sob a perspectiva branca os costumes desses povos. Denunciou ainda o aumento da taxa de suicídio entre os Guarani-kaiowá.

Nathaly Munarini - expressa a dificuldade da emissão da carteira de trabalho em sua região (Dourados/MS), bem como de outros documentos, tanto em relação a dificuldade estrutural do estado em chegar até as comunidades, quanto a não tradicionalidade da cultura positivada. As empresas da região não contratam indígenas pelo número alto de abstenções e relaciona ao racismo institucional. Ressalta que diversos processos penais estão travados para as pessoas indígenas. Denunciou mais uma queimada na casa de reza da região, e fez a leitura de uma carta aos Guarani Kaiowá, devido a uma relação pessoal de vida, trabalho e sentimento de pertencimento.

Iêda Leal - apresentou vídeos artísticos influenciados pelas raízes ancestrais de terreiro, orixás. Ressalta a necessidade de mobilização social que defenda a sociedade, as minorias, e a manutenção do Estado democrático de direito. Pede mobilização coletiva ao combate do discurso de ódio do poder atual.

Propostas

Curto Prazo

- Observar, por parte das instituições, o conhecimento das culturas indígenas e suas dinâmicas internas;
- Capacitar o empresariado para debates raciais e de gênero;
- Falar sobre cotas em instituições privadas;
- Visibilizar as agressões sofridas pelos terreiros e pelas casas de reza na mídia;
- Fazer com que o debate racial faça parte da formação dos operadores do direito;
- Incentivar a afirmação da identidade religiosa;
- Expandir a visibilidade de eventos relacionados à negritude.

Médio Prazo

- Investir na formação de profissionais da educação com pautas relacionadas a relações raciais e religiosas;



SIMPÓSIO INTERNACIONAL

- Lutar contra os abrandamentos de termos referentes ao racismo;
- Criar uma rede de divulgação e visibilidade de pessoas negras evangélicas e garantir seu lugar de fala na sociedade civil e eclesial;
- Debater a imunidade tributária das instituições religiosas;
- Aprovar o projeto de lei do feriado da consciência negra e torná-lo nacional;
- Incluir o viés cultural na proteção dos patrimônios das comunidades tradicionais, dos povos quilombolas e das comunidades de terreiro.

Longo Prazo

- Ampliar o alcance da resolução conjunta 03 do CNJ sobre o registro da população indígena a nível nacional;
- Criar uma rede de colaboradores negros que faça a economia negra e indígena girar;
- Ampliar a aliança entre os movimentos negros e os representantes de religiões de matriz africana;
- Internacionalizar a luta a fim de dialogar com outras entidades, dessa forma, fazer mais pressão e ter mais apoio teórico e jurídico;
- Usar as redes sociais para divulgar pessoas negras em cargos de status;





Painel Temático 4 - Grandes obras, agronegócios e mineração. Externalidades sociais negativas sobre os povos originários e comunidades tradicionais.

“Nós não viemos a cidade, a cidade veio até nós e nos encurralou nos cantos. As pessoas fazem cidades e barragens para escoar a água da cheia dos rios sem pensar nos indígenas, ficamos isolados sem atendimentos de saúde.” Ana Uglo Patté

O objetivo desta atividade foi contextualizar o impacto das grandes obras, do agronegócio e da mineração (Externalidades sociais) sobre território, meio ambiente, tradição e saberes ancestrais dos povos originários e das comunidades tradicionais. Os eventos de referência para este debate: conflito de Alcântara, conflito de Porto Príncipe da Aldeia e o conflito de Brumadinho.

O debate concentrou agentes de diferentes regiões -lideranças comunitárias nacionais e internacionais, pesquisadores, gestores, representantes de organizações da sociedade civil e outras pessoas interessadas - em torno da discussão das problemáticas dos chamados “grandes empreendimentos”. Mineração, agronegócios e barragens hidrelétricas, entendidos como geradores de externalidades negativas diretas e indiretas na vida das pessoas que estão sofrendo violações de direitos cotidianas que se concretizam na forma de pulverização de comunidades com agrotóxicos, destruição de seus espaços de vida, trabalho e relações, assassinatos de lideranças e adoecimento de comunidades em consequência da poluição de rios com resíduos desses químicos, desmatamento, queimadas e destruição de plantações. As propostas encaminhadas vão em torno da criação de programas de formação contínua e permanente nos territórios e comunidades tradicionais e originárias, professores e parceiros para fortalecimento na luta jurídica e no executivo; da criação de consórcios com participação social em territórios de população tradicionais urbanas, do campo e das florestas e rios e também rumo a articulação de elementos relativos a empreendimentos em áreas tradicionais e promover políticas de desenvolvimento que não ferem a natureza e os povos tradicionais e originários.

Pedro Serafim - apresentou o Fórum Nacional de Combate aos Impactos do Agrotóxico como uma ferramenta estratégica de vinculação da sociedade civil, organizada ou não, à temática do uso indiscriminado de agrotóxicos a partir da articulação com o MPT e MPF. Esses atores institucionais como promotores das discussões em saúde do



trabalho e do meio ambiente enquanto instrumentos de controle social no que concerne a estes temas. Trata-se de incentivo a organização de movimentos sociais e da sociedade civil organizada em torno da discussão dos impactos ambientais e sociais do desenvolvimento no agronegócio. O fórum tem compreendido suas discussões principalmente no âmbito das problemáticas do cultivo do tabaco, a produção do amianto e no uso indiscriminado de agrotóxicos, que segundo ele seriam os principais insumos produtivos ligados a multinacionais que hoje em dia fazem parte da vida da população sem que esta tenha real noção dos impactos deste consumo no meio ambiente. Ele descreve como principais discursos de amenização do tamanho real destes impactos a ideia de que existe: um nível seguro de uso de agrotóxicos, que se respeitado não oferece riscos ao trabalhador ou ao consumidor - o que se mostra como um falso fato em termos científicos uma vez que não existem níveis seguros de uso dessas substâncias relatados em literatura; a ideia de que os agrotóxicos seriam remédios para as plantas, outro mito que tenta trazer a ideia de necessidade do agrotóxico como meio de vida para a produção; e o discurso da culpa do trabalhador, que seria o responsável pela má administração dos agrotóxicos e conseqüentemente o verdadeiro culpado pelos impactos negativos do uso desses produtos. Em contrapartida a isso, expõe como principais problemas enfrentados atualmente a chuva tóxica, que afeta não só os territórios que usam os agrotóxicos mas todas as produções e comunidades ao redor da área, poluindo rios e trazendo mortalidade às famílias; a falta de controle e regulação eficientes, uma vez que não há estudos de avaliação de impacto do uso de agrotóxicos e o próprio retrocesso na regulação dessas substâncias desfavorece a vigilância em relação aos riscos; o pouco investimento na agroecologia enquanto prática produtiva, que estabelece uma dependência do cultivo com agrotóxicos, problema que além prejudicar os eixos social e ambiental configura um obstáculo econômico no mercado agrário externo, que tem caminhado para uma maior regulação e restrição ao uso de agrotóxicos; os acidentes, que além de trazer o aumento dos índices de adoecimento e mortalidade a comunidades, famílias e territórios, por vezes traz conseqüências ambientais irreversíveis, prejudicando o meio ambiente e desfavorecendo o desenvolvimento sustentável em todas as áreas supracitadas. **Nathanael Munduruku** - sinaliza como é preocupante a fala dos agrotóxicos, mas a população indígena não acessa essas informações, não faz nem ideia de tudo isso por não realizarem um trabalho mecanizado como é no cenário dos agrotóxicos que usa maquinário grande, fazem monoculturas, uso de aviões de pulverização, e como isso não é característica da plantação das comunidades indígenas. Alerta para a importância de



criação de dispositivos que impeçam o uso destas técnicas em terras indígenas.

Ana Uglo Patté - faz uma crítica em relação às benesses do agronegócio, como por exemplo as infundáveis facilidades tributárias. A população indígena enfrenta problemas antigos com este setor da produção brasileira, problemas que são datados da época colonial, e o cultivo de tabaco com agrotóxicos e aviões pulverizadores ocorre inclusive dentro de terras demarcadas. Ela apresenta o cenário de sua região, onde avanço de agronegócio em terras indígenas tem muitas implicações sobre a vivências das aldeias porém nada é feito. São diversos empreendimentos dentro de terras indígenas, mineração, barragem, central hidrelétrica que levam a ter maior destruição da cultura indígena e quilombolas. Na campanha atual *“Nenhuma gota de sangue indígena a mais”* que está acontecendo na Europa, um dos principais compradores desta produção, a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) traz o alerta à população deste continente que está a consumir produtos produzidos com sangue indígena.

Reiterou que Paulino Guajajara foi executado fazendo função de guardião da floresta e isso não deve ser esquecido, o desmonte/municipalização da FUNAI e as declarações do atual governo em relação a seu povo, e esses acontecimentos com nenhum engajamento do Estado, é tudo passado sob silêncio, bem como o avanço das queimadas que não foi mencionado até ter impactos internacionais. Ainda denuncia que neste governo, o que mais tem se atacado são as vidas indígenas para alimentar o mercado, com base em pesquisas, descreve que a água do rio que alimenta sua comunidade está contaminada com agrotóxicos, e isso é decretar uma morte para as várias populações que vivem do rio. Afirmo que é o momento de reorganizar as lutas como a população indígena faz, e espera que o espaço dos painéis temáticos seja produtivo nesse sentido.

Givânia Silva - inicia sua fala afirmando que, estando ali convidada enquanto pessoa, não necessariamente enquanto representante das organizações que compõem, pois seria um prejuízo não só para ela mas para a luta como um todo, uma vez que são estas instituições e coletivos que estarão à frente dessas lutas que o grupo se reuniu para debater. Conta que realizou a pesquisa *“Racismo e Violência Contra Quilombolas no Brasil”* mas ainda hoje é difícil falar em direitos humanos e ser reconhecida como uma agente nesse sentido pois enquanto quilombola, é colocada como um ser individual que foi atrás de falar disso e não com o protagonismo coletivo histórico que possibilitou seu acesso a esse



espaço. E refletindo sobre o trabalho com direitos humanos, afirma que “nos colocam para ser protegidas/enjauladas pelo mesmo policial que nos mata lá fora”.

Mostrando dados da pesquisa, aponta o nordeste como o lugar de maior ocorrência de assassinatos dessas lideranças. Entre 2016-2017 o número de assassinatos de líderes quilombolas teve um aumento de 350%. E o mais alarmante é que esse dados são obstruídos e não são contados em nenhum lugar. Como também não tem questão sobre como são mortas essas pessoas. Um fator preocupante em relação à assassinato de povos quilombolas é a vulnerabilidade das mulheres frente a essas violências. Uma vez que elas são mortas mas antes estupradas, esquartejadas e queimadas. segundo seus dados, 66 % de mulheres quilombolas são mortas com armas brancas ou com tortura (entre os homens o índice é de 27%), e segundo a pesquisadora é um cenário que existe a muito tempo, mas essa narrativa de que é permitido matar o índio, que o quilombola pesa 7 arrobas.. Piora tudo. o Estado é estruturado para não reconhecer essas de mortes enquanto crimes de genocídio e etnocídio, uma vez que nenhum desses casos foi abordado com o devido nível de seriedade e não tem nenhuma tomada de medida em oferecer justiça a esses casos de mortes e assassinatos. Mesmo a justiça no Brasil sendo lenta para todo mundo, quando chega para os sujeitos marcados pela raça ela é apenas inexistente. Ao mesmo tempo,





denuncia que 40 quilombolas foram recentemente presos por recolher galhos de eucalipto para fazer carvão e quando liberados foram deixados sem como voltar à comunidade, várias pessoas idosas; Segundo Givânia, quilombolas e indígenas deveriam ser pagos por viver para proteger a terra e a floresta mas a realidade é que são mortos por isso, e esse é outro desafio. Afirma que uma das questões que atualmente merece dedicação é escutar esses sujeitos sem fazer a interpretação sobre eles. O que esses povos tem produzido dentro e fora da academia parece não circular, a verdade é que só toma visibilidade o que é dito sobre essas populações, e não o que elas são em si mesmas.

Existe uma expectativa de lançar uma segunda edição da pesquisa a partir da visão da mulher quilombola, com foco nos impactos vividos por elas diante dos grandes empreendimentos do agronegócio, da mineração e das hidrelétricas. Faz seu ponto discordando também de Pedro, colocando o discurso do agronegócio associado ao desenvolvimento, a tecnologia, a inovação e o crescimento, hoje em dia já não se fala mais em latifúndio porque sinalizaria a questão fundiária que é o problema de quilombolas e indígenas, assim como não se fala isso na favela, que a questão é fundiária porque foi ensinado que o fundiário é no campo e não existe na cidade, mas existe.

Kênia Gonçalves - anuncia que fará uma exposição a partir do trabalho narrativo desenvolvido com as populações do MATOPIBA na região da Ilha do Bananal. Ela inicia contextualizando o conflito corrente instaurado a partir do debate sobre a via TransBananal que traria o “desenvolvimento” a região e dividiu opiniões entre os povos conviventes naquele território, causando conflitos na região entre Karajás e Javaés, que discordam sobre a presença da via. Existe uma carta de repúdio de lideranças indígenas à obra e ao mesmo tempo existe um vídeo com outras lideranças dizendo que apoiam e precisam da obra, mas o fato é que com esse mau uso das mídias, essa carta é quase que desconhecida enquanto o vídeo é super divulgado. Descreve que acontece um movimento de convencimento e depois o arrependimento por parte das populações que é parecido com quando se lê a lei e depois se assiste a execução. As narrativas externas estão influenciando diretamente nas relações internas entre os grupos, que estão se perdendo. Tem transmissões de saberes que acontecem em locais específicos do lago, e se eu existe o lugar não é possível ensinar, e é assim que as externalidades tem influenciado de forma negativa nas relações internas dessas comunidades. Muitas vezes a obra ou empreendimento está longe da comunidade, mas na terra por ser tudo ligado, tudo chega, pela água, pelos lençóis



freáticos, pelo ar, pela perda cultural do saber que não vem sem terra, perdas do fazer e viver.

Jorge Adolfo Freire - iniciou sua apresentação expondo casos de sua região, no Rio de Janeiro, que considerou emblemáticos no que concerne às questões do racismo estrutural vivenciado pelas comunidades negras presentes no cenário urbano e capazes de ilustrar a ação racista questão fundiária: em 2013, a remoção da aldeia Maracanã num violento ato da PM logo após o término da revitalização do estádio, e o acompanhamento das obras da copa por comitês instaurados pela população; em 2009 operação cais do porto, com a compra da região os aluguéis subiram 200% antes de existir construção, e ao mesmo tempo era onde fica o primeiro morro do RJ (Providência), onde existe a Pedra do Sal, as primeiras escolas de samba, onde houve o marco de um quilombo urbano. Remoção indireta, em que 70% das pessoas do morro se mudaram por não terem condições de se sustentar em seus territórios, e a remoção direta, na construção de um teleférico (70 milhões de reais) com remoção de 43 famílias sem nenhum uso para a população e que funcionou por apenas 1 ano; criação de um mapa de áreas interesse social sobre os territórios do cais que não foram oferecidas a população local, mas à burguês do centro, que estão sem uso. Ao mesmo tempo transformaram área usada a 60 anos (escolas de samba) em área de interesse comercial removendo a comunidade.

Dernival Venâncio Júnior - inicia sua fala tratando da problemática das grandes usinas no Amazonas a atualização dos processos colonialistas no contexto de deslocamento forçado e resistência contra projetos de desenvolvimento na Amazônia, no sentido . Nessa apresentação ele analisa essa perspectiva das usinas sobre 4 pontos:

sentido . Nessa apresentação ele analisa essa perspectiva das usinas sobre 4 pontos:

1. A geopolítica das usinas: a lógica de deslocamento e a colonialidade, no sentido de produzir com menos custos financeiros e menos vigilância socioambiental nas regiões periféricas/interiores;
2. A indústria Barrageira: que engloba as indústrias globalistas ou brasileiras que detém o controle da exploração na Amazônia;
3. A narrativa do desenvolvimento: apresentar as usinas como fator e sinal desenvolvimento de emprego e de civilização ao mesmo tempo que sua concretização tem por consequência a remoção, morte física e cultural para diversas comunidades;



4. A conquista do espaço territorial e o deslocamento: fato de que as usinas fazem a apropriação do espaço ocupado igualmente como se fazia no sistema mundo modelo colonial, pela via da espoliação como conceitua David Harvey.

Compartilha que começou a estudar as usinas Amazônicas desde 2014 e relatou que seu incômodo, é o fato que todos os estudos feitos até hoje são basicamente sobre impactos ambientais e sociais. De forma que os discursos de impactos naturalizam a problemática das usinas, pois acabam propondo mitigação e não levam a entender as usinas como um processo mais complexo. Assim pode se entender melhor as vozes que se opõe a elas e desnaturalizam as usinas como única forma de produzir energia elétrica para o Brasil. O professor citou Harvey em sua constatação de que o capitalismo não resolve suas crises, mas as desloca para as periferias, fazendo uma ligação com a implementação de usinas na Amazônia com a tentativa das grandes potências de achar solução para a crise de petróleo dos anos 70. Onde procuraram periferias para produzir energia mais baratas. Ele encerra sua fala trazendo duas forma de resistir nesse cenário:

1. Uma resistência feita pelos movimentos sociais, realizando marchas, manifestação etc. Para atrapalhar o avanço das implementação das usinas na Amazônia.
2. E uma outra forma de resistência que ele chama de epistemologia da resistência à ocupação da produção. Que é basicamente uma resistência pela ocupação e instalar nas terras e o incentivo da produção em quintal.

Luís Ernesto Valencia - contextualiza sua fala pela situação na região de Chocó na Colômbia, onde reina um problema ambiental e problemas sociais ligado a exploração de minérios de ouro na região. Nessa região da Colômbia de maneira ancestral, é um território rico em ouro, possuindo acesso de barco, fazendo fronteira com o Panamá, possui uma forte história de negros escravizados e indígenas. Após a pretensa abolição e instauração da república, um novo estado, construiu-se uma grande empresa que criou uma comunidade estrangeira direta dos EUA com seu próprio aeroporto e sem nenhuma conexão com a população trabalhadora do local. Funcionou de 1916-1986 quando houve uma concessão com apoio do exército cargos e títulos para as comunidades e possibilidade de exercer um autogoverno, e a mesma lei garante prioridade para uso do território a partir das demandas da própria comunidade. Na mesma época a mesma empresa retorna ao território na figura desses gringos imigrantes e passam a usufruir da lei assim como as pops. Tradicionais.



Ao invés de indenização pelas perdas que sofreram, as pessoas dessa região estão sendo afetadas e excluídas pela grande empresas que se abriram. Sendo que, a mineração ilegal é a fonte que sustenta 30 mil famílias que não tem acesso as grande empresas para trabalhar, necessitando de políticas de restituição pelas perdas infligidas na comunidade negra.

Gabriel Ferreira - iniciou sua exposição a partir da conceituação do racismo ideológico enquanto discurso primitivista que endossa a destruição de povos e do meio ambiente altamente entranhado pela lógica do capitalismo (por espoliação, como coloca Harvey) e impactos na geração de renda das comunidades; a violência jurídica enquanto estratégia para lidar com o Direito e por fim o racismo ambiental, como um fenômeno que chega do primeiro mundo para o terceiro mas também dentro das comunidades. Essa estratificação ocorre a partir da não disseminação de informações que enfraquece a articulação da reação a esses ataques. Ele contextualiza estes fenômenos na realidade das milícias e grupos de extermínio enquanto serviços de limpeza das grandes empresas enquanto as brigas especulativas e a ocupação desigual dos territórios, a crise do emprego que tem seus maiores índices no Rio de Janeiro e a resposta governistas vão na lógica neoliberal com o incentivo às *Start-Ups*.

Propostas

Curto Prazo

- Monitoramento da PEC 215;
- Estratégia de formação desses públicos em seus próprios territórios;
- Promover a ida de operadores do Direito em territórios vulnerabilizados, para sensibilização e fortalecimento de suas demandas;

Médio Prazo

- Aprovar o fórum permanente dos afrodescendentes e povos indígenas aqui no Brasil, que tem sido uma experiência exitosa na Colômbia através da articulação com as Nações Unidas;
- Destacar as conexões dos empreendimentos e a articulação entre capitais nacionais e internacional;
- Fortalecimento nos territórios na perspectiva da formação e da empregabilidade, projetos que se estruturam a partir das lógicas produtivas e culturais das comunidades.



- Formação no âmbito do MP (curso de extensão) para aliados que venha informar os vitimados pela invisibilização pela mídia: professores estabelecimentos públicos e privados;

Longo Prazo

- Fortalecer políticas de regularização fundiária;
- Vinculação maior com os universitários indígenas e quilombolas (com ou sem bolsa) na perspectiva de formar quadros para a academia e servir suas comunidades;
- Criação de políticas de empregabilidade que contemplem as especificidades dos grupos discutidos;
- Política de fortalecimento dos órgãos que fazem a proteção e fiscalização de terras de povos tradicionais e originários;
- Intercâmbio sul-sul, entre os países das zonas do sul, a fim de compartilhar estratégia de lutas das comunidades trocas de experiências entre povos tradicionais como oxigenação das estratégias de luta.





Painel Temático 5 - 5: Os povos originários e as comunidades tradicionais na CF e nos acordos e tratados internacionais. Políticas públicas. Saúde, educação, cultura e segurança alimentar.

“O caminho para a sustentabilidade é a emancipação dos povos.” Anderson Reichow

Esta atividade buscou relacionar educação, cultura, saúde e segurança alimentar para os povos originários e comunidades tradicionais nos Tratados, Acordos, Convenções Internacionais, e na Constituição Federal. Contextualizar a eficácia e efetividade das políticas públicas nacionais para proteção dos patrimônios culturais legados pelos povos originários e comunidades tradicionais, para avaliação diretas de seus impactos.

José Ribeiro Guimarães - lança pergunta norteadora para as pessoas convidadas: sob a luz dos parâmetros, acordos e tratados internacionais, qual o estado da arte e principais desafios para as políticas públicas referentes aos tópicos de saúde, educação, cultura e segurança alimentar para os povos originários e comunidades tradicionais? Cita pesquisas no IBGE. Quanto a discriminação no acesso ao SUS, 52% dos respondentes já se sentiram discriminados em relação a classe social, 14% em relação a raça ou cor e 8% em relação a crença religiosa. Citou ainda que apenas 5% dos municípios têm políticas de educação voltadas especificamente para os indígenas. Apenas 1% dos municípios possuem projetos de educação voltados para eles. Quanto a cultura, referiu que pequenas porcentagens de municípios possuem equipamento público de cultura, como conselhos de cultura e projetos de proteção ao patrimônio.

Cayetano Nuñez - inicia sua fala com questionamento sobre sistema internacional e sanções aplicadas a Estados que não cumprem compromissos firmados, sinalizando que existem estados que são sancionados e outros não. Enfatiza a possibilidade por parte da população de reivindicar frente a tribunais que compromissos firmados em tratados internacionais se façam cumprir. Aborda também a questão da destinação de recursos, sinalizando a importância de ter clareza quanto a como se dão os processos de selecionar direitos e compromissos que receberão recursos. Refere-se à saúde como direito prioritário e relaciona com questão da soberania alimentar, apresentando a importância dessa em dois níveis, a saber, o nível nacional e o nível territorial das comunidades tradicionais. Finaliza sua fala retomando sua visão de que a reivindicação de direitos deve ser pleiteada frente a tribunais.



Edina Shanenawa - inicia sua fala com a afirmação de que todos temos as mesmas necessidades, mesmo com culturas diferentes e atesta a centralidade dos territórios para o debate proposto pois sem território não há saúde e educação. Questiona a falta de clareza para as escolas municipais e estaduais quanto à educação diferenciada para populações indígenas. Afirma que as escolas e seus materiais didáticos não se apresentam as multiculturas do Brasil e lança a questão: como inserir no material didático escolar as multiculturas para que os alunos saiam da escola com respeito pela diversidade cultural brasileira?

Quanto à saúde, faz referência a atuação da SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) ser exclusiva no âmbito da saúde primária. Atesta o despreparo dos profissionais dentro da SESAI e da gravidade ainda maior quando indígenas necessitam acessar serviços de média e alta complexidade no SUS e sofrem discriminação por parte de profissionais que ignoram os próprios princípios do SUS. Denuncia o recente fim do Conselho Indígena dentro da SESAI, o que retira o direito a voz e voto dos indígenas na definição das políticas. Reforça a importância de realização da Conferência Nacional de Saúde Indígena.

No que diz respeito às questões de segurança alimentar, afirmou que cada população tem uma diferente cultura e uma diferente organização. Defendeu que a alimentação se mantém de boa qualidade por ser de plantio próprio e lançou o questionamento: o que impede o indígena de plantar? Falou sobre o cultivo sem queimadas e dos saberes passados de geração em geração sobre a forma de cultivar os alimentos. Falou ainda sobre a discriminação que o indígena sofre quando tenta vender seu produto na cidade, desestimulando a produção para geração de renda. A convidada explicou que existem determinadas coisas que não são fabricadas na aldeia e que é importante produzir excedentes para vender e poder comprar o que não produzem, como sal por exemplo, sem ferir a cultura de ninguém. Criticou ainda o envio de alimentos enlatados para merendas escolares em comunidades indígenas.

Anderson Reichow - começa sua fala reconhecendo possuir um território como condição mínima para existência. Traz reflexão sobre a institucionalidade, afirmando que essa surge como fruto da sociedade capitalista ocidental em forma de proteção do fantasma comunista e pela oposição ao discurso de direitos sociais como acima da propriedade privada.

O convidado fala sobre o dever de militar na institucionalidade para garantir direitos mas afirma que, por outro lado, Estado e Direito são



necessariamente burgueses e portanto defenderão o capital acima de tudo.

Apresenta análise sobre o surgimento do capitalismo a partir da urbanização em que os trabalhadores perdem o que tinham no campo para vender força de trabalho nas cidades e considera isso um ciclo do capital que se repete agora de outras formas. Fala sobre a fabricação de trabalhadores na sociedade capitalista e o processo de tornar as pessoas o mais vulneráveis o possível para explorar o trabalho. Cita as situações de avanço do capitalismo para terras onde existem comunidades que se mantêm atrelada a terra e portanto tiram dela o seu sustento e o resultado de forçar essas pessoas para fora de suas terras, transformando-as em trabalhadores vulneráveis para servir ao capitalismo. Sendo assim, conclui com a ideia de que não se pode sonhar a luta pelos meios da institucionalidade mas também não se pode esperar que a institucionalidade resolva completamente a questão. O caminho para sustentabilidade é a emancipação dos povos.

Maria da Glória Moura - inicia sua fala tendo como foco as questões quilombolas. Fala sobre a importância das leis municipais referentes a cultura e da necessidade de que quilombolas formulem seus próprios critérios para as políticas. Considera como papel de agentes externos (por exemplo, pesquisadores) o de informar as comunidades sobre o acesso a direitos e enaltecer as culturas. Quanto a saúde, fala sobre situações em que o tratamento médico oferecido pelos serviços públicos de saúde é contrário aos valores e práticas culturais da comunidade. Em relação a educação, cita exemplo do MESPT/UnB, programa de mestrado do qual ela faz parte focado em receber estudantes indígenas e quilombolas, incentivando essas pessoas a pesquisar e publicar com base em suas formas de conhecimento e suas culturas. Retoma a questão da cultura para rebater discurso de que esses povos “não tem cultura”, problematizando o entendimento de determinadas camadas da população sobre a definição cultura.

Reforça ideia do vínculo entre cultura e território, citando exemplo de depoimento colhido em pesquisa onde sujeito quilombola afirmou “sem a terra não somos nada”. A convidada falou ainda sobre os avanços presentes no texto da Constituição Federal de 1988 e a importância de conseguir colocá-lo em prática. Mencionou a importância de dar valor e crédito às culturas indígenas e quilombolas nos ambientes escolares, trazendo noções de cultura para além de festas e cerimônias. Citou exemplo de material didático fruto de construção coletiva com as comunidades que deixou de ser adotado após transição de governos.



E falou sobre a importância da divulgação e materiais produzidos nesse sentido. Finalizou sua fala expondo problema que ocorre com a transição de governos municipais em que políticas se perdem.

Bárbara da Silva Rosa - inicia sua fala trazendo a ideia de que o arcabouço legal na área de educação para as populações indígenas e afro brasileiras é extremamente rico. Fala sobre a construção dessas leis através de consultas públicas com representatividade das comunidades interessadas. Lança o questionamento: como transformar esse arcabouço legal em política pública? Apresenta o problema: gestores de políticas públicas com falta de conhecimento dos pressupostos legais referidos e invisibilização da população indígena e afrodescendente. Citou também discursos recorrentes de “não existem indígenas e negros aqui, logo essa política não é necessária aqui” e considera que se trata de racismo estrutural.

A convidada apresenta ainda sobre a estrutura precária de muitas escolas, referindo problemas de saneamento e materiais didáticos inadequados para as características das comunidades. Da escassez de professores que pertençam ao povo e congreguem das práticas e história. Questões da merenda escolar: necessidade que a alimentação seja coerente com a cultura local (existe essa previsão legal porém não é





respeitada). Desconhecimento geral da população em relação ao quantitativo e territorialidade dos povos indígenas bem como da pluralidade linguística. Problematização do termo diversidade como uma forma de uniformizar e agrupar todos que estão fora do padrão hegemônico. Aborda diferenças entre a visibilidade das questões negras e indígenas e atribui isso ao quantitativo populacional. Finaliza sua fala com a ideia da centralidade do território para a pauta em andamento.

Israel Mawete Ngola - inicia sua fala com a citação “a educação é a única arma poderosa que pode mudar o mundo” e complementa que nenhum governo mal intencionado vai dar essa arma a qualquer um, referindo-se a estratégia de privar populações vulneráveis do acesso à educação. Faz referência à convenção 169 da OIT e a CF 1998, questionando quais os avanços podem ser observados na prática.

Relata a invisibilidade de sua universidade, UNILAB, e apresenta algumas de suas características: currículo afrocentrado e inclusão de perspectivas indígenas, práticas de extensão, capoeira como prática obrigatória para pedagogia, presença de pessoas detentoras de saberes tradicionais que repassam o seu conhecimento aos universitários. Compartilhou também parte de sua experiência: criar cartilha de mapeamento de saberes locais. Possibilidade de combinar modernidade e tradição, combinação de conhecimentos para constituição de uma sociedade com equilíbrio das relações. Trouxe-se ainda uma crítica ao novembro negro como único período em que pessoas se interessam por questões raciais. Finaliza sua fala abordando a expropriação da terra e questões ambientais, ressaltando a importância de se falar sobre essas questões para emancipação dos povos originários.

Silvana Terena - apresenta sua trajetória no Mato Grosso do Sul, relatando que existe população de 15 mil indígenas em Campo Grande em aldeia urbana. Possibilidade de discutir de igual para igual as políticas através da luta para conquista de espaços institucionais. Tentativa de aprovar Conselho municipal indígena e luta de 10 anos para conquistar aprovação. Conquista do cargo na subsecretaria e trabalho de consulta as aldeias (bases) para formular políticas. Formulação de plano e luta para aprovação (está em trâmite). Conquistas que são desviadas: criação de secretarias que acabam virando “cabide de emprego” - não nomeiam pessoas representativas da causa. Relembra a presença de indígenas na formulação da CF e traz fala sobre a importância dos povos indígenas disputam espaço nos órgãos representativos, de votarem e serem votados, citando experiência de candidatura e dificuldade de obter votos.



Propostas

Curto Prazo

- Prestar apoio técnico e jurídico às comunidades para que encontrem ferramentas para elaborar as políticas de interesse. Assessoramento e incentivo ao uso dos recursos jurídicos para garantia de direitos;
- Fortalecer espaços de diálogo entre os diferentes atores envolvidos (espaços como o próprio Simpósio);
- Unir grupos e pautas que tenham agendas análogas no sentido macro (mesmo que distintas no sentido micro);

Médio Prazo

- Fortalecer a convenção 169 da OIT: oitiva das comunidades diretamente interessadas é o ponto de partida para pensar políticas públicas;
- Diagnóstico participativo e sistematizado dentro das comunidades para levantamento de demandas e estratégias;
- Transmitir informações sobre meios e funcionamentos das instituições para os grupos interessados para que saibam para quem reivindicar e a quais instâncias recorrer em suas demandas;
- Fortalecer a formação de profissionais indígenas para as diferentes áreas de atuação para que possam representar seus povos em diferentes frentes e ocupar diferentes espaços institucionais. Importância da educação nesse processo;

Longo Prazo

- Fortalecer pesquisas para investigar a repercussão prática dos documentos referidos (convenção 169 da OIT e demais documentos que tocam nos direitos das comunidades tradicionais e originárias);



Painel Temático 6 - O legado e a cultura do cuidado dos povos originários e das comunidades tradicionais para a atenção às crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência.

“É preciso dar conta da bioancestralidade como lugar da subjetividade, e esse princípio é necessário para sairmos das caixinhas. Pensar no colonialismo como a destruição do ser e a partir daí pensar sua reconstrução.” Jayro Pereira de Jesus

Esta atividade buscou difundir a cultura do cuidado praticada pelos povos originários e comunidades tradicionais e sua contribuição para a atenção a crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência. **Jayro Pereira de Jesus** - abre o diálogo discorrendo sobre a colonialidade reforçada pelo Estado Nação. Jayro destaca como a colonialidade é usada como ferramenta de controle social independente do posicionamento político de quem representa o Estado. Assim, a permeabilidade da subalternação histórica apoia os mecanismos do Estado e coloca em lugar de negação todo ser que é oposto ao sujeito universal homem branco. Então é posto o cosmopolitismo subalterno como forma de não libertação dos povos. Chamou-se também atenção para o diálogo de valores adotados em uma sociedade promíscua em seu processo civilizatório onde se visa a subjetividade individual em detrimento ao coletivo.

O berço civilizatório ocidental, independente de direita e esquerda, é a civilização consolidada pelo Estado, que tem a mesma base civilizatória eurocêntrica branca e se consolida pela existência subalternidade. Fazer um evento sem perceber essa lógica é fomentar a lógica estatal que se alimenta da colonialidade. Ou seja, a cabeça dos indivíduos que tentam construir uma proposta ainda está colonizada. E permeada de violências, pois sem repensar a linguagem e sem repensar a palavra se reproduz o colonialismo de forma que se desconstrói todo corpo não universo. Afinal o colonialismo se firma com a desconstrução do outro, ele surge desconstruiu o outro. Logo, não pensar na reformulação epistêmica é mais uma vez retroalimentar o colonialismo.

Argumenta contra o lugar da linguagem epistemicida. No fundo, se discute o que é subjetividade, porque o colonialismo foi uma subversão que trouxe o enviesamento do outro. Extraíndo tudo do outro. A periferia precisa entender outra narrativa de existência. Precisa pensar psicologia a partir da visão de mundo africana. Sobre tirar os nomes originais dos indivíduos, é por exemplo, tirar os projetos míticos sociais. O luta pelo nome identitário tem uma política de dever e quando se tira isso, se destrói o projeto de ser. Para demonstrar que a destruição do outro já foi construída.



Vanessa Terena - descreve como a ancestralidade se dá como maior tesouro e maior temática dentro da questão da identidade. Ao longo do tempo os povos indígenas foram obrigados a se omitir de toda sua cultura e carga ancestral, se emaranhado cada vez mais em meio a floresta e assim, acabaram morrendo. Uma a uma várias etnias foram mortas e todo o povo indígena acabou morrendo em vida. Pois em vida se percebe que em um estado como o Mato Grosso do Sul onde habita o maior número de indígenas também se afere que é o estado que mais assassina indígenas. E ainda assim se perguntam se existem indígenas no Mato Grosso do Sul. Questiona: qual o peso de você ser indígena nessas condições? Qual o peso de não ter uma terra com demarcação adequada para a sua comunidade? Na comunidade de Vanessa Terena a demarcação da terra se tornou muito pequena para a quantidade de pessoas no espaço, o que provoca o deslocamento de muitos indígenas para o meio urbano. Esse deslocamento afasta as novas gerações de crianças das tradições indígenas de seus ancestrais e gera uma crise de identidade que se retroalimenta com a reverberação de discursos como o do questionamento da essencialidade dos indígenas terem suas terras, sendo que a terra é necessária para se construir a comunidade. Afinal, nos espaços em geral, não há representatividade indígena.

Discorre sobre sua experiência em uma escola indígena: *"no primeiro dia elas desenharam um indígena da forma que o estereótipo pintava. Pedi pra elas me contarem o que era uma escola indígena e elas me descreveram todos pelados debaixo de um pé de manga, então as crianças indígenas não se identificavam. Viam os indígenas como bêbados, vagabundos."* Neste sentido, sinaliza a importância de se criar bases para retomar o que são as definições de identidade. Voltar aos seus ancestrais. Para entender o que é ser indígena, o que é ser negro a atualidade, e "pensar no que podemos construir daqui para frente?".

Menciona também que tem surgido cada vez mais questões sobre indígenas LGBTs. Reitera que o pecado surgiu com a chegada das caravelas, e essa questão sempre foi pontuada dentro das aldeias, porém foi escondida com a colonização. Todo o gênero precisa ser repensado sobre o foco indígena e africano. Pessoas LGBT tinham uma posição específica tinha uma ligação mais específica com o cosmos, que dava pra ela um caráter de liderança dentro das comunidades tradicionais.

Antônio Gomes da Costa - reitera que algumas reflexões precisam ser traçadas no que diz respeito a educação das relações étnico-raciais. Primeiramente é necessário questionar a efetividade do Decreto número 4.228, 13 de Maio de 2002, que regula as ações afirmativas em órgãos



federais e terceirizados para mulheres, negros e pessoas com deficiência física, porém não criam métodos de avaliação da efetividade dessa política de ação afirmativa. E por fim ainda não abarca as populações indígenas. Ou seja, se faz necessário que se criem formas de mapear a efetividade dessas políticas e além fomentar a criação de espaços em que sejam discutidos os próprios termos que orientam a definição do que é uma pessoa portadora de deficiência. É necessário que se discuta e se criem esses dados exatamente para que se possa entender como lidar com populações de grupos específicos como a população negra e a população portadora de alguma deficiência. E além disso, conseguir reparar o erros dos projetos em andamento no presente.

Outro ponto importante dentro da discussão das relações étnico-raciais é o ensino religioso, que desde que se estabeleceu dentro das escolas do Brasil não teve como base o ensino de religiões de matriz africana. E pensar no ensino também pensar na formação de professor o que movimenta outra proposta: a necessidade de incluir as Relações Raciais na avaliação do ensino superior. Quando você tem a questão racial no currículo geralmente esse conteúdo é abraçado apenas por matérias específicas e pela passagem dos alunos nessa disciplina, por exemplo no curso de História, no curso então é avaliado se os alunos passaram pela disciplina de História da África ou não. E de fato, o racismo institucional se consolida mais uma vez através dessas vias que colocam os conhecimentos étnico-raciais em locus específicos de estudo, como se as populações negras estivessem agindo apenas em um espaço específico.

Por fim, existe a necessidade de valorização dos movimentos de rua como movimento dos Panteras Negras, que não estava na academia e se lembrar de estabelecer sempre a relação com o que acontece nas ruas. Precisamos valorizar os movimentos sociais na história do Brasil e precisamos refletir e reconhecer a valorização desses processos na no processo de construção da nação. Por exemplo, Maria Luiza Junior que realizou um resumo da contribuição do Movimento negro durante a elaboração da Constituição de 1988. Enquanto a não reconhecermos os movimentos sociais, vamos andar pra trás.

Gabriela Monteiro - inicia sua fala pensando no cuidado com os corpos, a conexão com a ancestralidade. Assim, também ressignificar as estruturas, as mentalidades de submissão e as experiências pessoais concretas que nós temos. Pensando que quando vamos refletir sobre o paradigma eurocêntrico, o paradigma ilustra que o que não é sujeito universal, ele é "outro". E o que é o "outro"? Praticamente tudo, porque é uma representação quase inatingível de ser, de sujeito universal. O sujeito



que sequestrou o status de humanidade é muito pequeno, se pensarmos nos continentes que tem maioria não-branca. É uma construção de hierarquização, com paradigmas muito diferentes da pluralidade de perspectivas indígenas e negras.

Porém, ao mesmo tempo, esses povos seguem unidos contra o paradigma eurocêntrico. E o indivíduo não se exerce a partir da opressão mas sim, a partir da relação. Quando não se pensa na relação de lucro, de vitória, de conquista do outro, começa-se a pensar em uma perspectiva de cuidado. E esse olhar, é um olhar que precisa ser reformulado. Para civilização ocidental tudo precisa ser conquistado, mas não é assim, pois todas as pessoas e coisas precisam ser respeitadas pela/com sua cidadania e singularidade.

Necessário trazer essa idade de reformulação da ideia colonial extrativista. Cerca de 70% de nosso território viveu em estrutura colonial, e a estrutura colonial ainda é a base da questão social. Como se pensar na ética do cuidado como lugar de troca com o outro, para que a dignidade esteja no centro? O cuidado é estratégia de autodefesa dos povos que estão em ataque pelo sistema colonial.

Cláudio Mascarenhas Brandão - relata como é necessária a busca do elemento comum que reúna as pessoas desse grupo. O tema que é trazido para reflexão é a própria ideia de minoria, há uma ideia comum de busca por identidade neste espaço. O Brasil tem hoje uma das leis mais avançadas do mundo em relação à proteção da pessoa com deficiência (PCD) e apesar disso, existe uma grande dificuldade é aplicar a lei. A primeira dificuldade é ver a pessoa deficiente como minoria social. É difícil para as pessoas com deficiência verem-se em um mesmo grupo, porque em si, as deficiências são diferentes.

Dentro de diversos grupos sociais, há pessoas com deficiência fazendo com que a consciência de grupo seja diversificada. Discutir a existência de leis voltadas para pessoas com deficiência trazendo algumas problemáticas não é a criação de mecanismos legislativos em si. Ainda, questionar o distanciamento entre a teoria e prática das leis e a produção acadêmica. Aponta que devemos reconhecer o dever social de garantir e zelar pelo direito de acesso e permanência em espaços da pessoa com deficiência. Na medida em que se analisa cada uma das camadas excluídas da sociedade, ainda há uma camada que se sente excluída que é a categoria de pessoas com deficiência, seja na reflexão sobre gênero, raça ou sexualidade.



Lara Ferreira - fez um questionamento sobre a falta de ações práticas para equiparar essas iniquidades. Trás como encaminhamento a realização de residências artísticas entre alunos universitários para a promoção da interlocução entre a academia e população tendo um incentivo financeiro para que seja de fato viável a realização desses projetos, e fala sobre a falta de saúde mental, pertencimento, sentimento de incapacidade quando se tem que além de se especializar manter-se financeiramente numa economia eugênica e segregacionista.

Propostas

Curto Prazo

- Formulação de um texto complexo sobre as questões discutida que sirva de base para ação da população e do governo.

Médio Prazo

- Formular e discutir um ponto em comum de identificação das pessoas com deficiência física, a ponto de que elas se sintam representadas pela própria autodefinição enquanto pessoa com deficiência.

Longo Prazo

- Criação de residências artísticas voltadas para populações indígenas e negras que unifique pensamento acadêmico e linguagem de rua (movimento hip hop, movimento de slam, performance) para criar material cultural que facilite o acesso das populações de periferias a assuntos decoloniais. Que o processo de residência, ou seja, de produção desses produtos artísticos, tenham previsão de “bolsa permanência” para os artistas envolvidos, bem como um programa de acompanhamento psicológico, para o desenvolvimento humano e garantia da saúde mental.
- Formulação de uma base para a construção e reconstrução das identidades discutidas, principalmente no que se refere a identidades indígenas.



Painel Temático 7 - O preconceito, a infância e a juventude indígena, negra, quilombola e de religião de matriz africana. Passado e presente. Reflexos no futuro no mundo do trabalho.

“A nossa memória por nós mesmo, nossa memória, nossa cultura, nossa identidade.”

Maitê Freitas

A atividade buscou contextualizar a decolonização da educação e a efetivação do artigo 26-A da LDB. Modalidades específicas de educação. Educação, cultura, preconceito, racismo, intolerância, discriminação, infância e a juventude indígena, negra, quilombola e de religião de matriz africana. Redes sociais, *deep web* e etnomídia.

Maitê Freitas dá início ao painel propondo a discussão para a mesa acerca de estratégias educacionais em comunidades quilombolas que tenham como objetivo temáticas acerca da história negra. Em seguida, traz como pauta a destituição da memória dos povos indígenas e negros trazendo como exemplo, as queimadas a terras indígenas, os ataques a tribos indígenas e as quilombolas. Ressalta também o silenciamento da história, trazendo como exemplo a questão da linguagem.

Debateram sobre as dificuldades encontradas durante sua trajetória e os projetos sociais que vêm realizando durante esses anos no intuito de informar e resgatar a história antes silenciada. Os projetos giram em torno do protagonismo das comunidades na construção desses conteúdos, do resgate a ancestralidade, a linguagem e a história, de construção de informações mais democráticas e sem viés preconceituoso e racista que a mídia tradicional costuma compartilhar em suas plataformas. Dessa forma os projetos apresentados buscam atingir em grande escala as comunidades e sistematizar os conhecimentos adquiridos. Os representantes apresentam as atividades que já costumam ser realizada dentro de seus espaços de trabalho como comitês que abordam sobre os temas, leis afirmativas contra o racismo, a luta sobre cotas, encontro, palestras e atividades sobre o tema, entre outros. Entretanto reconhecem que apesar das mudanças ainda há uma falta de ações que realmente combatam essas práticas de forma efetiva pela dificuldade na mobilidade das ações entre os órgãos e a necessidade da interlocução entre mídias sociais mais democráticas.

Yuri Santos Jesus da Silva - apresentou seu projeto “Portal Mídia 4P”, de produção independente. O projeto busca promover o protago-



nismo de pessoas negras dentro do ambiente de mídias comunicacionais online que predominantemente são protagonizadas por pessoas brancas.

Anapuaka Tupinambá - apresentou o projeto “Rádio Yandê”, de sua criação, sobre etnomídia indígena. O projeto promove um ambiente comunicacional de cultura indígena via internet, proporcionando a apropriação dos povos indígenas aos meios tecnológicos como forma compartilhamento de informação (cultura, história, arte, entre outras). Como também de linguagem, em um contexto ressalta onde a mídia e tecnologia de informações possuem bastante poder e de como é necessário que exista construções de autoria indígena pois ainda há invisibilidade do intelectual indígena dentro da área.

Bianca Cristina da Silva Gregório - representante das Comunidades Quilombolas da Paraíba, traz a dificuldade de identificação das comunidades quilombolas e com isso a necessidade de criação de atividades de culturais e educativas no intuito de resgatar a ancestralidade perdida.

Oscar Henrique Marques Cardoso - apresentou o projeto Negras Palavras Gaúchas e como este trouxe diversidade a literária a partir de obras de autores negros da região sul do país que costumam ser





silenciadas e apagadas de forma, que, por meio da linguagem elas sejam registradas e lembradas. Sua segunda edição se expandiu, trazendo maior visibilidade a comunidade quilombola no sul.

Israel Evangelista - traz à ancestralidade africana no contexto de combate a intolerância religiosa. Por meio iniciativas como passeatas, eventos, visita a terreiros no Brasil para conhecer e conscientizar a população a práticas religiosas de matrizes africanas. Também menciona a criação do Fórum Negríndio, levantando a bandeira contra a intolerância religiosa também dentro das escolas, trazendo visibilidade às religiões de matrizes africanas e pertencimento a comunidade negra.

Por fim, os participantes trazem como pauto o sofrimento que crianças e adolescentes negras e indígenas passam dentro do ambiente escolar de racismo e preconceitos com suas práticas e sua identidade. Ressaltando o silenciamento e a distorção das violências como baixo autoestima, bullying, brincadeira, entre outros. Como também a falta de conhecimento dos professores, que não estão preparados para lidar com as realidades de criança. Assim é necessário investimento do Estado em produção de conhecimento, de sua sistematização e compartilhamento para que se possa obter um espaço mais democrático e justo de ensino.

Propostas

Curto Prazo

- Trabalhar em curtas metragens em escolas, com negros, indígenas, quilombolas para trazer os valores raciais e identitários.
- Junção dos assuntos do simpósio em uma publicação.

Médio Prazo

- Sistematizar o conteúdo que é produzido, por meio de acervos (virtuais ou físicos);
- Dar protagonismo nas produções de conhecimento a população negra e indígena;
- Palestras ministradas por indígenas e negros em Escolas Judiciais municipais e estaduais.

Longo Prazo

- Fazer uma rede a nível nacional para fortalecimento de comunidades quilombolas e indígenas;



Painel Temático 8 - Organização social e direito do trabalho para os povos originários, população negra e comunidades tradicionais. Futuro do trabalho.

“A demarcação de terras é vital para a produção de alimentos, para o sustento da comunidade e sua emancipação. Não podemos voltar nenhum passo atrás!”

Cacique Nathanael Munduruku

O objetivo desta atividade foi contextualizar aspectos sobre a organização social e direito do trabalho. Apontar a precarização do mundo do trabalho para as populações negras e indígenas, urbanas e rurais. O trabalho degradante, feminino e infantil com condições análogas à escravidão suscita desafios para a inclusão social e produtiva da juventude indígena, negra, quilombola e religiosa de matriz africana. A maternidade no mundo do trabalho e a importância dos “mil dias”.

Gabriel Ferreira - inicia sua fala afirmando que precisamos pensar como relacionar o trabalho a partir das perspectivas de raça, identidade de gênero. A mudança da direção da comissão trouxe novas questões e perspectivas para esse debate mesmo que ainda estejam na etapa do debate. Se entende o racismo institucional como a base da estrutura brasileira desenhando no campo institucional do trabalho que reproduzem a lógica excludente, atribuindo uma perspectiva irreal ao acesso do direito do trabalho assim sendo esse mais uma ferramenta da lógica capitalista. A quantidade de indígenas e negros em empregos subalternos e o pouco número dessas pessoas que ocupam cargos de liderança é também uma forma de discriminação dentro do ambiente de trabalho. E contextualiza três provocações:

1. Contexto histórico: visão de separação do trabalho escravo/ trabalho livre ignora o fato de que milhões de trabalhadores negros e indígenas construíram o país e foram fundamentais pro crescimento do capitalismo no mundo. Disputa estratégica, revisão histórica para entender a classe trabalhadora no Brasil, sua composição, sua história sem pensar na lógica clássica eurocêntrica limitada do que se é o mercado de trabalho.
2. Como se pensar o direito do trabalho para além de um tipo de trabalho específico, como fortalecer a luta de trabalhadores que não estão inseridos nessas categorias clássicas de trabalho como trabalhadores avulsos. Necessidade de um balanço histórico e pensar preposições para todos os grupos



3. Avançar para a criação de políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda pensando em diferentes meios de produção dentro da agricultura e economia solidária.

Luana Ângelo Leal - apresenta como o aumento do desalento causado pela falta de recurso financeiro necessário para que se consiga um emprego é um ponto importante a ser discutido. A flexibilização dos direitos trabalhistas é algo danoso à população quando se deliberado através de medidas provisórias firmadas sem o debate público sobre o assunto afastando a população da garantia de seus direitos, foi proposto que sejam pensadas formas de resgate desse debate e ampliação do mesmo ao público. Atualmente, há um ataque direto aos direitos do trabalhador e às instituições que o protegem com a premissa de que, se houver menos direito serão gerados mais empregos, entretanto, o cenário ainda é de uma grande taxa de desemprego sendo necessário que a população reivindique a volta de direitos e geração de mais empregos. A informalidade sempre compôs o mercado de trabalho brasileiro porém essa mudança massiva faz com que o indivíduo deixe de se ver como classe trabalhadora. Mesmo que haja leis ainda há um descumprimento delas por parte do empregador em específico quando sobre pessoas negras, a falta de implementação e avaliação dessas leis reforça o racismo.

Ivanir Augusto dos Santos - denuncia o crescimento da intolerância religiosa no ambiente de trabalho, âmbito familiar, âmbito escolar numa crescente dentro da sociedade. Trazendo para o campo do trabalho, o locutor relata ter tido conhecimento de empresas que contratam apenas pessoas que sigam uma vertente religiosa específica, apontando isso como uma atividade ilegal discriminatória que afasta indígenas e negros da inserção no mercado de trabalho. Foi proposta a elaboração de um guia de combate à intolerância religiosa no âmbito do trabalho, em específico, visando quais são os direitos e como buscá-los. Sendo necessário ampliar o direito às práticas religiosas para além das judaico-cristãs eurocêntricas. Entende-se que é um projeto de domínio político a disseminação e a liberdade de se exercer práticas dessas religiões ocidentais em detrimento às demais.

Israel Evangelista - descreve a produção cultural como ferramenta de desenvolvimento dos povos e somente através dela o povo negro conseguirá restabelecer ou reestruturar essas relações de trabalho, de uma forma em que o negro não seja colocado como subalterno, a valorização da própria produção como um fator de mudança.



Andreia Valentim - aponta que experiências sociais negativas aproximaram mais o debate sobre a intolerância religiosa em ambientes sociais. Trás a reflexão sobre o resgate do patrimônio genético, denunciando como diversas empresas capitalizam o saber tradicional sem dar algum tipo de retorno positivo ambiental e econômico ao povo que se extraiu o conhecimento, mão de obra e matéria-prima, assim criando uma dinâmica análoga à escravidão. Propôs que esse modelo entre corporações e povos tradicionais seja regulamentado, visando cláusulas que beneficiam o lado do trabalhador que se encontra nesse contexto, delimitando a atuação da indústria nesses povoados.

Marina Tramont - menciona que a falta de regularização reforça essa dinâmica análoga à escravidão, dificulta o acesso a informações sobre como essa dinâmica deve se dar e também o registro do que já é feito. O auto-reconhecimento auxilia na consolidação dos direitos dessas comunidades fazendo necessário que o Estado também os reconheça. A proposta levantada é de que haja mais transparência no processo de entrada e fiscalização das empresas em comunidades tradicionais.

Cacique Nathanael Munduruku - descreve que lutou ativamente contra a entrada de madeireiros noruegueses dentro de seu povoado e desde 2013 vem sendo ameaçado de morte, discorreu sobre o mecanismo de entrada das empresas através do apoio da FUNAI, denunciando como o órgão é corrupto e conivente com as ilegalidades e violências geradas pelo processo. Os planos de manejo sobre a terra, criados no governo anterior são desrespeitados e fraudados tanto pelas indústrias como pela própria FUNAI.





Dernival Venâncio - citou um projeto com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) que incentiva a produção de cadeias agrícolas por comunidades no Mato Grosso do Sul. Relata falta de infraestrutura e avaliação nas fases iniciais do projeto mas que atualmente, essa ação tem trazido um fortalecimento da economia e da comunidade em si. Menciona que houve contribuição do MPT para a logística de escoamento dos produtos gerados nas comunidades, até que o povo tivesse meios para realizar de forma autônoma essa dinâmica comercial. A dinâmica da construção desse projeto é feito de uma forma que os povos sejam responsáveis por pensar e levantar suas demandas e projetos enquanto o MPT apenas auxilia com recursos financeiros e a organizar o projeto.

Jorge Adolfo Freire - denuncia que as relações de trabalho estão sendo mitigadas pela falta de acesso a informação, saberes e produções. Foi proposto que fossem criados protocolos comunitários para regular e delimitar a capitalização do trabalho desses povos, visando estabelecer uma dinâmica horizontal entre o empreendedor/indústria e o povo. Questiona-se também como criar estratégias de prevenção à apropriação cultural e epistemicídio.

Lourival Ferreira - indaga que não é possível imaginar o futuro do direito do trabalho sem passar pelos fundamentos que os originou. Vivencia-se a precarização dos direitos do trabalho, direitos esses atacados pelas próprias leis como a Lei no 13.467 que a primórdio visava a criação de mais empregos mas na prática afirma a retirada e inacessibilidade dos direitos do trabalhador. A importância do resgate do movimento sindicalista na atualidade é necessário. Apesar de existir um aparato legislativo que deveria garantir a não discriminação no ambiente do trabalho, pouco se é feito e discutido sobre essas violências estruturais veladas. Houve uma reflexão sobre a falta de compromisso das pessoas que julgam esses processos de irregularidade e a falta de avaliação de leis e políticas públicas. A falta de instrução do funcionário e a negligência do empregador em prover meios de capacitação e reciclagem tornam-se, ainda mais dentro do contexto atual de automação, fatores para que o desvio de função e acidentes no trabalho ocorram, assim descumprindo diversas leis e acordos trabalhistas já estabelecidos. Aponta os desafios e dificuldades que a classe operária continuará a enfrentar.

Honorato Santos - compartilha que o Ministério Público do Trabalho tem recebido um número crescente de denúncias de intolerância religiosa logo na oferta da vaga de trabalho como denúncias sobre estabelecimentos comerciais em sua maioria de donos evangélicos que vinculam anúncios de vagas de emprego “apenas para trabalhadores



evangélicos”. Esses anúncios ferem o Artigo 170 da Constituição Federal e têm sido investigado pelo MPT. Entende-se que o acesso ao primeiro emprego é um princípio constitucional, delimitar acesso à oportunidades baseando-se na religião é um ataque direto a população indígena e negra se fazendo além de necessário que esses estabelecimentos e empresas sejam punidos por tais atos.

Elisiane Santos - apresentou questionamentos para o debate:

1. Pensar nas limitações que se tem enquanto um profissional tanto do MPT, como da OIT e da Justiça do Trabalho, pensando em medidas reais que possam ser tomadas dentro das limitações institucionais e hierárquicas.
2. Refletir sobre a proteção dos direitos humanos dentro do ambiente de trabalho mesmo que não seja na dinâmica clássica entre patrão e trabalhador, abarcando o crescente número de trabalhadores informais e avulsos.

Alisson Kaiowá - compartilhou a importância do saber popular sobre o controle de pragas, controle de qualidade das plantações, explicitando como a agricultura familiar e atenção com a terra resultam num produto final muito mais saudável, assim como as condições de trabalho ao que o agricultor indígena está exposto.

Marcelo Mancilha - propôs a nacionalização do Projeto Nação Ubuntu realizado no Mato Grosso do Sul (projeto mencionado na fala do convidado Jorge Adolfo Freire); chama a atenção para que pessoas sindicalizadas surgiram em seus sindicatos acordos coletivos de cotas em empresas. Ao terminar a fala diz: “direito não é dado, direito é conquistado não se pode ter vergonha de postular direito”.

Thaís Dumêt Faria - reitera que o MPT viabiliza a realização de diversos projetos como o Ubuntu, projetos de ações diretas nas comunidades-alvo. O grande desafio dessa oficina e desse simpósio é englobar diversos grupos, problemáticas, estruturas e propor diversas soluções, precisando se criar uma sistematização do modelo de implementação desses tipos de projetos mas não do projeto em si, assim atendendo melhor às necessidades das comunidades onde eles serão implementados. O futuro do trabalho está ligado a tecnologia e extinção de alguns trabalhos manuais, mas ao mesmo tempo o futuro do trabalho fala em sustentabilidade e preservação do meio ambiente entrando em conflito com o primeiro pensamento pois nada mais sustentável e preservativo do que o resgate e proteção de povos originários. É necessária a criação de proposições diretas, viáveis e positivas além da construção do



pensamento que estão dentro da capacidade dos órgãos e espaços. Não ficar só no debate, mas pensar em criar novos caminhos.

Propostas

Curto Prazo

- Criar formas de resgate do debate sobre os direitos dos trabalhadores indígenas e negros visando a retomada desses direitos.

Médio Prazo

- Fomentar transparência do processo de entrada de empresas e fiscalização da atuação delas nessas comunidades tradicionais.

Longo Prazo

- Integrar instituições sindicais na participação do próximo simpósio;
- Criação de protocolos comunitários de regule e delimite a capitalização do trabalho e saber desses povos;
- Regulamentação e fiscalização das relações de emprego entre empreendedores e povos tradicionais;
- Nacionalização do Projeto Ubuntu realizado pelo MPT-MS e demais projetos de ações diretas nas comunidades tradicionais.





Painel Temático 9 - Relações étnico-raciais, de gênero e religiosas. Direito de ser, estar e existir.

“Hoje em dia o lugar de fala tem sido muito debatido, mas não um lugar de escuta. Voltando na nossa ancestralidade, só se fala depois de muito escutar.”

Israel Mawete Ngola Manuel

O objetivo desta atividade foi contextualizar a unidade nas relações étnico-raciais como estratégia de fortalecimento e resistência. A luta pelo direito de existir e resistir.

Anápuáka Tupinambá - inicia contextualizando relatando situações de violências sofridas por ser indígena, expondo o racismo *“por quem ele é”*. Levantando ao final a necessidade de se ter a provocação ao Estado para que se tenha o combate ao racismo e ao preconceito as matrizes religiosas dos povos negros e indígenas.

Neyla Mendes - inicia sua fala relatando sobre seu atual projeto com os povos indígenas no Mato Grosso do Sul, onde há violações de diversos direitos (documentações básicas, terras, saneamento básico, moradia de qualidade, segurança alimentar). Como também pelo não domínio da língua portuguesa pelos povos há a prisão injusta onde a julgamento não conta com intérprete, dados antropológicos e em alguns casos sem o conhecimento dos próprios acusados do que ocorreu para que ele tenha sido condenado. Há o relato da intolerância religiosa da comunidade protestante para com os povos da região Nhanderus/ Nhandecys (explica ser o nome dado pela cultura para os e as representantes religiosos) além das rixas entre protestantes e protestantes que acontecem dentro da cidade. Os conflitos geram nos povos a crise de identidade, em que não há o direito de existir enquanto seres humanos, em conjunto com o preconceito e a miséria do ambiente, que também os fazem querer abandonar suas práticas originais como forma de sobrevivência.

Nathaly Munarini - reforça as falas de Neyla quanto a falta de respeito aos povos indígenas e a retirada de seus direitos, citando exemplos sobre preconceito ao retirar suas documentações e subsequente ingresso no mercado de trabalho. A convidada relata o caso da retirada de uma criança de uma família indígena de forma injusta, mesmo com a apresentação de teste de DNA, por racismo cometido pelos funcionários. Hoje a criança se encontra em um abrigo há 4 anos. O Ministério Público justifica que seria um retrocesso humano a criança voltar a aldeia, considerando um lugar pobre, como tratando a aldeia como retrocesso



humano, ser considerado um retrocesso voltar a ser indígena. Houve também o impedimento dos familiares verem as crianças.

Humberto Adhami - propõe fazer uso do CNMP e CNJ, em pedido administrativo, ao invés de reclamação, pedidos de providência em relação ao relato de Nathaly Munarini.

Silvana Terena - Subsecretaria de Políticas Públicas, da etnia Terena do Mato Grosso do Sul, questiona a falta das políticas públicas no Brasil que sejam realmente aplicadas para os povos indígenas, respeitando a cultura de cada povo. Sinaliza as diversas desigualdades mencionadas pela mesa e finaliza sua fala: *“No meio das dores e sofrimentos a gente resiste”*.

Domingas Gouveia de Carvalho - inicia com um relato pessoal sobre a questão da perda da identidade, da violação histórica que existe dentro de sua comunidade como também a ausência da comunidade como um todo dentro do simpósio. Ela relata a luta da demarcação de terra quilombola de Goiás, onde será instalado uma usina dentro da região, onde ainda faltam recursos e tentativas de invasão da terra. Há a troca de saberes, o abandono das religiões originais, da história original. Também há a dificuldade na questão educacional, onde as crianças necessitam acordar às 3 da manhã para estudar. Além do problema da exploração sexual turística dentro da região com mulheres jovens. Por fim relata a burocracia dentro do governo para garantir recursos para a comunidade e refuta também a gratidão aos órgãos públicos feita de forma equivocada, pois não se trata de favor às comunidades e sim direito delas.

Elisa Larkin - inicia a fala reconhecendo que o que está havendo no evento faz parte de uma história não antes contada. Traz a conexão entre o sofrimento dentro das comunidades calungas, quilombolas e aldeias com as regiões de periferias das comunidades urbanas, onde há sofrimento da população que não são tratados como humanos. Cita a situação das favelas do Rio de Janeiro e a política de genocídio dentro da cidade.

Luis Cláudio de Oliveira - desenvolve sua fala a partir do relato de Elisa Larkin sobre o livro e se debruça sobre os conteúdos do mesmo. “Tradição dos Orixás” foi título de um projeto na baixada fluminense, tratando de valores civilizatórios afro-centrados. A ideia do livro é reconstruir o projeto, suas finalidades, em torno de 1986 quando houve um encontro em Nova Iguaçu que reuniu várias lideranças do movimento negro, para se mobilizar e realizar ações nacionais acerca do centenário



da abolição. Nesse encontro formou-se um GT de religiosidade, que se desdobrou em encontros regulares, que mobilizaram terreiros e as pessoas que reconstróem essa fé religiosa, voltando suas ações para questões políticas, para garantir seus direitos.

Afirma que os terreiros são espaços de garantia de cultura do movimento negro, muito mais do que um espaço de cultura religiosa. A intolerância religiosa é um termo recente, mas o fenômeno acontece há anos, em função do racismo. Hoje, é importante e necessário apoiar a potência política dos terreiros. Menciona os “traficantes de Jesus” e como se tornaram uma questão complexa. O livro é a continuidade de um projeto, dando suporte financeiro para a manutenção do mesmo.

Edina Carlos Brandão Shanenawa - considera que o encontro que acontece no Simpósio, de indígenas e negros é muito importante. Pouco se fala sobre o verdadeiro trabalho escravo pelo qual a população indígena passou. Atualmente a população indígena vem fortalecendo sua cultura, sua língua, as pinturas não são por estética, mas um

símbolo de resistência de uma cultura que foi vítima de uma tentativa de genocídio e continua sendo há mais de 5 séculos. A manutenção da língua tem sido uma questão importante. É importante que diferentes etnias indígenas estejam reunidas para debater essas questões, pois cada um tem sua cultura e especificidade. Atualmente, sua etnia não sofre com a demarcação de terras, mas têm medo que possa vir a ser um problema.

Questiona: *“como podemos trabalhar a estratégia para não ser contra a vontade de alguém, mas que possamos defender essa cultura?”* E responde: *“[...] a resistência existe, há 519, porque de geração para*





geração essa vontade é repassada. É preciso que pessoas que não são de mesma origem tenham conhecimento da causa, através da educação, não se fala da verdadeira história da população indígena. É importante que futuras gerações indígenas conheçam sobre seu passado.”

Israel Mawete Ngola Manuel - trouxe a pontuação sobre a problematização do termo “indígena”, criado por brancos. Pesquisas voltadas a educação e religiosidade, formação interdisciplinar. Traz como exemplo práticas pedagógicas na Angola e da Guiné-Bissau, uma grande problemática é a língua como questão de divisão dos povos, como o português, como uma imposição colonial. Apesar da diversidade cultural, nas escolas só é ensinado o português e isso se tornou um problema para crianças que vêm de outras comunidades. A questão da religiosidade é como a religião pode se tornar uma forma de conhecimento? Israel traz uma igreja que existe no congo, mas que não se utiliza a bíblia, os processos de ensinamento ocorrem através da tradição.

Bárbara da Silva Rosa trabalhou no ministério da educação, com educação no campo, quilombola, questões étnico-raciais. Reitera que o fato de pessoas negras, indígenas e quilombolas estarem aqui é simbólico. Por fim reflete sobre: As violações que serem naturalizadas e praticadas pelas mesmas pessoas, com as mesmas pessoas, pelos mesmos motivos. Afirma que precisamos de posicionamentos estratégicos para luta de direitos. Precisamos usar aparatos de hegemonia branca a nosso favor, como direito, ocupar espaços de poder, nos espaços de representatividade. Precisa-se também garantir que as pessoas que já têm destaque, sejam não só representativos, mas multiplicadores.

Propostas

Curto Prazo:

- Contemplar outras religiões de matrizes africana, para além de umbanda e o candomblé no próximo simpósio.
- Trazer mais pessoas que estejam discutindo direito penal para as atividades do próximo simpósio.
- Propiciar a presença de mais pessoas indígenas e quilombolas;
- Propiciar mais tradutores para as línguas indígenas,

Médio Prazo: -

Longo Prazo :

- Aumentar o espaço para publicações indígenas e publicações quilombolas no próximo simpósio.



Painel Temático 10 - A colonização e a construção da sexualidade do povo brasileiro. Desafios para a implementação de uma cultura de respeito à diversidade de identidade de gênero e de orientação sexual. Perspectiva dos povos originários e comunidades tradicionais

“Existe a homofobia aprendida dentro da aldeia e existe a homofobia no mundo e isso gera um espaço de não identificação e dor. Porque ainda existe a fala que não basta ser indígena, tem que ser LGBT.”Katu Mirim

O objetivo desta atividade se pautou em discutir as relações de gênero nos povos originários e nas comunidades tradicionais; a Orientação sexual e identidade de gênero nos povos originários e nas comunidades tradicionais – quilombolas e de terreiro.

Milton Santos - inicia sua fala descrevendo que faz parte da Rede de Negros e Negras LGBT; a Rede nasceu em 2017 com o objetivo de estabelecer um diálogo entre os movimentos LGBTIs. Porque se percebia que estes corpos tinham dificuldade de estabelecer um diálogo e ter espaço que tratasse das questões étnicos raciais no movimento LGBT ao contrário do movimento negro (especialmente a homossexualidade). Então, se reuniu um grupo de jovens LGBTs em Manaus e se resolve criar o EBGLT com cotas para negros e negras.

Quando o evento aconteceu em Brasília, o EBGLT se tornou o primeiro encontro de ativistas LGBTs de onde foi criada a rede para reverberar o diálogo e a ação por todo o Brasil. Porque as associações nacionais têm o hábito de apenas agremiar instituições, mas a rede tenta agregar também pessoas buscando o diálogo entre a gente do movimento negro e do movimento LGBT. Na época, Milton tinha 20 anos e não havia nada construído, contribuiu com críticas sobre hiperssexualização do corpo negro no movimento LGBT. O senso comum sobre o corpo negro LGBT, era de promiscuidade. Porém hoje, outro espaço foi construído a partir de ressignificações construídas nos últimos anos.

Algumas informações são necessárias para pontuar: 70 (setenta) países hoje, criminalizam a homossexualidade; 26 países condenam, com a média de prisão de 10 anos e 6 países ainda possuem pena de morte para pessoas LGBTs. Compartilha que existem estudiosos que trouxeram os registros de relações entre pessoas do mesmo sexo (provavelmente sem o uso do nome homossexualidade/lesbiandade), através de imagens em cerâmicas, em murais, há mais de 1200 anos antes de cristo, na Mesopotâmia, no Egito e na Grécia. Além desses registros



também havia o registro de relações entre seres híbridos entre animais e corpos humanos. Também existe o registro de que Genghis Khan que criou o primeiro registro de criminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo. E se, esse registro de fato se configura, não por acaso, a China tem hoje um problema de população. Também relata que hoje, o Alcorão criminaliza a relação entre dois homens, porém o homossexual que se arrepender não será criminalizado. Esse é outro registro que existira antes de Cristo. A ILGA - associação internacional de lésbicas, gays, travestis e intersex, nos traz um relato de que, provavelmente existe 20% de homossexuais vivem em países que matam e impõe a prisão perpétua (tem países que não criminalizam a relação entre mulheres, pois a maioria não cria sensação para a relação entre mulheres). Dois países da África, Botsuana e Quênia, deixaram de criminalizar os seus compatriotas gays com a pena de morte. Relata que quando observamos o Brasil, percebemos visível avanço por vias judiciais, muito mais do que por vias legislativas. E a população, é a principal responsável por não eleger pessoas que sejam defensoras e presentantes de pessoas homossexuais.

Hoje, o Brasil por exemplo, reconhece a união estável entre pessoas do mesmo sexo, mas não conseguimos construir um imaginário de pessoas LGBTQTS fora do lugar da promiscuidade, do crime e da deturpação. E essa nova construção de imaginário é essencial para a mudança de novas gerações nesse nosso processo de desconstrução da normatividade e da homocriminalização. Segundo ele, alguns dados são necessários quando falamos de reuniões homoafetivas, por exemplo, de que existem pessoas dentro do judiciário que não permitem a adoção de crianças por casais homoafetivos. Porque em certos casos existe uma grande dificuldade de se adotar uma criança em comum com um(a) companheira(o). Existe um jogo de forças, em que consegue se conquistar espaços em alguns lugares, mas outros não. E, por exemplo, o desmonte do Conselho da Criança e do Adolescente é um retrocesso também para as famílias LGBTQTs. *“Existe uma definição eurocêntrica do que é homem e o que é mulher. Por exemplo, em África, Xangô usa saia, e por que aqui precisa usar calça?”*

Elísia Maria de Jesus - relata que sempre foi a favor da adoção compreende como desrespeito a não adoção de crianças por casais LGBTQTs. Expressa que crescer num meio de mulheres lésbicas é muito importante para que as crianças cresçam em espaços que legitimem outras formas de família e outras visões de mundo. Esse tema, sexualidade, também deveria estar nos outros grupos, pois as pessoas de terreiro precisam desconstruir. Compartilha que houve uma ação



no Burundi, em que existia um movimento de judias lésbicas. Existem judeus, muçulmanos, que têm seus grupos LGBTs e estão sós. Dentro do candomblé existe uma impressão de que há aceitação, mas esses temas não são construídos. Existe alguns equívocos sobre por exemplo Angorô e Oxumaré, que existem desde que o mundo é mundo. É só você pensar que muitas das tradições africanas podem ser machistas, homofóbicas e transfóbicas. Você pensa no Candomblé e pensa num livro arbítrio. Você é um vaso sagrado, por isso é bom não ser promíscuo. No Candomblé, não é legal o uso de drogas, pois sujam o corpo. Você tem que estar com o corpo limpo para ser aceito. Você pode ser gay mas não ser promíscuo. Masculino e feminino é cultural, é a cultura que diz se você é homem ou é mulher. Você não nasce mulher, você vai se construindo enquanto menina. Eu sempre tive muita liberdade para saber o que eu era.

A gente tem que pensar que a criança tem que ter a liberdade de vestir azul ou rosa, mas ser o que ela quiser. A gente quando está grávida já quer fazer um chá de bebê para dizer o que seu filho vai ser, é uma discussão muito difícil. A minha genitora é indígena, vocês indígenas têm uma leitura maior: eu sou gêmea e para algumas culturas ser gêmeo é ruim, é como se a alma estivesse partida no meio. Infelizmente, eu fui retirada dessa comunidade. Como levar a normalidade do gêmeo pra dentro dessa discussão? É muito Ocidental.

Os homens e as mulheres trans devem pertencer a diversas religiões, as pessoas tem que entender os conceitos de “passabilidade”, o que é ser trans e como isso se relaciona com a sociedade. Oxumaré designou a Oxalá criar o mundo, e então Oxalá bebeu muito, dormiu e não fez. Oxumaré deu pra outra pessoa fazer. Tinha uma cidade pequena e um peixe caiu do céu, as pessoas acharam que era a morte, um sábio disse: pegue esse peixe, cozinhe e come. A gente tem que dar a volta no mal e o mal é a homofobia e precisamos levar isso pros mais velhos, pra fazermos o mundo e as tradições.

Katu Mirim - inicia sua fala narrando que primeiro, é necessário pensar o recorte indígena de pessoa não aldeada. A questão LGBT entrou na vida de Katu quando tinha quinze anos. Essa luta e essas questões LGBTs são confusas porque é dominada por questões de gênero e sexualidade, que são dominadas por perspectivas brancas. Para Katu existe uma identificação de pessoa de gênero fluído, porém essas questões caem por terra na aldeia - pois essas questões são diferenciadas para as aldeias. Por exemplo, na sua comunidade existe uma catequização e a comunidade Bororó já estava aceitando sua retomada como não aldeada, então, chegar para esse povo chegar com a questão



LGBT seria muito difícil. Existe o filme *Majur*, que conta a história de uma mulher trans Bororo, que é uma mulher comunicadora. Foi uma arte da guerra muito difícil com o padre, porque Katu Mirim tinha seu lugar de ativismo muito grande na cidade e lá na aldeia ela tinha que assistir as missas.

Todo o martírio dos salesianos, durante a ditadura houve uma migração Bororo para São Paulo como escravizados. Percebe então que precisava ter um contato com esse padre e teve que traçar um diálogo. Cada um sabe e tem que descobrir sua missão, e em São Paulo foi muito difícil pensar em como é ser indígena, não aldeada, criada por pais cristãos em periferia; e ao chegar de volta à sua comunidade, se confrontou com uma realidade de que seu povo precisava resgatar suas origens também. Na aldeia quem manda é o padre e se ele fosse inimigo de Katu Mirim, ele não deixaria ela entrar e agir. Houve um diálogo específico que Katu contou que o Papa havia dito que a igreja devia pedir perdão para os homossexuais pelos crimes cometidos. E no altar da igreja dentro da aldeia existe uma imagem de Jesus com traços indígenas e também uma biblioteca foi construída com todas as publicações de povos Bororo.

Porque as pessoas que são racistas, o desejo de Katu Mirim é que sejam transformadas em pessoas pela luta anti-racista. Existe uma história que a gente precisa respeitar de cada povo. Preciso ter empatia pelas pessoas homofóbicas, para que haja mobilização de subsequente transformação. Existe a pessoa que é homofóbica e não quer construir diálogos, e existe aquela pessoa que foi criada em meios preconceituosos e que quer mudar e que quer entender. Nós enquanto indígenas, estamos num movimento de entender a colonização para desconstruir. Em certos povos, eram as travestis que faziam os batismos. A colonização se aproveita do controle dos corpos para lucrar com a capitalização dos produtos. E a dominação começou com os povos indígenas. Por isso precisamos sentar com nossos povos e discutir o agir com respeito. E sempre falam indígenas falam só de demarcação e de questão de terra, porém os indígenas estão debatendo muitos temas, como sexualidade, gênero e suicídio indígena, que é quatro vezes maior que a média. E eu me pergunto existe uma relação dos números de suicídio e desses indígenas serem LGBTs.

Raissa Dias Pimentel - comenta que em relação ao binarismo dentro do terreiro é muito difícil, mas é muito maior do que dentro da igreja evangélica. *“A realidade que se vive sendo LGBT no terreiro e cristianismo. Mas essas questões de temer o orixá é um criação evangélica que faz eu ver o orixá como demônio. E a gente cresce com isso e por mais que a gente viva*



coisas diferentes, dentro de nós, eu continuo com muito medo. Existe uma voz cristã no meu ouvido, que é da minha mãe também, que me diz que o meu orixá vai se voltar contra mim. E entram várias questões contraditórias que eu me sinto parte disso, mas eu também sinto que isso vai me fazer cair depois.”.

Vanessa Terena - chama a atenção por também se considerar “indígena urbana” e descreve que também tem essa questão de não me sentir nem da aldeia e nem da cidade. Questiona: quem eu sou? Relata que construiu sua identidade indígena nos últimos três anos da faculdade. Eu sou do povo Terena.

Tem uma coisa que na cidade é uma absurdo e na aldeia não é, como por exemplo, a questão escolar na aldeia é muito diferente. As crianças na aldeia podem, na maior parte das vezes, escolher não ir pra escola. O que a educação branca vai trazer de diferença pra aldeia? 90% da minha etnia é evangélica, tem uma igreja católica e cerca de 6 ministérios evangélicos. É muito alto o número de indígenas que vão perdendo sua cultura. É o que chegou junto das caravelas, você não pode adorar o sol antes de deus, nem o rio, a natureza. Deus está acima de todas as coisas. Isso matou nossa cultura, existe um processo de resgate cultural mas é muito difícil porque já se vive o evangelho dentro da cultura. Deveríamos mudar e resistir mas você vai pra uma aldeia sem recursos, sem nada, e chega alguém com as propostas de Jesus e com esse acolhimento? Eu acho interessante o que você fala, porque existe um movimento de não odiar mas eles odeiam a gente por sermos quem nós somos.

Reitera que percebe que conversar com o padre foi uma estratégia com amor. É de extrema importância olharmos de onde vem os nossos ancestrais, esse preconceito é algo aprendido, é algo imposto. Nós éramos mais de 5 milhões, hoje somos 1 milhão. Ainda somos! Nós somos muito privilegiados por estarmos aqui, nós temos agora parentes morrendo de fome, sem assistência médica. Relata que reflete como psicóloga e o fato de ser indígena a faz pensar mais com dor. Sua avó achava que tudo que era cultural era errado, desde a sua bisavó. Reafirma que temos que fortalecer o movimento, onde o indígena e o negro andem juntos e se ajudem. E finaliza com uma narrativa: *“Eu fui evangélica, bastante preconceituosa e aprendi muito. E compactuo com Raissa esse peso que a gente acaba carregando de “eu me sinto muito bem aqui, mas será?” mas na nossa espiritualidade, independente da placa e da igreja, você tem que está bem, porque a nossa espiritualidade não é algo como um nada em nós, não é nada. E a forma como você cultua seu deus ou seus deuses não quer dizer que você é bom ou ruim. E às vezes a gente sente medo porque*



muitas vezes você se confronta com várias questões de “e como vai ser no futuro?”. Então a gente também precisa pensar que a religiosidade muitas vezes adocece a gente e nos dá cargas desnecessárias. Eu tive momentos na minha vida católica que dizia que o desejo sexual era prejudicial para mim. E religião é diferente de espiritualidade, e religião é a forma mais inteligente de mandar na vida do outro. E através de uma coisa sagrada eu vou mandar na vida um do outro. E é interessante questionar o quanto nossa espiritualidade nos faz bem e até que ponto ela não nos faz mais. Porque nós somos seres em constante movimento. E a gente pode e deve ser multiplicador de todos esses debates que são feitos e foram feitos.”

Dandara Lima - inicia sua fala reiterando que questão de refúgio também é muito importante na discussão, pois a questão LGBT é um dos motivos de saída dos povos. Narra que teve uma questão bem forte sobre a religiosidade e sexualidade. Sinaliza que o contexto dos orixás foi bastante ocidentalizado e difícil. Se lembra de sua vó falando que Orixá mata. A avó contava a história de que estavam todos os filhos de Ogum no carro, houve um desrespeito ao Ogum, e Ogum matou todos. E sinaliza que existe essa romantização de ser homossexual e ser de terreiro, porque pra sempre existiu essa questão de não poder fazer certas coisas para evitar o “corrompimento” do corpo.

Emerson Pataxó - em sua fala inicial demarca seu interesse pela discussão, e pontua que é bem diferente para o povo indígena. Em sua aldeia ainda existem questões relacionadas ao machismo, porque existe por exemplo esse lugar da mulher na cozinha. Existem rituais e tipos de dança que são feitas só por homens, e mulheres não entram, e o contrário também acontecia. E dentro da aldeia ainda existe esse lugar da invisibilidade do indígena homossexual e transsexual. É constantemente questionado se existem povos indígena na Bahia. Inclusive o povo Pataxó é um dos poucos que resistiu ali na





Bahia, junto com o povo Tupinambá. É interessante que sempre essas discussões vão para o lado religioso, e muito dos nossos desafios partem da colonização cristã que nos pontuou como errados.

Narra que recentemente participou de um ritual dentro de um terreiro de umbanda. *“Foi tão interessante que na hora que eu pisei nesse terreiro eu comecei a me arrepiar. E eu não conhecia religiões de matriz africana e eu fui pesquisar. E eu comecei a frequentar o terreiro de umbanda. Na minha cidade tem pouquíssimos terreiros e a partir daí eu saí da igreja por conta disso. Porque eu creio nisso e sinto a energia nisso, e antes disso eu já era próximo da minha espiritualidade indígena. Mas que era distante porque, por exemplo na minha aldeia o pajé que nós temos é cristão, e mais recente existe um resgate das nossas tradições. E há um tempo eu pedi para jogarem os búzios ou as cartas e desde o primeiro momento eu tive um ligação muito forte com Oxóssi, e em toda casa que eu ia se confirmava que eu tinha caminho com ele. E hoje em dia não tem um lugar que eu chegue eu sinto isso. E desde que eu fiz meu borí eu sinto a espiritualidade muito forte em mim. E essas questões de saia e calça foram explicadas. Meu avô de santo tem características femininas, mas dentro da casa tem características masculinas. E acho interessante a gente discutir isso. Por que pode e porque não pode e quando vai poder? Porque acho que precisamos entender os lugares das aberturas, mas também das tradições porque houveram pessoas que vieram antes de nós. E as religiões são lugares de fortalecimento, porque as guerras que nós enfrentamos precisam sempre de fortalecimento espiritual. Hoje me perguntaram o que a juventude precisa e eu respondi que precisamos aprender com os mais velhos e também se fortalecer espiritualmente. E eu nunca pensei que eu poderia sentir a energia de deuses e espíritos de um outro povo. E para qualquer orixá que canta eu me arrepio dos pés a cabeça, mas acho que a gente precisa perder esse preconceito, e a gente precisa se fortalecer porque somos irmãos. 519 anos de colonização nesse país e o povo indígena e o povo negro sempre se fortaleceu, e nossos rituais muitas vezes tem lugares similares. Então é isso, a gente pode valorizar muito nossa identidade, mas a gente deve fazer esse entrelace com a religião, porque se a gente não tá do lado da nossa religião é muito fácil a gente perder as batalhas. Sabe porque vocês tão assim? É porque perderam sua religião e pararam de cultuar seus ancestrais. Por exemplo o povo Tupinambá é um povo que eu tiro o chapéu para espiritualidade. Temos relatos de como a fé fortaleceu esse povo, e a nossa ocupação dentro do sagrado é necessário.”*

Propostas. Médio Prazo : Criação de materiais didáticos e pedagógicos com resumos das discussões levantadas no seminário para distribuição em periferias e aldeias com versões traduzidas e adaptadas às diversas línguas.



Painel Temático 11 - Fundamentalismo, sectarismo, pensamento único e religiosidade. Impacto sobre a preservação dos valores e saberes ancestrais dos povos originários e das comunidades tradicionais.

“Quando o negro ou o índio se convertem, perdem suas tradições, sua cultura. O branco continua a ter direito de manter sua identidade.”

Gicélia Cruz

A atividade buscou contextualizar aspectos sobre fundamentalismo, sectarismo e religiosidade. Discutir estratégias de prevenção e enfrentamento à cultura do ódio. Os impactos que a ciência tem sobre o preconceito e discriminação. Explicar marcos normativo, acordos, convenções internacionais a Constituição Federal e Estatuto da Igualdade Racial. Presença de representantes de Umbanda, Candomblé, Juremeiros, Espiritismo, Batistas, Anglicanos e Judaísmo, bem como representante do MPT. Provocação inicial por parte da mediadora para discutir o papel da mídia na intolerância religiosa. Cada convidado teve seu momento de fala no qual apresentaram suas trajetórias como também diagnósticos e estratégias de enfrentamento para a questão da intolerância ou violência religiosa. Observa-se consenso, comprovado também por dados estatísticos, quanto a crescente presença da intolerância religiosa no Brasil e aponta-se papel do neopentecostalismo e da mídia neste cenário.

Claudia Alexandre - se apresenta como pesquisadora doutoranda na área de ciências religiosas. Abre sua fala fazendo uma proposição de tema: mídias e religião. Impactos da mídia na intolerância religiosa e racismo religioso. Relembra um fato, sobre o direito de resposta conquistado a partir de uma violação, em que um programa de TV mostrou a verdade sobre suas práticas. Alertou sobre a falta de interesse da mídia sobre as questões religiosas de matriz africana e associa à falta de mediadores e especialistas na mídia que possam levar temas sobre a religião. E narra: *“Somos vistos pelo que os canais de comunicação permitem mostrar”* - sinalizando a defesa do papel da mídia no combate à intolerância religiosa. Alerta para um cenário social em que igrejas possuem o controle sobre a maioria dos canais de comunicação. As emissoras de TV aberta no Brasil dedicam 20% de sua grade a programas religiosos. Discute a possibilidade de mais segmentos religiosos enxergarem as mídias como um caminho de fortalecimento e denúncia à intolerância religiosa.



Edson Luiz - compartilha que sempre foi criado dentro de terreiro de umbanda, trajetória que inicia no Rio de Janeiro e une-se a outro grupo de terreiro quando chega a Brasília. Fala sobre interesse entre acadêmicos em saber como é se converter, como é a aproximação religiosa. Aponta que todos nós nascemos em algum tipo de fé (estamos dentro de algo, mesmo que as famílias se dizem ateias sempre existe algum tipo de fé) e quando isso começa a ter marco institucional pessoas ficam constrangidas. Sinaliza o incômodo causado pela diferença. Seu centro fica na asa norte, e informa que sofreram inicialmente rejeição dos moradores ao redor, mas que adotaram uma estratégia de enfrentamento: a conciliação. Relatou alguns ataques sofridos pelo Centro, acusação de invasão por 70cm e ameaça de derrubada e destaca a importância de conversa e mediação, para a conciliação. Menção ao programa de TV conquistado com o direito de resposta: destaca que não foi vingativo, não vão atacar no mesmo nível porque vai igualar nessa “baixeza” e ódio. Sinaliza a importância do enfrentamento com altivez para não igualar e demonstrar que o queremos é paz. Encerra propondo que devemos seguir um caminho de conciliação e harmonia, sem lançar mão das mesmas estratégias que aqueles que atacam.

Ruth Grinberg - iniciar sua fala questionando: “O que eu enquanto judia posso contribuir nessa mesa?”. Descreve o trabalho de pesquisa para poder ocupar este espaço de forma respeitosa. A seguir, traz reflexões ao grupo: *“Existe atualmente no mundo falta de sentido da vida, pessoas perdidas. As pessoas se agarram ao que aparece mais, o que é divulgado e comercializado nas mídias. Há um fomento atual à agressividade e a violência.”* Reiterou os diversos ataques a templos e centros movidos pelo ódio, motivado pelo desespero que as pessoas têm de não encontrarem seu lugar no mundo. Associa o desleixo pela vida refletido em modos de vestimentas atuais. Questiona: *“O que temos encontrado como resposta dando sentido à vida?”* e responde *“A religião. Pessoas que estão conectadas a uma religião sentem-se pertencentes a uma comunidade e união com semelhantes em pensamentos e sentimentos. Força criada a partir dessa união que possibilita enfrentamento com humanidade. Como combater cultura de ódio? Unir a iguais em atitude de respeito e amor com diálogo e sentimento de paz.”* Propõe o enfrentamento através da união entre iguais em atitude de respeito e amor com diálogo e sentimento de paz. Finaliza relacionando os casos de suicídios recentes na Universidade de Brasília como falta de sentido da vida e consequente aumento dos casos de depressão.

Gicélia Cruz - inicia sua fala contextualizando a identidade de religiões afrodiáspóricas. Se aprofunda no protestantismo no Brasil, e como ele



chega efetivamente com ingleses, final do século 19, na Bahia, com caráter de missão (presença antes sem caráter de missão). Aponta que o primeiro convertido na Bahia foi um homem negro, e que este tornou-se o primeiro pastor batista negro no Brasil e sinaliza a adesão dos negros às novas religiões (cristãs) que chegam no Brasil. Continua descrevendo que existem igrejas ditas históricas, as pentecostais (a partir de 1910) e as neopentecostais e que evangélico é um termo utilizado estrategicamente para colocar todos em um lugar só. Prossegue, apontando que o negro no Brasil aderiu ao pentecostalismo (não ao neopentecostal) – aproximadamente 9 milhões de negros pentecostais no Brasil. O negro pentecostalista no Brasil não tem sua identidade racial trabalhada. Faz uma defesa do cristianismo de matriz africana e denuncia o embranquecimento do cristianismo como racismo religioso, aliados a teologia branca, que é politicamente pensada. Apesar das garantias da Constituição Federal de 1988, projeto toma conta da mídia aos poucos e alcança seus objetivos políticos. Para concluir sua fala, fundamentando, a partir do lugar de batista, o que é o histórico do protestantismo no Brasil.

Yuri Santos - fala sobre o coletivo do qual é representante em pautas nacionais e articulações internacionais. Instituição essa que nasce do combate ao racismo com presença massiva de religiosos de matriz africana, sendo portanto o racismo religioso uma das pautas centrais do coletivo, com larga atuação de denúncia de casos de intolerância e racismo religioso em diferentes esferas. Descreve a atuação no Pará, onde casos de intolerância tem se intensificado na forma de perseguição, incêndio de terreiros e agressão física, com provocação dos MP estaduais. Aponta a relevância internacional para o debate, porque possibilita a denúncia do Estado brasileiro pela sua posição diante dos casos de racismo religioso. Lembra o abaixo assinado com mais de 41 mil assinaturas para cobrar o ministério público oferecesse a denúncia contra um livro que demoniza orixás e entidades de religiões de matriz africana. Ilustra as caminhadas de povo de santo e como servem para enviar recado de que são religião de paz e harmonia. Traz também a reflexão sobre estratégias que precisamos adotar neste momento em combate ao sectarismo, fundamentalismo e intolerância: dialogar e fazer esforços de reunião para superar a realidade é algo que fazemos o tempo todo e é parte constitutiva das nossas religiões de matriz africana.

Narra a seguir: *“Somos religiões de paz, harmonia, proteção ao meio ambiente. Precisamos mais do que isso: não abriremos mão do diálogo, mas mudar realidade e conquistar emancipação se dará com enfrentamento duro com o rigor da lei e da justiça e constrangimento. Não com violência mas mostrando que não aceitaremos mais as agressões.”* Prossegue na



exposição e denúncia internacional como estratégia. Reitera a importância de disputar narrativa no Brasil de que os povos de santo e de todas as religiões que prezam pelo diálogo querem. Prossegue sobre a questão da mídia, estudos sobre como o candomblé é noticiado na mídia soteropolitana. Lembra que a imprensa fomentava editorialmente, até 1976, a perseguição. A partir deste ano, é aprovado decreto que libera prática do candomblé na Bahia (antes disso era necessária autorização específica). A partir desse marco, muda perspectiva da mídia e relação com intelectuais. Mudar o enfoque do Candomblé nos noticiários fez que ele saísse das páginas policiais e migrasse para as páginas de cultura, mantendo o racismo religioso através da folclorização. Propõe que avancemos para além do diálogo, pautando o enfrentamento a partir de recursos legais e denúncias ao Estado brasileiro frente a instâncias internacionais por sua negligência, punição e constrangimento. E encerra: *“A cidade finalmente assume que o Candomblé faz parte dela”*, reflexão importante sobre o papel de estar nos espaços e fazer disputa de narrativa.

Jaime Mitropoulos - anuncia que veio para ouvir e aprender e também prestar contas do relatório elaborado pelo MPT com sua coordenação. Prossegue compartilhando as conclusões do relatório de âmbito nacional:

- Não foi encontrada nenhuma condenação de casos de racismo religioso;
- Epidemia no Rio de Janeiro: ataques orquestrados por facções criminosas permite categorização como Terrorismo Religioso (ocorrem também em todas as regiões do Brasil) – ataque fundamentados pelo proselitismo destrutivo religioso.
- Violência sistemática fundamentada no proselitismo destrutivo nos meios de comunicação, amparado e estimulado pela omissão e ineficiência do Estado brasileiro.
- Captura progressiva do estado laico, fundamentando uma tirania teocrática fasciliberal.
- Motivos da expressão do ódio: não apenas algo interior da falta de sentido dos sujeitos mas faz também parte de projeto, pessoas são estimuladas paulatina e subliminarmente a esse ódio.

Prossegue fazendo uma crítica às instituições e colegas de MP que ignoram a referida realidade. Pontua que precisamos ter estratégias, somar esforços na luta pela diversidade cultural do Brasil, sendo também papel dos colaboradores mesmo que não façam parte dos grupos



diretamente vulnerabilizados. Dever de todos de proteger a igualdade, frente a guerra de narrativas. Propõe quebrar invisibilidade do tema, tratando coisas pelos nomes: violência religiosa (mais do que intolerância) e racismo religioso; cobrar punição adequada e proporcional; investir na educação e no diálogo multicultural partindo da compreensão de se tratar de um dever de toda a população e não apenas das comunidades atingidas diretamente.

Jack Dassa - inicia dando atenção para a palavra “demonização”. Relação desse termo com fato de religiões de matriz africana terem manifestações de espíritos, entidades (pede licença e perdão pelos termos por desconhecer). Importância do debate teológico antes do político. Referência ao Antigo Testamento, colocações sobre os espíritos. Manifestações de espíritos também no novo testamento, citação de passagens. Reitera a importância do combate de teologia com teologia e questiona: se existe manifestações de espíritos no novo testamento, então por que demonizar? Faz uma defesa de que a raiz do problema é religiosa e não política. Importância de liderança religiosa para combater discurso teologicamente.

Flávia Pinto - Começa fala com proposição de capacitações e sensibilizações com empresas públicas e privadas. Relata como exemplo de premiação de empresas que promovem liberdade religiosa. Aponta que é necessário um foco na perspectiva do lucro para convencê-los, mostrando aos empresários que a falta de pertencimento dos funcionários influencia no rendimento e importância do respeito a religiosidade para pertencimento. Material didático que fala sobre cada religião. Cartilhas tem o potencial de explicar para população brasileira sua própria história. É preciso dizer que o mundo não tem 2019 anos e o Brasil não existe há 519 anos e caracterizar a invasão como tal e não como descobrimento ou apenas colonização. Aponta a conversão para religião do opressor no povo brasileiro após libertos como diferente de demais povos que após opressão não se convertam a religião. Fundação eurocristã da religiosidade cristã e defesa de que Cristo não fundou religião, invalidando tudo que existiu antes de Cristo. A mentalidade do colonizador justificou todo sistema escravocrata e atualmente a educação não reverte esse quadro. Ênfase na questão do patriarcado e estupros de mulheres negras e indígenas como aspecto vinculado a religião.

Retoma a fala sobre proibição de 30 anos de acesso dos negros a escola, ênfase em quão recente é a “libertação” e leis atuais em relação ao tempo de opressão. Retoma questão do calendário e constituição



da cidadania com base em fundamentos eurocristãos. Recente ver a educação como questão relevante. Atuação dentro dos presídios, menção ao exército de Jesus que nasce dentro da cadeia. Aproveita para propor ao representante do MPT ações de capacitação profissional para mulheres ex presidiárias. Denuncia a invisibilidade dos povos indígenas e religiões de matriz africana na sociedade brasileira. Fala sobre o movimento de migração religiosa dos negros para o continente africano, conhecimento de quilombos e aldeias. Propõe capacitações e sensibilizações com empresas públicas e privadas sobre intolerância religiosa; visita das comunidades para entender formas de trabalho. ; rompimento com calendário eurocristão.

Lilian Conceição - inicia sua fala sobre a disponibilidade ao diálogo inter-religioso e acolhimento como característica cristã também. A própria bíblia é um documento político e crítica ao fato de que discursos se tornam mais importante do que as palavras de Jesus Cristo. Anuncia que vai dar testemunho enquanto ato político. Questionamento que se fez na juventude: *“Como assim existem tantas religiões e hoje em dia o cristianismo chega e tenta dominar todas as outras?”* Relata a busca por entender de que modo o sagrado se revelou em diferentes tradições: a revelação do sagrado não é propriedade de uma única tradição religiosa. Papel como cristã de dizer desde dentro de uma igreja eurocêntrica, patriarcal, branca. E relata que faz parte de tradição que tem feito parte de todas as instâncias nacionais e internacionais de diálogo inter-religioso e ecumenismo.

Compartilhando estratégias de prevenção e enfrentamento a cultura do ódio: mais lideranças cristãs em espaços como este. Menção a diferentes conselhos religiosos e cristãos cujos membros deveria, para a convidada, estar presente para escutar, dialogar e conhecer as discussões. Ano passado, finalmente, assumiu-se como pauta prioritária o enfrentamento ao Racismo. Trajetória de implementação da pastoral afro em diálogo com outras fés. Balançar desde dentro pelo diálogo a partir de uma teologia com base na leitura bíblica feminista e negra. Identificar o óbvio: África presente na Bíblia. A partir de hermenêutica bíblica trabalhar dentro da formação do clero, trazer outras tradições cristãs para dialogar e desconstruir aprendizado de teologia eurocentrada. Crítica: só reconhecem revelação divina em corpos masculinos, brancos e ricos. Estratégia que tem assumido: provocar desde dentro as estruturas. Impossibilidade traumática de reconstruir árvore genealógica para pessoas negras.



Mesmo sofrendo racismo e sexismo, falar desde dentro, importância de títulos acadêmicos que possui para ser escutada. Narra que é possível fazer teologia que promova vida e não mais morte. É preciso que a igreja ouça e se coloque à disposição para aprender e desaprender. Romper com disposição de se colocar para o outro sempre na posição de ensinar (postura colonialista), saber aprender, reconhecer os erros cometidos e se comprometer a mudar. Quando uma fé é violada, todas precisam reconhecer humanidade comum e sagrado que habita em cada um, que todos sintam aquela violência como sofrida em si. Buscar cada vez mais espaços para ações concretas de enfrentamento do cenário. Propõe uma mudança de postura dentro do cristianismo; mudança de perspectiva na formação clériga; convocação de maior quantitativo de lideranças cristãs para espaços inter-religiosos como este.

Mãe Carla Costa - fala sobre processo de interdição inesperada de seu terreiro ocorrida no início deste ano. Afirma não ter trajetória de ativismo e aproximou-se do ativismo após esse período. Evento fez crescer muito enquanto casa por desvelar preconceitos ao redor do local onde o terreiro está inserido. Evoca canção sobre ataques religiosos. Busca da humanidade, ensino das crianças e jovens, ensino para além das religiões sobre diversidade, amor, fraternidade. Discute sobre projetos de fazer visitas e palestras nas escolas e narra: *“A intolerância é fruto do desconhecimento. O que a gente ignora a gente teme e o que a gente teme a gente ataca. Mostrar beleza e diversidade, o deus que está em tudo e espiritualidade que vai além da religião. Religião que é uma forma de se conectar com a espiritualidade.”* Prossegue sobre as diferentes formas de cultuar o sagrado e aponta a umbanda como religião universalista de diferentes entidades representativas de diferentes camadas da população. Propõe a união e não separação. Ir além da religião e pensar em todos nós como seres humanos habitantes do planeta como caminho para convivência.

Junior Xucuru - inicia fazendo saudações em sua língua. Pede força aos seres encantados para ter sabedoria. Denuncia que essa questão não é de hoje, há 519 anos de luta e resistência mantendo cultura e religiosidade. Aponta conflitos dentro da aldeia, parentes entre parentes, porque uma igreja queria construir um grande templo dentro da aldeia. *“Respeitamos todas as aldeias mas não respeitamos cinismo de entrarem dentro das aldeias e ditar o que deve ser feito”.* Sobre o processo de colonização, ressalta que a parte boa da vinda dos estrangeiros foi conexão com irmãos africanos, orixás e seres encantados, que são os mesmos. *“Medo de como vai ser o futuro de quem não tem os encantados porque nós já estamos protegidos. Tenho dó de quem não acredita que somos todos irmãos, temos uma só religião humana. Todos nós nascemos*



SIMPÓSIO INTERNACIONAL

com religião. Grande espírito Tupã, Deus... falamos de tantos espíritos que um dia já foram ser e viraram encantados. O que está faltando dentro das religiões é o respeito uma com as outras, a religião corre dentro da gente."

Reitera o compromisso enquanto indígena de pedir proteção a todos que estavam presentes. Hoje no povo Xucuru existe a maior assembleia indígena do mundo, que é inter-religiosa. Crítica ao discurso crítico do governo sem união para estratégias que realmente possam atingir os objetivos. Questiona: *"por que todas as religiões se separaram?"*. Terreiros, aldeias e igrejas tem que pregar o bem e não o mal. Ilustra a presença de diferentes crenças dentro das aldeias e visitas de diferentes religiões porém não é permitido que eles construam igrejas naquele espaço. Quem faz a nossa luta somos nós. Abre o convite aos presentes para conhecerem a assembleia (30mil pessoas) dia 17 a 20 de maio de 2020 em Pesqueira, PE, Serra do Ururuba. Também abre o convite para fazer que encantados se encontrem, se estão ali é porque eles quiseram. E encerra com um pedido de proteção aos encantados para todos os presentes.

Ivanir do Santos - enfatiza diferença entre ecumênico e inter-religioso porque ecumênico é apenas entre os abraâmicos. Denuncia que o estado produz o sofrimento e não é feito de forma aleatória. Histórias





feitas de atrocidades pelo próprio Estado e cita nomes históricos, Hegel, Locke e suas características racistas e escravocratas para explicar construção de ideia cultural/mentalidade. Aponta o projeto de poder de ocupação de espaço. Faz defesa do termo “tolerar” pois compreende coexistir enquanto termo “respeito” não implica necessariamente em coexistir. Ilustra a história dos neopentecostais: missionários americanos que chegam para combater teologia da libertação. Neopentecostais não chegam no legislativo sozinho, mas apadrinhados por figuras estratégicas. E finaliza que atacar candomblé e umbanda é atacar a democracia, e que se faz necessária a defesa de caminhadas pela liberdade religiosa. Finaliza propondo a criação de cursos de especialização sobre história social sobre intolerância a diversidade religiosa; a divulgação do já existente “Guia de Combate à Intolerância Religiosa.”; maior visibilidade e participação na caminhada pela liberdade religiosa que ocorre no Rio de Janeiro no terceiro domingo de setembro.

Propostas

Curto Prazo

- Capacitações e sensibilizações com empresas públicas e privadas sobre intolerância religiosa.
- Visitação das comunidades para entender formas de trabalho;
- Divulgação do já existente “Guia de Combate à Intolerância Religiosa”.
- Visibilizar e fomentar maior participação na caminhada pela liberdade religiosa que ocorre no Rio de Janeiro no terceiro domingo de setembro.

Médio Prazo

- Fazer enfrentamento a partir de recursos legais; denúncias ao Estado brasileiro frente a instâncias internacionais por sua negligência; punição e constrangimento aos atores de intolerância.
- Visitas e palestras em escolas para apresentar o respeito às diferentes religiões.

Longo Prazo

- Convocação de maior quantitativo de lideranças cristãs para espaços inter-religiosos;



Painel Temático 12 - Questões étnico-raciais, de gênero e de religiosidade nas relações de trabalho, produção e consumo.

“O quilombola chega à universidade, mas a universidade não chega ao quilombola. Como construir essa ponte e promover permanência?” Maria Cristina Vidotte

Esta atividade buscou contextualizar as questões étnico-raciais e de religiosidade nas relações de trabalho, produção e consumo: assédio e discriminação. Refletir sobre estratégias de prevenção e enfrentamento ao preconceito, ao racismo, à intolerância e à discriminação.

Iêda Leal de Souza - ressalta a presença de pessoas negras prestando serviços e não promovendo diálogos em cargos importantes. Questiona a localização do povo negro no mercado de trabalho e associa também ao racismo religioso. Indaga a dificuldade de compreensão sobre esses aspectos, uma vez que não há ataques em sinagogas, igrejas católicas e centros de cultos evangélicos. Problematizar os discursos hegemônicos que impedem as pessoas de não respeitarem os indígenas, os negros e os povos de religiões de matriz africana. Ilustra a hierarquia racial no trabalho: homens brancos, mulheres brancas, homens negros, mulheres negras. Aponta também como a discriminação contribui com a luta entre elas, e quem possui poder elege quem recebe mais ou menos pelo mesmo trabalho. Como viver de forma democrática no mundo do trabalho? *“Precisamos aprender como se dá o racismo na nossa sociedade, não é possível lutar contra algo que não se conhece. É preciso de uma necessidade política para aniquilar o racismo. O racismo se disfarça em todos os espaços.”*

Iraildes Elísia Andrade - antes de iniciar sua fala trouxe a notícia de um caso de uma injúria racial ocorrida em um estabelecimento do Plano Piloto, na Asa Norte, onde a dona de um estabelecimento comercial corriqueiramente tenta agredir, direta ou indiretamente, clientes negros que por lá tentam consumir, na ocasião do dia anterior nesse local, uma ex-garçonete havia sido injuriada pela patroa. Adentrou o assunto também pontuando uma fala do Painel Temático 1, que ocorrera no mesmo local do presente Painel Temático 12, onde sentiu-se instigada a problematizar em vista de que a pessoa que prolatou tal fala havia insinuado “não contratar pessoas negras porque os currículos eram simples ou modestos demais”, assim, abordou e apontou que a discriminação curricular acontece com o aval de uma naturalização da ideia do “culpabilização da vítima” quando situações como essa são questiona-



das. Aproveitou para mencionar experiências pessoais a respeito de discriminações que ela e seu filho sofreram, bem como das preocupações das mães negras em relação a seus filhos. Questionou a demonização dos orixás presentes nas religiões de matriz africana, demonstrando incômodo em relação a esta pecha.

Kênia Gonçalves Costa - inicia sua apresentação sobre o interflúvio do Araguaia – Tocantins, apontado o protagonismo feminino nesse espaço. Descreve os assentamentos da região do Norte do Tocantins, territórios indígenas e quilombolas liderados por mulheres. Compartilha informações sobre as Unidades de conservação e territórios pesquisados pelo PPGCULT no Estado do Tocantins. Convida a articulação para um edital de ações afirmativas na pós-graduação para ampliar o acesso e dialogar com os saberes das comunidades tradicionais, povos quilombolas. Apresenta um mapa do interflúvio Araguaia, que perpassa os municípios de Aragoínas, Filadelfia, Muricilandia e Santa Fé do Araguaia. Protagonistas: Violeta Achuré (grande detentora dos saberes), D. Juscelina (faz uma alvorada em comemoração ao 13 de maio), Maria Mendes e Maria Aparecida. Referência desses territórios comuns, de luta, resistência e de manutenção da vida do povo. Hardt e Negri, conceito de comuns: *“resultados da produção social que são necessários para a interação social e para mais produção, como o conhecimento, as imagens, os códigos, as informações”*. E descreve como construção comum: o que está sendo construído fora da comunidade, será devolvido à comunidade.

Oscar Henrique - iniciou sua fala fazendo adendo a fala de outras painelistas e em referência a Angela Davis, sobre perspectivas de atuações futuras que o movimento negro precisaria tomar para se fortalecer, caminhos estes trilhados no rumo da interseccionalidade, pela união das pautas entre grupos minoritários dentro do próprio movimento, frisando o protagonismo de mulheres negras dentro dessas atuações. Falou de suas experiências das bancas de heteroidentificação nos processos seletivos de vagas para alunos cotistas nas universidades. Ademais, sobre sua participação em órgãos municipais do Rio Grande do Sul para debater temas étnico-raciais, além de somar aos movimentos que visam abrir conselhos municipais do referido estado para debater questões raciais dentro de uma perspectiva educativa, não obstante, relatou que há resistência a esse tema, o que se demonstra um desafio para sua mobilização antirracista em Porto Alegre e outros municípios do RS. Propôs que os operadores do direito pressionem acerca da elaboração de pesquisas que possam mapear as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho para negros, indígenas e pessoas que confessam religiões de matriz africanas, alertando que somente depois



destes procedimentos de pesquisa, teríamos um norte para mobilizações sociais mais cirúrgicas.

Maria Cristina Vidotte - compartilha que trabalhou com a comunidade quilombola Kalunga. O quilombola chega à universidade, mas a universidade não chega ao quilombola. Traz reflexões teóricas sobre o direito e a comunidade quilombola e descreve o direito fundado na Revolução Francesa, sob a perspectiva individualista, fundado para dar força a dominação econômica da colonização. Aponta a necessidade de abrir brechas para caber as coletividades e denuncia diferentes níveis do racismo institucional: mediações intersubjetivas, coletivas ou comunitárias. Lembra as denúncias da comissão interamericana de direitos humanos, reflexões no continente americano e as denúncias de profissionais do sexo, crianças, intersecção raça, gênero e profissões não convencionais. Denuncia o desrespeito às fronteiras dos povos tradicionais pelas fronteiras políticas. Reconhece que no sistema jurídico há uma enorme dificuldade de sobreposição do coletivo ao individual. E propõe pensar num novo direito que seja abrangente as coletividades, que não seja construído pelo direito civil privado.

Cecília Amália Cunha Santos - faz uma apresentação das boas práticas do MPT de enfrentamento ao racismo e no fomento de





comunidades tradicionais. Também apresenta o projeto UBUNTU. Descreve o conceito Bantu, que engloba os mitos e lendas de povos da África. Ética não individualista. Também apresenta informações sobre o projeto piloto: Quilombo Grotão. Discute os desafios da implementação da Convenção 169 da OIT, e como reverberam no resguardo dos Direitos Humanos. Sinaliza a importância da consulta prévia para ações que vão impactar comunidades tradicionais. Aponta ações do projeto de incentivo ao cultivo e à agroecologia e a construção de caixas d'água a partir de um posto artesiano de água doce.

Ludmila Reis Brito - apresentou o projeto denominado “Pacto pela inclusão racial no mercado de trabalho do Distrito Federal”, falando de sua importância no contexto local, que ainda não tinha projeto para a promoção de igualdade racial no âmbito da Procuradora do Trabalho no DF. Assim, o pacto traz diretrizes e planos para efetivar uma política inclusiva de negros e negras em empresas de Brasília. Realizou-se também um balanço da atuação da Procuradoria do Trabalho no DF dentro das promoções de igualdade em parceria com instituições de órgãos do Governo do Distrito Federal. Falou ainda sobre a futura publicação de um relatório racial de empregabilidade do DF, com fim de mapear diversas temáticas vinculadas ao trabalho. Encerrou questionando se o movimento negro do DF foi ouvido no Pacto pela inclusão racial no mercado de trabalho do DF.

Propostas

Curto Prazo

- Criar projetos para maior visibilidade para povos negros e indígenas por parte do MPT.

Médio Prazo

- Pensar em novas formas para mitigar o racismo no mercado de trabalho;

Longo Prazo

- Registrar nos livros/publicações por parte do MPT e pesquisas sobre a população negra;
- Pensar num novo direito que seja abrangente as coletividades, que não seja construído pelo direito civil privado.



Painel 13 - Educação para as relações étnico-raciais e religiosas: o saber acadêmico alinhado ao saber ancestral. Modalidades específicas de educação, art. 26A da LDB. O STF, laicidade, Estado laico e o ensino confessional. Passado, presente e futuro.

“Refundar a educação é refundar a nossa civilização.” Gersem Baniwa

O objetivo desta atividade foi contextualizar a educação escolar indígena, quilombola, religioso de matriz africana; a Constituição Federal de 1988; acordos e convenções internacionais, em especial a Convenção 169 da OIT; o decreto n. 6.040/2007. O STF, laicidade, Estado laico e o ensino confessional. Foi discutido o estado atual do processo de efetivação da política de ensino para as relações étnico-raciais; as principais problemáticas discutidas vão rumo a caracterização da Educação como um processo que se institucionaliza no espaço escolar mas se concretiza nos espaços sociais e de cultura hegemônica, e que os obstáculos enfrentados nessa estrutura são análogos ao estado atual da rede de impactos que o processo colonial atualiza no atual momento de crise institucional e retrocesso democrático, que acirra os processos de racismo, genocídio e etnocídio em suas formas física, emocional, epistêmica, cultural e civilizatória. As proposições foram rumo a judicialização de violações da normativa constitucional nos diferentes espaços e aparelhos estatais e privados responsáveis pela efetivação do direito à educação em paralelo à ações em controle social, parcerias e colaborações nestes espaços em torno da formação de novos quadros de professores e gestores capazes de representar a pluralidade étnica, racial e territorial brasileira com vontade política e compromisso social.

Petronilha Gonçalves - inicia sua fala apontando a repetitividade da problemática, que se atualiza na medida em que se aperfeiçoam os mecanismos de discriminação e violência raciais. A vivência na escola por vezes reforça preconceitos e não os transforma, e as reações são sempre de ocultar ou recluir-se; é normal estranhar o diferente, o que não é normal é menosprezar, diminuir e violentar, que são as respostas aprendidas. Neste sentido, sinaliza que nós valorizamos ou desvalorizamos as experiências de vida do outro a partir dos próprios referenciais. Relata que a impressão que se tem – e se passa – é de que entra ano e sai ano e a problemática não muda. Mas não é porque as pessoas não saibam falar de outra coisa, mas é que a problemática se renova da mesma forma que o racismo, por isso o debate seria contínuo. Questiona: *“Como as pessoas vêm se reeducando? Em que momento e com*



quem as pessoas aprendem a valorizar algumas pessoas, alguma forma de pensamento, alguma forma de religiosidade, e passam a desprezar outras?" E responde: "Isso se dá em um momento anterior à escola, que também reforça os preconceitos vividos. Estranhar o diferente não seria ruim, desde que não passe pelo desprezo do outro. Quem valorizamos e desvalorizamos? Não é a escola sozinha que poderá mudar os jeitos de pensar, ser e viver no qual crescemos e fomos formados. Seria preciso alargar as frentes de atuação para combater o preconceito. Mas o papel da escola para o enfrentamento (ou reificação) dos preconceitos pode ser marcante na vida das pessoas." Reitera que precisamos compreender e aceitar que somos um povo múltiplo. E é preciso respeitar os diferentes modos de ser, viver e conviver. Não podemos valorizar nossa humanidade desumanizando o outro. Em um país por múltiplas raízes culturais, não é possível valorizar apenas a europeia como mais valiosa. É preciso dialogar com o norte enquanto povos do sul e não enquanto cópias do norte.

Antonio Gomes da Costa Neto - descreve que trabalha com a avaliação de políticas públicas e esse será o tom de sua fala. Ele é do Distrito Federal e, para falar da educação básica, ele precisa falar do ensino superior. No Ensino Superior não há critérios de avaliação para a área de educação das relações étnico-raciais. Na UnB, no curso de História, nas últimas três avaliações, há só a disciplina de História da África para dar conta das relações étnico-raciais. Questiona: *"Ela só dá conta? E os demais profissionais da educação?"* Ele, que é técnico-administrativo, só teve "Capoeira na Escola" como forma de lidar com educação para relações étnico-raciais. Indaga como dar o exemplo, se na universidade pública está dessa forma. Falta sistemas e mecanismos operacionais para a avaliação das relações raciais. Todo semestre há professores entrando nos quadros sem formação para relações étnico-raciais – e é sempre um único professor que trabalha com os temas nas escolas. Estão entrando com mandato para enquadrar o MEC e todos os reitores do Brasil pela não avaliação dos cursos quanto à área de educação para as relações étnico-raciais.

Ilustra o cenário carente em avaliação, relacionada a formação em educação para as relações étnico-raciais, sendo que atualmente há apenas um questionário eletrônico com diversos problemas de adesão e limitação de informações. Na última avaliação foi afirmado que apenas o ensino de História da África bastaria para a formação de quadros capacitados, sendo que de um universo de 25 mil professores e 10 técnicos, os índices de declaração de formação no tema é de cerca de 600 profissionais que realizaram cursos diversos voltados para a questão. Carência de mecanismos de avaliação e controle efetivo da implantação



da política que se concretizam num não estabelecimento de normativas deste processo formativo durante a formação destes professores. Os discursos associados são o da responsabilização de figuras específicas nas escolas, de ensino em matérias específicas e de invisibilização. As respostas institucionais são sempre evasivas. Crime de responsabilidade e ação de improbidade em todas as reitorias

Cândida Soares da Costa - compartilha que desde 2003 trabalha na UFMT com a questão das relações raciais e educação. Coordena um núcleo sobre o tema com forte trabalho junto aos professores da rede básica. Aponta que na educação básica existe um problema de conhecimentos das relações étnico-raciais, que aparece por uma falta de formação mais efetiva por todo o universo de docentes que atua na educação básica – isso só pautando o sistema público de ensino. Reitera que estamos em processo, mas longe do ideal esperado. Com relação à Universidade Federal do Mato Grosso, destaca que há alguns avanços: educação para as relações étnico-raciais (obrigatório para Pedagogia e Licenciatura em Geografia, optativa no Bacharelado em Enfermagem, deve passar a ser obrigatória no curso de Filosofia em 2020). Esse ano também foi ofertado no curso de Letras. Essa demanda, construída em sua base legal, foi trazida por estudantes do curso de Letras, que pleiteou junto à coordenação do curso a oferta da disciplina. Há uma dificuldade grande na efetividade, embora tenha sido avançado em relação à questão das RER (relações étnico-raciais) enquanto a normatização, cuja responsabilidade ficou a cargo das instituições de ensino superior, mas falta uma política pública mais efetiva. Não é possível contar com o voluntarismo. Falta uma maior obrigatoriedade da política. Falta uma postura dos gestores públicos, assumindo as RER. como um dos problemas centrais no que diz respeito em relação à educação e o currículo da sociedade brasileira.

Alcides Jorge Carvalho - inicia sua fala apontando que a questão se dificulta dentro da própria escola, com diretores e gestores de escola que atrapalham a aplicação da Lei, uma vez que a obrigatoriedade não é aplicada. Não é apenas o corpo docente, mas o conjunto da escola – servidores, especialmente aqueles evangélicos, que apresentam problemas junto à aplicação da temática das RER (relações étnico-raciais). Há uma grande dificuldade, mesmo dentro da Bahia, onde há um racismo muito forte. Não se trabalha a diversidade dos modelos de educação. O Ministério Público deve estar mais atuante junto à efetivação. Compartilha que na Bahia há uma proposta de que as escolas precisam aprovar 80% dos alunos, sob o risco de fechamento. Professores, especialmente aqueles de religiões de matriz africana, estão sendo agredidos



pelos alunos – com anuência da direção, muitas vezes. Não há uma instituição que cobre e exija a aplicabilidade da Lei 10.639/03. Não há como pensar a educação sem pensar o modo de viver das pessoas! Ainda há a questão do abandono da educação básica, é preciso começar a mudança de pensamento pelas crianças. Como fazê-lo em um modelo de sistema educacional brasileiro que visa manter as desigualdades? Iniciar um processo de cobrança coletiva, chamando senadores e deputados. É preciso começar da base, com uma estrutura forte. Os pais da geração de 80 não têm a formação para dar para seus filhos. O sistema educacional é formado e mantido para garantir o modelo político vigente – sustentar as elites.

Reitera a problemática da efetivação da política dentro das escolas, relatos acerca de gestores que não concordam ou aceitam a e, com a carência de fiscalização não são responsabilizados pelo não cumprimento das normativas. Aponta que existe um verdadeiro obstáculo relacionado a professores de religião evangélica em primeiramente conhecer para respeitar a história africana para além da religiosidade e do Candomblé de forma deturpada para assim poderem compreender a normativa e serem responsabilizados pela promoção do ensino religioso obedecendo o princípio da laicidade estatal. Reitera que a escola não se resume ao diretor e professores: é toda a comunidade. Outra questão apontada por Alcides é que uma vez instituídas as políticas, há de se encarar o cenário da educação de forma complexa nacionalmente, exemplificando com o caso da Bahia, onde em paralelo às práticas em educação para as relações étnico-raciais existe a normativa de aprovação mínima de 80% do corpo estudantil anualmente, que uma vez não alcançado tem por consequência o fechamento dessas escolas. Destaca, por fim, a importância de pensar a educação em ligação direta com a cultura, trazendo novamente o exemplo de seu território onde atualmente quase todo o investimento em cultura é matéria do Turismo, representado por um secretário ligado à bancada evangélica e isto também se torna um fator de exclusão e impedimento do acesso aos espaços e recursos para promoção de cultura pelas comunidades negras.

Gersem Baniwa - inicia sua fala afirmando que a educação para as relações étnico-raciais é um sonho, uma utopia, e mais difícil de ser efetivada do que se esperava no início dos debates sobre o tema. Enquanto representante no Conselho Nacional de Educação, percebeu a quase insignificância da efetivação da educação para as RER, através de uma pesquisa demandada pelo órgão. Pela perspectiva dos povos indígenas, parece ser mais difícil ainda a efetivação pela “insignificância” da força política devido à baixa força populacional, aos olhos dos que



detém o poder político. A educação para as RER é tão difícil porque não é uma questão meramente histórica, cultural e política, é porque é uma questão civilizatória. São civilizações que não se alinham. Implementar a educação para as RER é enfrentar algo que a sociedade contemporânea abomina, porque não é uma mera disputa ideológica, é uma disputa civilizatória, que é uma questão profunda demais para se quebrar em uma questão meramente pedagógica. Seria uma quebra de crenças de mundo.

Sinaliza que temos que quebrar os paradigmas da própria ciência. Alerta que estamos sendo colonizados e embranquecidos todos os dias e enquanto não tivermos indígenas dando aula para indígenas, não será possível iniciar essa quebra. Sem essa quebra continuaremos andando em círculos. Avançar não é quebrar a estrutura de um racismo civilizatório. Para valer, é preciso romper. Não estamos dispostos nem preparados para isso. Mas há caminhos para não pararmos no tempo. É preciso formar gestores para além das iniciativas incipientes existentes. Sem isso não adianta contar com boa vontade política. Formar professores e ver a mudança nas matrizes curriculares do ensino superior, especialmente das licenciaturas. Se não há mudança, como os professores estarão preparados para a educação para as RER. Menciona as diretrizes operacionais para a educação nas RER – sendo elaboradas. Pensar punições, já que esse é o único caminho que se entende – premiar quem cumpre e punir quem não cumpre. Precisamos avançar na questão de material didático, que ainda é muito incipiente. Realizar campanhas educativas. Isso porque essas normas foram implementadas por uma minoria, com a má vontade da maioria.

Hélio Silva - compartilha que a Constituição Federal de 1988 refere pouquíssimos conteúdos curriculares em seu texto original. E um dos conteúdos que consta na CF de 88 é a história e cultura dos diferentes povos que contribuíram para a formação da identidade brasileira, uma vez que tem quem acredite que esse conteúdo só surgiu em 2003. É preciso reforçar a força do movimento negro na elaboração da CF. É tão obrigatório quanto o ensino de língua portuguesa, no artigo 242 Parágrafo 2º. E não é um tema de preto e de índio, é de todos. Se a educação fecha os olhos para essa diversidade, ela não tem qualidade. O currículo não trata da história da comunidade japonesa e nem por isso eles sofrem depreciação social. O Estatuto da Criança e do Adolescente dá prerrogativa legal à família para saber do projeto pedagógico implementado na escola em que os filhos estudam. Ver artigo 24 da LDB, onde consta a legislação acerca do ensino da história e cultura das relações étnico-raciais. A inexecução dessa lei sujeita o gestor público



ao impedimento (*impeachment*), inclusive ao presidente da república. É possível tensionar, mas é preciso ter uma nova abordagem para com o tema. Se antes desse governo os professores se sentiam imunes para humilhar crianças negras, nesse governo eles se sentem autorizados a isso. Em setembro de 2007, com 6 votos a 5, o STF violou a constituição ao permitir que o ensino religioso adquirisse um ar confessional nas escolas públicas. A C.F. arrola as escolas confessionais no rol das escolas privadas. Há uma ação organizada de aparelhamento dos Conselhos Tutelares por parte dos evangélicos, é preciso superar essa falta de organização. Se o ensino pode ser confessional, é possível fazer desse limão uma limonada e tensionar a entrada das religiões de matriz africana nos espaços escolares por meio dessa brecha “universalizante” aberta.

Prossegue ilustrando o Direito Internacional Público, e como este tem uma definição muito rica para o conceito de tolerância, que é a coexistência entre os diferentes. O Brasil, em sua constituição histórico-cultural, tem uma obrigação de garantir a tolerância nesse. Nesse momento, está correndo uma Lei Ambiental que torna animais enquanto seres sencientes, o que pode ter repercussões para as comunidades de terreiro. Encerra com a narrativa: *“Um dos grandes aprendizados que tivemos na luta contra o racismo foi perceber os problemas e as limitações dramáticas de uma abordagem meramente repressiva, uma vez que o discurso de ódio está incrustado na sociedade brasileira, da violência física à simbólica.”*

Ivair Santos - fala por meio da Associação Brasileira de Pesquisadores Negro, que reuniu esse ano com 4 mil estudantes. E a juventude tem feito críticas severas aos paradigmas hegemônicos de hoje. E é possível observar uma movimentação dos jovens nesses encontros, como:

- Constituição de um coletivo de estudantes de química negros na Universidade de São Paulo;
- Surgimento do Ubuntu, na Ciências Políticas da Universidade de Brasília;
- Na Faculdade de Ciências Públicas, formou-se um coletivo, majoritariamente
- composto por mulheres, para discutir saúde pública para a população negra – o Coletivo Carolina Maria de Jesus.

Prossegue considerando que há na juventude uma predisposição à rediscutir o papel do negro no Brasil. Há um movimento teatral negro no eixo Rio – São Paulo muito forte. Com relação ao ensino básico, há um



problema. Com o tema da escravidão, por exemplo, parece que ainda está estacionado nos anos 50, a escravidão é explicada apenas pela via do sofrimento, na imagem do escravizado apanhando. Deixando de lado a inovação tecnológica trazida pelos escravizados africanos, como na área da mineração, assim como todo o papel ativo do escravizado na sociedade brasileira. Há 30 anos, quando tinha eventos falando sobre raça, só brancos falavam. Não é mais assim. Ganhamos na luta pelo termo escravizado – não se fala (ou não deveria se falar) escravo. Há um profundo desconhecimento sobre a história do Brasil, sobre a história da África nem se fala. É preciso romper com algumas estruturas. Não podemos nos ver apenas pelo risco, mas também pelas nossas redes de proteção. E essas redes de proteção devem ser fortalecidas. Concorda com a fala de Gersem Baniwa, que devemos romper com os discursos hegemônicos. Muito crítico com o conteúdo de história de África passado nos livros didáticos, que só fala de África pré-colonial.

Maria Auxiliadora Lopes - questiona *“Quais são as estratégias e ações para resolvermos os problemas colocados?”*; em seguida adiciona um comentário em alinhamento com o que disseram Gerson e Ivair sobre sua visão sobre os desafios na efetivação da educação para as relações étnico-raciais e da educação quilombola. Afirma que a maior dificuldade enfrentada por ela e as coletividades que integra, neste cenário, é a gestão a nível local e do outro lado a universidade que usa do princípio da autonomia universitária para não cumprir com a formação de profissionais capacitados tecnicamente a ensinar história africana, indígena e afrobrasileira. Termina convidando os participantes inscritos a se manifestarem.

Val Moraes - se manifesta, no sentido de provocar as faculdades, universidades e institutos superiores teológicos a inserir as religiões, histórias e culturas das populações africanas, afro-brasileiras e indígenas. De acordo com o IBGE, 73,9% dos 54% da população negra brasileira se considera negra – não é possível permitir que haja uma formação religiosa desvinculada da raça. O debate de RER não pode ser feito exclusivamente pelos poucos professores negros das escolas. Sair daqui com um pacto de, dentro das nossas organizações religiosas, estar trabalhando na desconstrução de uma crença de que apenas a cultura judaico-cristã branca é admissível – pensar a educação para as RER para além das escolas.

Wilson Silva - alerta que o ensino da história da África e Afro-brasileiros não é dado. Indaga qual a estratégia pode ser tomada, se existe uma lei e o Estado não está cumprindo – talvez entrar no Conselho



Nacional de Educação ou no STF com a exigência de que caia no ENEM, no PAS e em concursos um número de questões específicas envolvendo história da África, cultura afro-brasileira e indígena, já que há a justificativa de que não há como fiscalizar as escolas. E se o Estado não põe essa questão, será processado pelo Supremo.

Mel Colona - tem 16 anos e é estudante. Como uma vestibulanda, agradeceu ao trabalho de todas e todas na implementação das discussões sobre história e cultura e reflete a mudança em sala de aula entre os estudantes brancos diante da necessidade de estudar os conteúdos referentes à política. **Propostas**

Curto Prazo

- Constituir um fórum digital permanente para poder continuar a discussão étnico-racial
- Reforçar o pedido de reconstituição do CADARA (Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros), extinguido pelo governo anterior ;
- Carta dirigida à Federação de Educação reforçando a necessidade de continuar na luta;
- Estimular a criação de clubes de leituras de escritores negros de diversos gêneros literários;
- Sugerir a constituição de um Comitê pequeno para acompanhar as deliberações que estão sendo tomadas neste Simpósio;

Médio Prazo

- Investir, para além de professores, na formação de gestores na educação;

Longo Prazo

- Articular as ações para pautar a educação para as RER e a política de ações afirmativas.



Conclave Acadêmico I - Teologias e Espiritualidades Indígenas e Afro-ancestrais. Direito dos povos originários e comunidades tradicionais.

“Qualquer teologia e espiritualidade só é honesta se ligar o homem à plenitude do divino, que tem por meta o direito e justiça.”Frei Davi

O objetivo desta atividade se pautava em contextualizar as teologias e espiritualidades indígenas e afro-ancestrais. Resistir e transformar em tempos de crise, pensando a espiritualidade afro-centrada e indígena. Aliados a percepção do pluralismo cultural, sociológico, antropológico e jurídico. O direito dos povos originários e das comunidades tradicionais

Cláudia Alexandre - destaca a identidade enquanto resistência e sua relação com as sociabilidades; na região onde se estabeleceu a *Vai Vai* (escola de samba negra em São Paulo), em que pesquisa uma área ocupada por pessoas que foram escravizadas e seus descendentes – ela dialoga com a religiosidade e a construção dessa identidade onde nada se separa. Descreve como as escolas de samba nascem nas periferias, a partir de famílias negras, e como há cultos aos orixás dentro do ambiente de festa, em que não se separa a religiosidade da manifestação carnavalesca. Há também uma relação especial com a Igreja da Quiropita, em que um babalorixá cuida da escola. A religiosidade permanece na escola como forma de identidade coletiva. Também reitera que além da religião, há uma relação com a sociedade, percebendo a religião e o samba enquanto fatos sociais *“durkheimianos”*.

Ordep Serra - compartilha que a teologia do candomblé é seu tema de pesquisa, em que se interessa pela identidade pessoal e como ela é construída. Ilustra que se no âmbito cristão a alma é construída quase que em um monobloco, de forma homogênea, no candomblé há uma versão mais compósita. Qualquer pessoa tem consigo um ponto de contato com o divino, uma tangência com o orixá. Uma ligação com um outro divino sem o qual eu não existo – o Ori é responsável pela singularidade do ser das pessoas. Mas essa ligação com o que os ancestrais deram é o orixá. E os orixás não estão sozinhos, fazem parte de uma constelação – o enredo de Santo. Todos estão enredados, em rede, na presença de orixás que fazem contato desde o nascimento e posteriormente. Há também a família de santo, que liga as pessoas à pessoa que elas nem conhecem, mas cria uma rede ampla de ligação, toque, com o divino. Descreve que o transe é deixar a sua individualidade e entrar em contato com o Santo. Ressalta preocupação com o que é sincretismo: todas as grandes religiões são sincréticas, poucas são *“autênticas”*. O



cristianismo, que por vezes repudia as religiões de matriz africana, é muito sincrético.

Traz o questionamento: é possível falar de xamanismo em termos genérico? Ou só podemos falar a partir de onde o xamanismo foi encontrada pela primeira vez? Pelo mundo, nós encontramos práticas, ideias, crenças que são similares. Há um xamanismo ameríndio e o xamã é o que melhor representaria certo tipo de atividade que lida com certas relações com outras atividades e outros mundos. Conta que ninguém decide ser xamã, torna-se xamã quando se é provocado por um ser de outra dimensão (um ente originário que não está na nossa dimensão), a pessoa é afligida por esse ente e morre, mas consegue voltar. Durante a morte temporária ele conversou com o *Mama Ê*, que o levou às portas do reino da morte, mas o protegeu. O pai desse xamã que contou a história já estava morto e chamou o xamã para entrar e comer com ele. O ato de comer com ele era a passagem para o mundo dos mortos, mas o ente não deixou que ele comesse e a pessoa voltou, assumindo a postura de curador dentro de sua comunidade. E esses seres originários que afligem passam por uma relação outra de parentesco que não a ocidental. A ancestralidade indígena não passa por um parentesco biologizado, e, fazendo família por outras vias, os entes originários podem demandar a atenção de seus descendentes que entram em suas famílias por outras formas.

Informa que há estudiosos que negam que o xamanismo seja religião, mas há vários pontos de intersecção entre o xamanismo e diversas religiões existentes no mundo. Ressalta como as religiões têm o seu caráter terapêutico, de cuidado. Intepreta que o xamanismo é uma questão de sensibilidade para tratar com outras realidades, e não é qualquer um que consegue. A música também é uma forma de contato importante dos xamãs para com os entes de outras realidades.

Sheik Dadiarra Modibou - reitera que a injustiça é a questão que permeia os debates desse Simpósio. E aqui há a presença de vários representantes importantes, os donos desse mundo, e de outros. A justiça não passa pela igualdade. E se tudo continuar da mesma forma nós nos encontraremos de simpósio em simpósio repetindo as mesmas coisas. Reitera que precisamos fazer além de debater. Descreve que existe um “mal-estar negro” em qualquer lugar que vai, seja EUA ou África, constatando que os negros se sentem mal, se sentem como estrangeiros em seus próprios países. Não é só uma questão de justiça, mas de reconciliação. É preciso tirar o que está escondido em nossos corações.



Estamos equivocados em nossos debates, de forma que os mesmos problemas estão presentes, são os mesmos de antigamente.

Aponta que quando os estados (países) reconhecem que há religiões diferentes, inicia-se uma dinâmica de reconciliação. Como muçulmano, se descreve como alguém que traz consigo a tradição africana. Para isso, não precisou negar as suas crenças religiosas ancestrais, mesmo que o islã proíba. É necessário fazer uma releitura da fé. As religiões não são reconhecidas em pé de igualdade. Reitera que enquanto presidente de uma comunidade, busca respeitar todas as religiões, mesmo sendo muçulmano, entra em igrejas. Ninguém pode monopolizar a fé, portanto, ela é plural.

Frei Davi - inicia sua fala sinalizando que os negros que tentam vivenciar sua fé na teologia católica têm conflitos para vivenciar sua identidade no catolicismo. É preciso levar toda a sua riqueza de cosmovisão para a sua vida. Demarca como é uma crise constante na vida dessa comunidade. Por volta do ano de 1989 os negros católicos pediram que a Igreja Católica, que é extremamente eurocêntrica, respeitasse a diversidade da experiência católica. Se ela se permitiu desjudicializar, é possível se africanizar. Ilustra que as pessoas quando entram na missa africanizada do padre, dizem que ele está levando macumba para o espaço da Igreja. A mesma Igreja católica que trouxe o piano do divertimento europeu para a Igreja, reclama da presença de atabaques dentro





da missa católica. E para desafiar essa estrutura do cristianismo, foi feito em 1989 um grupo macro ecumênico, juntando candomblecistas, evangélicos, espíritas e umbandistas que tinha como missão fazer uma transposição da matriz afro e da teologia da libertação e transformar em uma teologia negra da libertação. O objetivo era produzir uma espiritualidade negra de libertação. A primeira grande crise foi a saída dos evangélicos, que foram proibidos pelos seus pastores de estarem nesse debate.

Produzir uma teologia pública negra, que consiste em instrumento colocado em confronto positivo com a sociedade para explicitar os caminhos para que a sociedade produza direito e justiça. Reitera que precisamos levar a comunidade a debater políticas públicas à luz de uma teologia pública. Sua meta é trabalhar para que as políticas públicas tornem-se eficazes e se consolidem enquanto políticas de Estado. Trazer a perspectiva afro para o debate é fazer com que as pessoas se engajem em políticas públicas.

Benedito dos Santos - questiona como a espiritualidade e religiosidade pode ajudar a proteger as crianças em situação de violência. Especialmente em zonas de conflito, há uma intolerância com práticas culturais, especialmente as religiosas. As ideias de sincretismo, hibridismo, silenciam as práticas de poder dentro desses conflitos. No primeiro momento, cita os conflitos e afirma a intolerância a práticas religiosas. Conceitos de sincretismo, hibridismo e do multiculturalismo pregados pelo estado não ajudam a pensar. A pluralidade cultural seria o melhor meio para pensar a diversidade cultural. Um segundo ponto é pensar como podemos pegar elementos da religiosidade para pensar práticas contra a intolerância. Terceiro ponto é o valor que tem a criança e como a espiritualidade pode auxiliar a pensar estratégias contra a violência da criança nessas esferas. Como lidar com a pluralidade cultural que seja equânime e respeitadora? Como criar uma espiritualidade que nela seja evocada uma proteção da criança (meio colonizador, né)? O que ele está compreendendo enquanto violência?

Júlio César de Sá Rocha - também traz o questionamento: como trazer o direito para sua efetivação? Exemplifica que na Bahia, as autorizações de candomblé só foram suspensas em 1976; antes precisava-se da autorização do delegado titular da delegacia. Esforços da Casa Branca e de alguns terreiros junto às dívidas absurdas de IPTU cobradas em terreiros, já que a Constituição Federal de 1988 garante a isenção de templos religiosos. Denuncia que não adianta ter a lei, se o racismo institucional reforça a exclusão desses grupos do direito



desses indivíduos (racismo religioso). Lembra episódio da prefeitura municipal de Salvador derrubando terreiros e a Polícia Militar invadindo terreiros: como se garante o direito constitucional à profissão da fé de matriz africana? Lembra o caso da Assembléia Pública da Bahia, que inseriu o símbolo bíblico dentro do parlamento baiano.

Sinaliza que a recente decisão do supremo sobre ensino religioso em escolas públicas, de 6 votos a 5, tem que ser revista com cuidado. A estrutura da máquina estatal não pode estar contra a população, por isso precisamos atuar dentro dela para garantir o respeito às religiões e a pluralidade de vida. O Brasil é um exportador de missionários evangélicos pro mundo, o que tem acontecido é uma formação de missionários sem formação. A forma que movimento pentecostal dentro das aldeias tem agido, denota um epistemicídio dentro das comunidades. Mencionou uma cartilha feita pelo Coletivo de Estudantes Quilombolas da UFBA, para falar sobre a titulação de comunidades quilombolas – e reitera que há uma forte ligação entre a liderança espiritual e quilombola, embora nem todos sejam de religiões de matriz afro.

Willis Guerra - inicia afirmando que definir religião é da ordem do impossível e do indesejável, assim como é definir ser humano. Ela é uma definição que pode ser nociva. Definir o que é o homem e o que é a religião pode, na maioria dos casos, excluir alguns grupos da humanidade e religiosidade. Faz uma introdução à discriminação digital, seu tema de pesquisa, e como este é atual. É feita pelos aparelhos e algoritmos utilizados, para selecionar, por exemplo, mais rapidamente para empregos, que acabam reproduzindo a prática discriminatória que é feita pelos humanos. Os meios digitais reproduzem a discriminação, uma vez que eles são produzidos pelos humanos. Chegamos em um patamar que as máquinas – dotadas dessa capacidade de se auto programarem – vão se autodesenvolver. Mas quais serão os parâmetros éticos seguidos por esses programas de inteligência artificial. Mas qual ética vai ser imbuída nestes programas? Em conferências internacionais querem introduzir uma ética *kantiana*. Mas não iremos discutir essa ética implantada em um novo ente que está se desenvolvendo, cada vez mais de maneira autônoma?

Sua grande questão é: a ética kantiana é a ética formalista padrão da modernidade. Como evitar a piora do que está bem ruim, adotando a postura do formalismo. O formalismo significa se cortar/separar dos outros nas mais diversas áreas que compõe o ser humano. Separa-se a religião do direito, o privado do público, como se isso não fosse ilusório, falseador e prejudicial. A negação de qualquer crença termina trazendo



uma série de consequências muito graves para a nossa convivência, dando mais poder à quem já tem muito poder.

Graciela Chamorro - iniciou sua fala entoando uma canção, cantada pelos Kaiowá, que começa com a frase *"A luz do brilho da cruz vou fazer pisar novamente sobre mim"*. Se apresenta como teóloga, protestante, mas que sente muita proximidade da teologia indígena. Informa que a palavra *maraca* é um instrumento de luta, mas também um instrumento musical (utilizado nos rituais apresentados durante o simpósio). A *maraca* produz um som primário que está por trás de todas as palavras. O milho plantado pelo povo kaiowá tem história, o milho transgênico não, nada se sabe sobre ele. A cosmologia não separa o mundo do ser humano. Compartilha que não há uma palavra para natureza: o corpo é um mundo, a casa é um mundo, e todas essas instâncias estão interligadas. Onde o umbigo está enterrado é onde temos nossa ligação com a terra. A mulher é quem cria, o nosso pai, o ser criador, cria a terra e os seres existentes. O pai e a mãe criadores brigam, se afastam, e o pai joga um vento do mal para acabar com a criação. Assim a mãe faz uma operação ritual que descreve o que foi criado, e no final fica só ela enfrentando o vento impetuoso criado pelo pai.

Descreve que saiu da cristologia tradicional e seguiu para uma cristologia mais cosmológica. Saiu de um culto, demais centrado na eucaristia, e caminhou para o lado da criação, para a responsabilidade do ser humano para com os outros seres. Quanto você custou para terra? Esse vai ser o juízo. Denuncia que toda essa pobreza material dos índios nos impede de ver neles a ligação com o divino. Há mais de cem (100) templos cristãos em comunidades indígenas. Esse fenômeno é muito forte nos Kaiowá, sinalizando um elemento diabólico nessa entrada. Essa é a situação em Dourados e nas demais reservas do Mato Grosso do Sul. Há um movimento de retomada das religiões tradicionais e ocupação das terras ancestrais das comunidades indígenas.

Mãe Patrícia de Adjoke - se apresenta como líder de uma comunidade quilombola no Ceará e professora em Fortaleza. Educadora e mãe de santo (em uma comunidade quilombola), descreve que no Ceará há 14 povos indígenas e um em processo de certificação, com 85 quilombolas (50 certificadas) e sem número de terreiros exato. Traz o questionamento: para que tantos princípios farmacológicos que nos deixam patológico? Responde que nossa essência seria a natureza e que pautamos a nossa essência nesse debate, ao aprender com a nossa ancestralidade. Por isso que no Ceará há uma aproximação com os parentes indígenas, que não fazem nada sem se comunicar com os ancestrais. Se os indígenas têm o



Toré, no candomblé também há os seus comunicadores. É buscar quem somos dentro da nossa essência ancestral que o colonizador tirou. Tudo é encantado e tudo é encanto. Quando os neopentecostais vêm, eles sabem que romper com os encantos é romper com a essência, fragilizar. Se nas escolas as religiões de matriz afro são demonizadas, nos terreiros os alunos são empoderados. A importância do poema, da poética, da poesia, é por conta da sua associação com a oralidade. Os pontos de macumba contam histórias e trazem à tona a ancestralidade desses povos. As canções são o diálogo entre a vida, as pessoas, os animais, a natureza. A poesia é potente na função de nos revelar o mundo, os vários mundos, e nosso encontro e lugar nele.

Cacique Natanael Munduruku - inicia sua fala reiterando que a religião mais firme na preservação do nosso planeta é a indígena. São duas coisas que não se explicam: religião e orientação sexual. Informa que ele é o único jaguar da história do povo dele. Depois dele não terá mais, porque o filho dele é misturado. Compartilha também que se tornou o cacique mais jovem da história da FUNAI. Continua sua fala, demarcando que seu povo tem uma religião própria. Alerta que o Santo Daime não deveria ser aplicado fora do registro religioso, não pode ser uma religião comercial e denuncia como mercantilização da religião tradicional e usurpação do conhecimento. Descreve que não havia Daime no Brasil antes da sua terceira geração. A UNAC, União Nacional dos Caciques, vai resgatar tudo que foi usurpado dos povos indígenas pelos *kariu* (o branco). Ele é o presidente dessa associação.

Questiona: *“Onde está a representatividade do índio? É preciso tocar no respeito da cultura indígena, que é visto como feiticeiro. Não é porque não é uma religião com templo que se torna uma religião menor que as outras. Se você quer matar a cultura do índio é você dar o conhecimento branco, assim se destrói a cultura do índio.”* Descreve que muitos indígenas não aparecem mais nos rituais porque os pastores demonizam essas crenças e proíbem os seus fiéis de participarem dos rituais. A religião evangélica avançou muito nas comunidades indígenas e está enfraquecendo as comunidades. Considera importante criar estratégias políticas para impedir o avanço da religião evangélica dentro das comunidades indígenas, para que em 30 anos ainda haja cacique. A religião indígena foi a primeira e hoje é a última, é esquecida.

Propostas

Curto Prazo

- Formar uma rede para interação e ação em conjunto para fortalecimento das demandas do simpósio;



- Denunciar a impostura religiosa de forma coletiva e unificada.

Médio Prazo

- Defender a existência e sobrevivência dos pajés, enquanto líderes comunitários e representantes legítimos;
- Criação de um fórum de defesa das populações negras, indígenas e de matriz africana, aliado a criação do próximo simpósio;
- Criar uma plataforma para que difundir informações, cobertura midiática na televisão, rádio e jornais sobre a realidade dessas populações com buscas a uma melhor integração.

Longo Prazo

- Fortalecer políticas de integração dos migrantes e suas intersecções religiosas.





Conclave Acadêmico II - Sentido da vida para os povos originários e comunidades tradicionais. Perda de identidade e o impacto no futuro do trabalho e nas relações de trabalho, produção e consumo (comércio justo).

“É preciso confrontar as pessoas que usam da religião para fins mercadológicos. É preciso discutir, debater os textos sagrados.”

Bas'llele Malomalo

A atividade buscou contextualizar o sofrimento psíquico, prejuízo emocional e sentido da vida para os povos originários, comunidades tradicionais, povos de matriz africana e população negra. Infância e juventude indígena, quilombola e de matriz africana: a perda de identidade e o impacto no futuro do trabalho e nas relações de consumo. Neurociência e o aprendizado para a cultura da paz e do respeito à diversidade.

Lúcia Willadino Braga – se apresenta como pesquisadora e neurocientista da rede Sarah Kubistchek. Contextualiza o cérebro, neurociência e aprendizado para a cultura da paz e respeito à diversidade. Relaciona a biologia e a cultura, a importância da interação social na aprendizagem cultural e educação cerebral. O respeito a diversidade se encontraria nesse ponto, onde fala sobre a importância das interações relacionais e culturais na composição cerebral e neuronal, como forma de aprendizagem. Descreve que é possível continuar criando redes neuronais mesmo após os 60, 70 ou 80 anos de idade e, inclusive ativar zonas alternativas do cérebro a partir da plasticidade cerebral. A valorização dos saberes e potenciais faz toda a diferença. A palestrante encerra reforçando a beleza das diferenças.

Marcelo Neves - contextualiza a questão do lado sombrio do Iluminismo, o caso do *Code Noir* e o presente: a destruição e/ou empatia pelo outro é uma questão ecológica. O lado social e cultural são questões ecológicas, não estando esta restrita apenas às questões de natureza física. Democracia e direitos humanos das “nações civilizadas” e a escravidão dos “bárbaros”; exemplo de escritos de Montesquieu, representante do Iluminismo Europeu e as barbaridades que escreveu sobre os negros. A visão de direitos humanos e a democracia nasceram de forma excludente e isso foi naturalizado. O caso de *Code Noir*: a Revolução Francesa restabelece o *Code Noir*. O paradoxo da democracia ocidental como formulada por certos autores, como Habermas, colocam os excluídos como se tivessem participando das decisões políticas. Porém, “quem são os afetados?” É necessário uma reformulação do



conceito de democracia, se isso for, visto que as pessoas afetadas não têm participado das decisões e dos espaços de poder.

Em vez de conclusão, um novo desafio: a reinvenção da democracia. E completa: *“Nós desprezamos a alteridade e quem são as pessoas afetadas e que não participam dos espaços decisórios. Precisamos pensar na sustentabilidade do conceito de democracia como soberania do povo. Existe uma sustentabilidade social? Não apenas “We, the People”, mas também “The Others, the Peoples”.* O palestrante encerrou sua fala reforçando a importância de discursos e representatividade para além dos centros hegemônicos e padrão branco europeu.

Frei Davi - comenta o caso de uma advogada negra, grande assessora em São Paulo, e o impacto de uma ambiente de trabalho totalmente branco e de padrão europeizado. A exclusão simbólica e material presentificada nessa situação levou a advogada a precisar de acompanhamento psicológico, por estar em sofrimento psíquico. Esta se interessou por ajudar a EducaAfro por ter, nessa situação, presentificado a importância de mais representatividade negra nos espaços de trabalho e convívio social no geral, e o impacto disso na saúde mental de pessoas negras.





Apesar da grande presença de negros na cidade de São Paulo, apenas uma pequena parcela dessa população se encontra em espaços decisórios e de poder, demonstrando que quando nos referimos a certas exclusões estamos falando não apenas de valores quantitativos, mas sobretudo de acesso à recursos e espaços simbólicos e materiais. O Frei, ao comentar sobre as cotas raciais, declara que as cotas servem a medir a capacidade dos professores de ensinar com a diversidade, e não de medir a capacidade dos negros de entrar em universidades e instituições de ensino ou trabalho. Já é fato que os negros estão, atualmente, em uma situação de desvantagem histórico-social. É importante fomentar a entrada e permanência de pessoas negras nesses espaços, uma vez que após a entrada nesses locais, os níveis de aprendizagem e desenvolvimento se equiparam entre negros e brancos.

Bas'llele Malomalo - começa agradecendo o convite para participar da mesa. Propõe uma contribuição conjunta com o Grand Papa. Parte do entendimento de que religião e filosofia, e religião e ciência são afins. Resgata seus textos antigos, incluindo a primeira participação no Simpósio. Acredita que a filosofia africana propõe um paradigma para a civilização. Resgata sua trajetória enquanto macumbeiro, filósofo e teólogo para refletir sobre a sua ancestralidade. Narra um reencontro com a ancestralidade a partir do contato com as filosofias africanas que movimentam-se contra-hegemonicamente.

Resgata sua trajetória pessoal desde o Congo, passando pela espiritualidade cristã que lhe foi imposta, chegando ao diálogo com o islamismo, que deve muito às contribuições africanas. O Islã chega no Senegal em um contexto colonial, já no século XVII, propondo uma obediência exclusiva a Deus, ignorando a autoridade colonial. O profeta pelo qual a profecia adentra o Senegal propõe um movimento de não-violência, terminando exilado. Cita os Malês para ilustrar a multiplicidade do sagrado negro, da ancestralidade. É preciso cuidar dos seus. Assim, compõe-se uma comunidade internacional muito grande. Uma comunidade multirracial, composta de homens e mulheres, com grande força e numerosa espalhada pelo mundo. O professor afirma que as pessoas estão abusando de deus. Questiona qual o cristianismo que está sendo praticado no Brasil. Um cristianismo da bala, do genocídio da população negra, indígena e quilombola, do desmatamento. As pessoas de fé acreditam no mundo que está e no outro que há por vir. Falam de um julgamento final, mas este, começa aqui. Alerta as pessoas que usam de um deus falso para fazer mal às populações mais fragilizadas.



Aborda o caso de um jovem homoafetivo que precisa de abrigo e fuga e encerra narrando: *“Grand Papa o ajudou, mandando-o para fora do país. Que deus é esse que não o protegeria? As vidas devem ser protegidas, não é possível um deus que não aceite a diversidade. Que deus estamos celebrando? É um deus do concreto. Mantenhamos a fé. Especialmente nós, pessoas negras, precisamos cultivar a ancestralidade e fortalecer a comunidade.”*

Grand Papa - começa apresentando aqueles que estão com ele. Retoma a fala do Professor Bas'llele, perguntando *“Que deus é esse que é cultuado pelo cristianismo e o islamismo? Em nome de que deus é possível fazer atentados? Em nome de que deus?”* Ele afirma não acreditar que existe um deus que permita isso. Há um deus único que pode ser chamado por qualquer nome e não permite tais atos. Afirma que a busca fundamental deve ser a da justiça. Sem esta, não é possível falarmos sobre nada. Todos os países e Estados têm seus governos que lançam mão de um legalismo, onde o executivo acaba dominando o aparelho do Estado. O mundo se tornou um lugar doentio.

Dominando a Bíblia e o Alcorão, ele afirma que não há um parágrafo que seja ordenando que alguém mate outrem. Existem sim ações nefastas que lançam mão do nome de deus para se justificarem. Deus e as populações tornam-se reféns das intenções nefastas.

Destaca que é preciso religar-se com as comunidades tradicionais, não recusar a identidade. Ele não fala sobre perda de identidade, mas de recusa. Fala de refugiados e imigrantes, dizendo que é importante atentar para esta questão. Eles precisam de trabalho. Mesmo os mais qualificados não são aceitos, e o fim acaba sendo a rua. Diz que o Brasil é um país que abre as portas, mas que acaba por sufocar as populações imigrantes ao não permitir o trabalho. Jovens estão nas ruas, caminhando para uma situação irreparável. Aqueles que não podem trabalhar acabam virando alvos fáceis daqueles que vendem drogas.

Celebra a possibilidade de diálogo do Simpósio, a chance de trocas entre os povos. É um passo importante para a diversidade. É preciso que as leis sejam justas, porque só assim as pessoas serão livres. A injustiça não permite que as pessoas sejam livres. A Justiça deve ser para todos. Falando das religiões tradicionais, é preciso notar que elas falam a partir da justiça. A fé não se compra, é íntima. Não é normal e nem bom falar que a religião de alguém é errada.



Cândida Soares da Costa - atém-se ao papel das crianças e de outros agentes da cultura não indígena no desenvolvimento das crianças e traz dois casos:

1. Ismael, uma criança indígena que não tem vaga na escola da aldeia e estuda em outro bairro; certo dia, apareceu pintado de branco. Ele se recusava a voltar para a escola se ele não fosse pintado de branco. Cândida foi a uma reunião na escola e uma professora questionou a intencionalidade do menino;
2. Manuela estuda na mesma escola. As crianças não brincam com a menina, que é preta. A mãe reclamou na escola, uma vez que esse sistema de atitudes estava refletindo na relação da filha com o pai. A solução proposta pela diretora foi a separação da filha, que ficaria na biblioteca durante o recreio.

Para além da cor da pele, a língua é também um elemento que age na trajetória dessas crianças. As escolas monolíngues não estão preparadas para receber a diversidade daqueles que não estão inseridos no universo do português como primeira língua. Mostra como os povos indígenas possuem uma taxa de natalidade maior que a média dos povos não-indígenas no Brasil. Mostra a distribuição das crianças indígenas que, por não terem vagas nas escolas da aldeia, precisam sair. Alerta, no entanto, que o Estado é monocultural. A escola da aldeia não é tão melhor. A colonialidade continua sendo reproduzida. As metodologias de ensino tornam ainda mais estranhos os conteúdos. As escolas funcionariam como laboratórios de bilinguismo, que dão passagem para as línguas maternas, que vão sendo aos poucos sendo eclipsadas pelo português, até terminar numa escola monolíngue.

Afirma que pouco (ou nada) é feito para engajar afetiva e pedagogicamente as crianças no ambiente escolar. Afirma também que não são poucos aqueles pais que colocam os filhos direto nas escolas convencionais buscando uma possibilidade de ascensão. As igrejas também representam um deslocamento temporal dos membros da aldeia. A distinção reside no fato de que as escolas são instituições do Estado. As escolas reproduzem nas aldeias o que fazem fora dela. Isto é, representa uma lógica da meritocracia injusta, onde as escolas só servem para perpetuar uma desigualdade. Fala que são indígenas de contato recente, que se encontram em outro registro, o mítico, que ainda não incorporaram a lógica da retórica ocidental.

Caminha para uma conclusão de que há uma falta de ações que cultivem a autoestima das crianças indígenas, de valorização da sua



cultura. Tal prática contribui, por exemplo, para o alto índice de suicídios e de alcoolismo (entre outras drogas). Existem movimentos de tentar revitalizar a cultura, resgatar o xamanismo, propor grandes festas que reconectem as pessoas. Conclui que o indígena vive com um sentimento de fracasso quando ele vai para a cidade. É preciso questionar o que as “nossas instituições” (as da cidade) fazem para esse povo.

Leandro Bulhões - começa problematizando as problemáticas das populações-chave aqui destacadas. O problema colonial apareceu na fala de todas as pessoas presentes na mesa, de diferentes formas, e reitera que a colonização nunca acabou. Como sujeito quilombola, coloca que o que ocorre é um processo de aperfeiçoamento e tecnologização da colonização como um processo narrado e vivido. Esse colonialismo coloca as manifestações linguísticas, religiosas e culturais em cheque ao fazer uso disso de forma pejorativa e reafirmando um controle social excludente que foi naturalizado.

Os impactos da questão colonial e contra-colonial na atualidade: o que fazer? Tendo como marco o processo colonial, qual relação podemos fazer sobre criação e fomento de políticas públicas e o anti-colonialismo? Esse evento nasce com uma perspectiva propositiva, de usar aqui nossas colocações como forma de possibilidades de ação e prática perante o Estado.

Vivemos em um Estado que compreende uma noção racializada do que é o humano. O palestrante retoma a fala de Marcelo Neves, quando fala sobre o lado sombrio do Iluminismo, ao reiterar o lado sombrio do povo branco, do colonialismo e as exclusões raciais, narrando: *“O grande desafio é como operacionalizar esses marcadores e como reparar. Essa é a palavra central da presente mesa. Se a gente volta para pensar o que significa a liberdade, sobretudo para o povo negro abolicionista cerca de 150 anos atrás, a educação é um local especial de produção. Importante fazer uma discussão qualificada sobre o que seriam escolas ideais. Existe uma discussão sobre escolas realmente inclusivas que levam em consideração os saberes locais?”*

Aponta a necessidade de reorganização das pessoas negras em prol de seus semelhantes, como já tem se visto, por exemplo, em escolas de e com pessoas negras e outros espaços e coletivos organizados de e para si, como escolas quilombolas e indígenas. Geralmente, essas escolas existem apenas até o Fundamental II, o que os coloca em situação de vulnerabilidade subjetiva e identitária ao ter que se adentrar em espaços não inclusivos com cerca de 13/15 anos.



Conclui sua contribuição falando sobre o poder da ancestralidade, que vem sendo solapada por processos de colonização e genocídios. Pensar na ancestralidade também associada ao futuro. O Estado nacional, a escola, ministério público, dentre outras instituições que continuam a dizer o que essas comunidades e populações-chave devem fazer, sendo este um desafio atual.

Katiúscia Ribeiro - inicia sua fala falando sobre como seu aprendizado de filosofia foi baseado dentro de uma lógica colonizada, iluminista, mercantilista e branca. Começou a se questionar que filosofia era esta que estudava, que filosofia é esta que não dava conta dela, de suas experiências. Uma filosofia compartimentada que destituiu o sentido e o caráter do que é filosofia. É muito preocupante uma filosofia que não dá conta dos corpos que não estão dentro do desenho de humanidade que a filosofia de tradição ocidental reforça.

Comenta sua experiência de bioconexão com o Candomblé, em detrimento do uso do termo “se iniciar no Candomblé”, uma vez que não se inicia em algo que já existe dentre de nós. Falar do sentido da vida, a partir de pessoas negras, é pensar na nossa própria filosofia. Não existem respostas existenciais e básicas sobre o que é o sentido da vida, sobre a filosofia da vida, uma vez que é algo infinito e múltiplo. Para





pensar a vida, essa vida não pode ser desconectada da ancestralidade, uma vez que somos sua materialização e existência, sua continuidade e vida.

E encerra sua fala a partir de uma indagação: *“É interessante quando se pergunta de que Deus estamos falando; qual o sentido que esse Deus tem de vida? Esse modelo de filosofia que empurram para nossa subjetividade, nos coloca a ser o que o outro não é, pois não abarca minha existência. É necessário entender que nosso corpo também é um corpo que dialoga com a natureza, com a terra, etc. A espiritualidade conduz nossa existência; sentimos para existir, então devemos começar a sentir os ensinamentos que a nossa realidade nos trouxe. Eu reconstruo minha vida com esse processo de reconexão direta com a espiritualidade; retomar essa identidade. Quando se viola essa espiritualidade, estamos deixando de dar sentido a vida. Já nascemos com a espiritualidade dentro de nós, portanto não precisamos nos religar a nada; e esse culto de ligação com o ori é a própria experiência da filosofia e do sentido da vida, que é a própria experiência.”*

Vinicius de Souza Pereira - apresenta sua ancestralidade, saudando os mais velhos e mais novos. Compartilha que nasceu em Padre Miguel, Rio de Janeiro e que habita a Vila Kenedy, número um em disparos de tiros no Brasil. Fala de um projeto de construção identitária que busca resgatar a história da Vila, composta por comunidades retiradas de outros lugares. Traz dados assustadores de terreiros e barracões depredados só no primeiro trimestre de 2019. Conta a história de um “gerente” do tráfico que, por ser do candomblé, foi expulso do tráfico, dada a lógica cristã que hoje domina os presídios e se opõem à existência candomblecista. Acaba morto ao tentar retornar ao tráfico. No entanto, sua morte se atribui a outro fator: as práticas de milícia e as intervenções policiais e militares no Rio de Janeiro, que também se alimentam de um discurso de intolerância religiosa. Afirma que outras correntes religiosas também são atingidas, como os judeus. Propõe a união, falar de amor, resgatar os laços com jovens, falar sobre território e ancestralidade. É preciso dar sentido à vida como forma de prevenir e se fortalecer contra os discursos hegemônicos. Encerra com uma intervenção poética.

Maria Auxiliadora Minahim - é do direito penal, alegando ser esta uma vertente que maltrata o corpo e a alma. Busca contribuir teoricamente. Após ouvir as narrativas emocionantes, questiona o porquê, após tantas declarações de direitos, inclusivas e universais, de ainda ser possível observar a intolerância, o racismo e a violência? A vulnerabilidade do ser humano é o núcleo comum da humanidade. O que o direito



pode fazer diante dos casos de racismo e violências narrados ao longo dia? Provavelmente trazer mais sofrimento, segundo ela.

O direito pode apenas pedir que se respeite as pessoas em relação à sua diversidade individual. O direito pede que as pessoas “ajam como se” respeitassem a diferença. Seria este o máximo que se pode exigir da prática jurídica. Cita Etienne Baliba para falar que a humanidade tem muita dificuldade de superar a crença arcaica de que o outro é uma ameaça para o eu. A alteridade, a dissimilaridade, é um risco. Teoricamente, o Brasil rejeita a desigualdade com veemência. No entanto, a prática grita o oposto. A lei é uma farsa que não tem o valor proposto. O racismo está na base do pensamento e essa pode ser uma das explicações. É como se as leis funcionassem como álibis do Estado. Quem não tem autoestima, dificilmente tem autonomia. Mas como constituir autoestima se o sistema se organiza inteiramente contra isso? O conceito individualista de autonomia kantiano está paulatinamente sendo substituído pelo movimento coletivo, dos grupos. Encerra afirmando acreditar no amor como forma de libertação.

Patrícia Adjoke Pereira de Matos - inicia sua fala perguntando se a plateia identifica o que ela vai solfejar. Várias pessoas citam diferentes cantigas de ninar com a mesma base rítmica. É necessário dialogar as expressões indígenas e negras que circulam no nosso cotidiano e currículo escolar. Este é constituído da nossa experiência, aqui se encontra com a proposta de sentido da vida. As casas de candomblé não são apenas religiões, são tradições de povos que se organizaram enquanto religião, mas são muito mais que isso uma vez que perpassa a experiência e sentido de vida.

Observa as professoras preocupadas com o racismo religiosa nas escolas, provenientes principalmente de tradições neopentecostais que negam as tradições negras, indígenas e quilombolas. Encerra sua fala narrando: *“Ao perder o contato com as tradições, vamos perdendo o sentido, a essência, a ancestralidade... é necessário resgatar questões como “quem eu sou?”, gerando sentido para não ter perda de identidade. Resgatar práticas comunitárias e de compartilhamento de saberes e práticas, fortalecer auto-estima de grupos identitários e de pares.”*

Este simpósio é apenas uma etapa do que se propõe a ser uma tecnologia social de desenvolvimento, enraizada na valorização da ancestralidade, aliada à responsabilização do Estado e efetivação de políticas públicas que promovam a reparação aos segmentos populacionais historicamente excluídos. O contexto de adversidade social, econômico e político, implica que espaços como este estejam alicerçados na participa-



ção social para assegurar as garantias inscritas na Constituição Federal de 1988, na medida em que os grupos são diretamente impactos pelas políticas de austeridade fiscal.

Converge neste momento a necessidade de definição de estratégias e ações para promover a defesa da autodeterminação dos povos originários e das comunidades tradicionais, do direito ao bem-viver, do direito ao trabalho digno e decente, à soberania alimentar, à consciência de identidade étnica e racial.

Os produtos articulados na execução deste simpósio, ultrapassam os limites da duração do evento, constituindo novas redes e fortalecendo laços já existentes. Essa experiência é um convite aos atores institucionais para assumirem o compromisso de defesa da agenda pelos direitos dos povos originários, comunidades tradicionais e religiões de matriz africana. O futuro deve ser capaz de possibilitar uma equidade que não apague nossas identidades. Que abarque a multiplicidade e a riqueza, essência que precisamos resgatar para construir diálogos inter-relacionais em busca de uma dinâmica contra colonial.





Anexo I

FEIRA NEGRÍNDIA

A feira NEGRÍNDIA foi proposta enquanto um espaço que reuniu fazeres e saberes sobre como povos Indígenas, Negros, Quilombolas e Religiosos de Matriz Africana articulam suas culturas e artes. A NEGRÍNDIA é fruto de uma aliança cultural para fortalecer e promover o fomento à Economia Criativa dos grupos envolvidos, a criatividade não deve ser tratada como natural ou dada, mas como um resultado de interações sociais e culturais que alimentam os talentos individuais e estimulam as habilidades criativas coletivas para mobilizar elementos da cultura na geração de artefatos autênticos.

Os artesãos sofrem desafios com relação a políticas públicas, programas e leis para o artesanato, mas as especificidades de sua situação são relegadas em segundo plano nessas iniciativas, a NEGRÍNDIA, no entanto, buscou dirimir obstáculos. Muitos indígenas têm maior dificuldade de acesso aos mercados, à participação em feiras e eventos do setor e à informação sobre regularização, seja pela falta de infraestrutura de transporte e de comunicação como pela concentração das iniciativas do poder público em áreas predominantemente habitadas por artesãos não-indígena. A mesma dificuldade também é relatada por artesãos Negros, Quilombolas e Religiosos de Matriz Africana.

Durante o Simpósio Internacional “Indígena, Negro/a, Quilombolas e Religioso/a de Matriz Africana: Da ancestralidade ao Futuro” foi discutido como podemos manter a ancestralidade e garantir um futuro digno e decente para os grupos-chave envolvidos, a Negríndia então oportunizou uma experiência econômica que prepondera a união em detrimento da competição. Livros, roupas, cerâmicas, alimentos tradicionais, remédios tradicionais, adereços foram alguns dos produtos comercializados. O valor desses produtos e serviços está nas suas propriedades culturais e intelectuais específicas e únicas, que não podem ser meramente reproduzidas de uma localidade para a outra.



Anexo II

QUADRO DE PROPOSTAS COM COMPLEXA EXEQUIBILIDADE

Atividade	Título	Proposta
Painel Temático 1	Escavidão Indígena e Negra. Direito a memória e a construção da identidade. Reparação.	<p>Médio Prazo - Análise dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade da Escavidão, localizada no Distrito Federal, para fundamentação e instrumentalização de dados em propostas de reparação e ação afirmativa.</p> <p>Longo Prazo - Criação de um fundo governamental que possam receber recurso destinado a ações voltados para o retorno para a população negra, indenização, multas.</p>
Painel Temático 2	Povos originários e comunidades tradicionais. Territorialidades, religião, cultura e saberes ancestrais. Legado para gerações futuras.	<p>Curto Prazo - Enviar Convite Oficial as autoridades, como deputados e procuradores, tendo como fim a presença dessas autoridades para que usem esse espaço como espaço de escuta. Presença efetiva no Simpósio ; - Denunciar as violações e violências que os povos, utilizando de fato os mecanismos de denúncia; - Cobrança de um maior rigor com a aplicabilidade das legislações no sentido de incluir essas pautas nos currículos escolares;</p> <p>Médio Prazo -. Promover formas e modelos de economia solidária fazendo frente a economia capitalista; - instigar um novo modelo que permita um intercâmbio/diálogo em voz ativa com instâncias políticas de transformação social; -. Reforçar o diálogo inter-religioso; - Maior abertura de espaços as comunidades indígenas para mostrar seus valores de educação e saúde.</p>



Atividade	Título	Proposta
Painel Temático 3	Violência contra os povos originários, negros/as e as comunidades tradicionais. Genocídio? A educação como estratégia de prevenção. Sistema de justiça e garantia de direitos. Lei de abuso de autoridade (lei n. 13.869, de 5 de setembro de 2019). Narcopentecostalismo e intolerância religiosa.	<p>Médio Prazo - Partidarizar o movimento de religiões de matriz africana e buscar a inserção nos espaços de representação;</p> <p>Longo Prazo - Realizar julgamentos com mais alteridade e fugir do positivismo da aplicação pura da lei; - Concessão definitiva para as casas de reza e terreiros; - Fazer um levantamento sobre as religiões de matriz africana, analisar as particularidades e pensar em políticas públicas adequadas a partir desses dados.</p>
Painel Temático 4	Grandes obras, agronegócios e mineração. Externalidades sociais negativas sobre os povos originários e comunidades tradicionais.	<p>Curto Prazo - Participar no fórum internacional articulando elementos relativos a empreendimentos em áreas tradicionais;</p> <p>Longo Prazo - Fortalecer políticas de regularização fundiária; - Vinculação maior com os universitários indígenas e quilombolas (com ou sem bolsa) na perspectiva de formar quadros para a academia e servir suas comunidades - Criação de fundo que envolve o MP e/ou MPT e/ou OIT e/ou UNICEF no sentido de uma escola de formação para atingidos por grandes empreendimentos e seus impactos</p>



Atividade	Título	Proposta
<p>Painel Temático 5</p>	<p>Os povos originários e as comunidades tradicionais na CF e nos acordos e tratados internacionais. Políticas públicas. Saúde, educação, cultura e segurança alimentar.</p>	<p>Curto Prazo - Considerar as diferenças culturais entre povos indígenas, lembrar que representantes de um povo não pode falar sobre as demandas e necessidades de todos demais;</p> <p>Médio Prazo - Fazer valer a convenção 169 da OIT: oitiva das comunidades diretamente interessadas é o ponto de partida para pensar políticas públicas; - Diagnóstico participativo e sistematizado dentro das comunidades para levantamento de demandas e estratégias; - Transmitir informações sobre meios e funcionamentos das instituições para os grupos interessados para que saibam para quem reivindicar e a quais instâncias recorrer em suas demandas; - Fortalecer a formação de profissionais indígenas para as diferentes áreas de atuação para que possam representar seus povos em diferentes frentes e ocupar diferentes espaços institucionais. Importância da educação nesse processo;</p> <p>Longo Prazo - Fortalecer pesquisas para investigar a repercussão prática dos documentos referidos (convenção 169 da OIT e demais documentos que tocam nos direitos das comunidades tradicionais e originárias);</p>



Atividade	Título	Proposta
Painel Temático 6	- O legado e a cultura do cuidado dos povos originários e das comunidades tradicionais para a atenção às crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência.	<p>Médio Prazo - Criação de residências artísticas voltadas para populações indígenas e negras que unifique pensamento acadêmico e linguagem de rua (movimento hip hop, movimento de slam, performance) para criar material cultural que facilite o acesso das populações de periferias a assuntos decoloniais. Que o processo de residência, ou seja, de produção desses produtos artísticos, remunerem os artistas envolvidos, pois a remuneração dessas pessoas é um mecanismo de promoção de saúde mental a essas populações também, por promover condições plausíveis para o desenvolvimento humano</p> <p>Longo Prazo - Formulação de uma base para a construção e reconstrução das identidades discutidas, principalmente no que se refere a identidades indígenas.</p>
Painel Temático 7	- O preconceito, a infância e a juventude indígena, negra, quilombola e de religião de matriz africana. Passado e presente. Reflexos no futuro no mundo do trabalho.	<p>Longo Prazo - Ter o direito de poder registrar a história dos povos originários de forma legítima.</p>
Painel Temático 08	Organização social e direito do trabalho para os povos originários, população negra e comunidades tradicionais. Futuro do trabalho.	<p>Médio Prazo - Elaboração de um guia de combate à intolerância religiosa no ambiente de trabalho.</p>



Atividade	Título	Proposta
Painel Temático 9	Relações étnico-raciais, de gênero e religiosas. Direito de ser, estar e existir.	Curto Prazo - Proposições coletivas de políticas de tensionamento ao poder, que tem como intuito trazer políticas públicas aos debates levantados no simpósio. Médio Prazo - Promover mais estágios que contemplem estudantes de direito negros e indígenas;
Painel Temático 10	A colonização e a construção da sexualidade do povo brasileiro. Desafios para a implementação de uma cultura de respeito à diversidade de identidade de gênero e de orientação sexual. Perspectiva dos povos originários e comunidades tradicionais	
Painel Temático 11	Fundamentalismo, sectarismo, pensamento único e religiosidade. Impacto sobre a preservação dos valores e saberes ancestrais dos povos originários e das comunidades tradicionais.	Médio Prazo - Mudança de postura dentro do cristianismo, mudança de perspectiva na formação clériga. Longo Prazo - Debates televisionados de cunho teológico para desconstruir leituras equivocadas da Bíblia que reforçam a intolerâncias - Criação de cursos de especialização sobre história social sobre intolerância à diversidade religiosa.
Painel Temático 12	Questões étnico-raciais, de gênero e de religiosidade nas relações de trabalho, produção e consumo.	Curto Prazo - Que os operadores do direito pressionem acerca da elaboração de pesquisas que mapeiem as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho para negros, indígenas e pessoas que confessam religiões de matriz africanas;



Atividade	Título	Proposta
Painel 13	Educação para as relações étnico-raciais e religiosas: o saber acadêmico alinhado ao saber ancestral. Modalidades específicas de educação, art. 26A da LDB. O STF, laicidade, Estado laico e o ensino confessional. Passado, presente e futuro	<p>Curto Prazo - Manifestar apoio à organização do Ministério Público do Trabalho pela coragem de organizar o evento para pessoas que estão sendo diariamente atacadas.</p> <p>Médio Prazo - Fazer leituras críticas sobre o conteúdo que tem sido ensinado e publicado nos livros sobre o conteúdo publicado sobre a lei 10.639/03, que pode estar reificando estereótipos negativos; - Ações de prevenção e promoção de saúde que foquem o adoecimento do professor.</p> <p>Longo Prazo - Discutir formação política em formato de curso EAD para promoção de representantes em espaços essenciais para as populações referenciadas pelo simpósio;</p>
Conclave Acadêmico I	Teologias e Espiritualidades Indígenas e Afro-ancestrais. Direito dos povos originários e comunidades tradicionais.	<p>Longo Prazo - Necessidade de enfrentar a delimitação da questão da justiça: o que é liberdade de expressão e de crença em um contexto em que em nome da religião se cometa crimes contra outras religiões; - Se estabeleça limites e definição do proselitismo religioso, que descaracteriza como religião aquilo que eles estão propagando;</p>
Conclave Acadêmico II	- Sentido da vida para os povos originários e comunidades tradicionais. Perda de identidade e o impacto no futuro do trabalho e nas relações de trabalho, produção e consumo (comércio justo).	

Realização:



Apoio:

